

Anais Eletrônicos

Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável

24 a 28/10/2022



UNOESC

Fazendo parte do seu vida



Finep

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



SISTEMA ACADEMICO DE FAPESCS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTAVEL

PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO E DOUTORADO

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

PPGEd
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO

Mestrado em Sanidade e Produção Animal Aplicadas a Pequenas Propriedades



editora unoesc

© 2023 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.
Fone: (49) 3551-2000 - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Carlos Libman
Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S471A Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (2022, 1, 24 a 28 de out. : Joaçaba, SC). Anais eletrônicos do I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável / Universidade do Oeste de Santa Catarina – Joaçaba: Editora Unoesc, 2022. 164 p. ; 30 cm.

ISBN:
Inclui bibliografias

1. Ciência – Pesquisa. 2. Inovações tecnológicas – Pesquisa. 3. Desenvolvimento sustentável – Pesquisa. I. Título.

CDD 303.4830981

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor
Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi
Campus de Chapecó
Carlos Eduardo Carvalho
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Carla Fabiana Cazella
Campus de Xanxerê
Genesio Téo

Pró-reitora de Ensino
Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação,
Extensão e Inovação
Kurt Schneider

Diretor Executivo
Jarlei Sartori

Conselho Editorial

Tiago de Matia
Sandra Fachineto
Aline Pertile Remor
Lisandra Antunes de Oliveira
Marilda Pasqual Schneider
Claudio Luiz Orço
Ieda Margarete Oro
Silvio Santos Junior
Carlos Luiz Strapazzon
Wilson Antônio Steinmetz
César Milton Baratto
Marconi Januário
Marcieli Maccari
Daniele Cristine Beuron

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
A CULTURA MAKER NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO E A APRENDIZAGEM.....	7
A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DE SANTA CATARINA COMO AGENTE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR MEIO DA CT&I.....	13
A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO E USO DE FERRAMENTAS LÚDICAS EDUCACIONAIS PARA SUSTENTABILIDADE DO MOVIMENTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.....	17
A NATUREZA JURÍDICA DO IDEAL DE TRABALHO DECENTE	21
ACCOUNTABILITY EDUCACIONAL NO BRASIL: INDICATIVOS DE RESPONSABILIZAÇÃO, REGULAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	29
ANÁLISE DA GESTÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU A PARTIR DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA UFFS	33
ANÁLISE DA PERSPECTIVA PRÁTICA DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA EM SEU AMBIENTE DE TRABALHO	37
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E O DIREITO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	39
COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS DO ESTUDANTE PESQUISADOR.....	43
COMUNICAÇÃO INTEGRADA DO MARKETING (CIM) EM UMA EMPRESA SUPERMERCADISTA DE CHAPECÓ	49
EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR: PESQUISAS CORRELATAS.....	53
EL SEMILLERO DE INVESTIGACION EN CIENCIAS APLICADAS (S.I.C.E); UNA ESTRATEGIA PARA LA SOSTENIBILIDAD EN EL DESARROLLO DE COMPETENCIAS CIENTIFICAS Y CIUDADANAS	57
ENSINO-APRENDIZAGEM DO PROJETO DE URBANISMO: INTERFACES COM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS	69
ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A IMPORTÂNCIA DAS PRIMEIRAS VIVÊNCIAS NA FUTURA ÁREA PROFISSIONAL.....	73

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE: DESVIOS ENTRE ASPECTOS OSTENSIVO E PERFORMATIVO.....	77
INTEGRACIÓN DIDÁCTICA DE LAS TIC PARA EL FOMENTO DE UNA CONCIENCIA AMBIENTAL SOSTENIBLE.....	83
INVESTIGACIÓN, INNOVACIÓN UNA OPORTUNIDAD PARA EL DESARROLLO	89
LIBERDADE DE IMPRENSA E A RESERVA DA INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA.....	95
MARKETING DIGITAL E SUA INFLUÊNCIA NA EMPRESA CONTÁBIL	101
NOVO ENSINO MÉDIO EM SANTA CATARINA: QUE DESAFIOS SE APRESENTAM NAS ESCOLAS PILOTO?.....	113
PESQUISA EM REDE: OBSERVAÇÃO ELEITORAL E CRIMINALIZAÇÃO DE FAKE NEWS EM ELEIÇÕES BRASILEIRAS.....	119
PROYECTOS PEDAGÓGICOS PRODUCTIVOS Y DESARROLLO RURAL SOSTENIBLE. UNA MIRADA DESDE LA INTEGRACIÓN CURRICULAR	125
SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO INOVADOR PARA STARTUPS	137
SOLUÇÕES IMPLANTADAS PELAS EMPRESAS DA REGIÃO SUL NO PROGRAMA BRASIL MAIS ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2021.....	143
TESTES GENÉTICOS E SEUS ASPECTOS BIOÉTICOS	149
TRANSVERSALIDADE DA INOVAÇÃO E DO EMPREENDEDORISMO NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO DE CASO.....	153
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMARCA DE CHAPECÓ	159

APRESENTAÇÃO

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Grande honra apresentar estes Anais de Evento, resultado do *I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável*, realizado nos dias 24 a 28 de outubro de 2022, na Unoesc Campus de Chapecó, com 11 conferências destinadas a mais de 2 mil inscritos.

Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), o evento contou com a participação de pesquisadores de instituições nacionais e do exterior, autoridades que administram instituições de fomento e de regulação, coordenadores de cursos, empresários, empreendedores, agentes públicos, rede Catarinense de Centros de Inovação, discentes e diplomados de todos os campi da Unoesc, das instituições parceiras, da comunidade externa e, sobretudo, dos professores e estudantes pesquisadores dos programas de Mestrado e Doutorado da Unoesc (Mestrado e Doutorado em Direito, Mestrado e Doutorado em Administração, Mestrado e Doutorado em Educação, Mestrado em Sanidade e Produção Animal, Mestrado em Biociências e Saúde, Universidad de la Costa, Colômbia, e Universidad de Talca, do Chile), que em parceria realizaram este evento que buscou promover o compartilhamento de estudos e pesquisas sobre sistemas nacionais de CT&I, priorizando a abordagem da Agenda 2030, da OCDE, do governo central do Brasil (União Federal) e do Estado de Santa Catarina.

Palestraram no evento, o professor Dr. Paulo Ivo Koehntopp, Secretário Executivo da Acafe e professor titular da Univille; a professora Dra. Luciana Flor Correa Felipe, Assessora de Planejamento e Programas e Estratégico da Fapesc; a Gerente da Rede Catarinense de Centros de Inovação, Luana Réus Abella; o vice-presidente de Integração da ACATE, Felipe de Oliveira Rodrigues; o ex-prefeito de Chapecó e ex-secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Luciano Buligon; o economista do Ipea, Dr. André Tortato Rauen; o professor titular da Universidad de Talca, Chile, Instituto de Biología Vegetal Y Biotecnología, Dr. Raul Simon Herrera Faundez; o gerente de negócios inovadores SDE/SC, Guilherme dos Santos Murara; o analista sênior do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Dr. Joelmo Jesus de Oliveira; o CEO do Valle Innovation Founder da Valle Innovation, o empresário Fernando Figueredo e o professor da Universidad De la Costa Colômbia, Dr. Freddy Marin Gonzalez. Após as palestras foram realizados mesas-redondas e debates que aprofundaram os assuntos tratados.

Resultado disso, as páginas que seguem são um extrato do *I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável*, onde estão publicados 27 trabalhos de notáveis profissionais e pensadores empenhados em conhecer o presente e discutir o futuro do desenvolvimento sustentável, a partir dos desafios no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A CT&I são o sistema nervoso central de uma sociedade desenvolvida, seja do ponto de vista econômico, ambiental ou social. Portanto, urge que o Brasil mobilize os instrumentos que dispõe a serviço do Desenvolvimento Sustentável, visto que a sociedade, a economia e o meio ambiente não podem prescindir da contribuição da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Como toda obra coletiva, o que oferecemos precisa ser lido tendo-se em consideração a riqueza específica da contribuição de cada área do conhecimento, atentos a variedade de juízos, resultado de um

ato minucioso e persistente de tecer letra por letra e de conter a ansiedade até sentir que deu o melhor de si, mesmo sabendo que ainda restou muito a se compreender e dizer.

Como produto dos cérebros humanos, a pesquisa ganha vida própria, chega e dialoga com outros estudos e com os humanos entre si. Com este escopo, dedicamos esta obra a você leitor, no desejo que sua mente seja guiada no entendimento dos conteúdos que aqui se propõe.

Aos escritores, suplicamos a energia necessária para que continuem produzindo e permitindo a todos projetar mundos, registrar tempos que não se repetem, visitar lugares e pessoas outrora desconhecidas.

Agradecemos a todos os que se empenharam na realização do evento e na elaboração das pesquisas que compõem esta publicação, que contribui sobremaneira para instigar a pesquisa de ponta e a conexão da Unoesc, seus cursos de Graduação e Programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, para o que está sendo pensado no mundo inteiro em relação à Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Boa leitura a todos!

Celso Paulo Costa
Diretor Acadêmico
Unoesc Campus de Chapecó



A CULTURA MAKER NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS PARA O ENSINO E A APRENDIZAGEM

Celoy Aparecida Mascarello¹

Cirlei Giombelli²

Michele Luciane Blind de Morais³

Paula dos Santos Lopes⁴

Paulo Roberto Dalla Valle⁵

Valmir José Turcatto⁶

INTRODUÇÃO

Vislumbramos cotidianamente as transformações que ocorrem na sociedade especialmente em função do desenvolvimento científico e tecnológico e pela rapidez com que estas mudanças são conhecidas em função da expansão e acesso à informação quase que de forma instantânea.

A leitura do livro "A Máquina das Crianças: repensando a escola na era da informática" (2008) de Seymour Papert, constitui uma das inspirações metodológicas mais significativas deste texto. Isso porque nesse livro o matemático e educador estadunidense amplia a concepção de desenvolvimento humano ao acolher também mais amplamente a dimensão tecnológica, ou seja, pela ação criativa e compartilhável via computador. Com isso ele abordou uma impactante parábola⁷, na qual compara o grau de surpresas de um professor e um médico se fizessem uma viagem no tempo com a duração de um século.

Uma vez que num período em que tantas atividades humanas foram revolucionárias, não foram vistas mudanças comparáveis na forma como ainda os educandos são mobilizados a aprender.

Diante deste contexto, compreende-se que a cultura da inovação e do desenvolvimento tecnológico precisam estar presentes na prática pedagógica no contexto educacional, ainda mais

¹ Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Bolsista UNIEDU. celomascarello@gmail.com.

² Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Bolsista FAPESC. cirleih@gmail.com.

³ Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Bolsista CAPES. micheleblind10@yahoo.com.br.

⁴ Doutoranda em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Bolsista CAPES. professorapaulalopes@gmail.com

⁵ Doutorando em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Bolsista UNIEDU. pauloroberto.dallavalle@gmail.com.

⁶ Doutorando em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Bolsista UNIEDU. vjturcatto@gmail.com.

⁷ Imagine um grupo de viajantes do tempo de um século anterior, entre eles um grupo de cirurgiões e outro de professores primário, cada qual ansioso para ver o quanto as coisas mudaram em sua profissão há cem anos ou mais no futuro. Imagine o espanto de os cirurgiões entrando numa sala de operações de hospital moderno. Embora pudessem entender que algum tipo operação estava ocorrendo e pudessem até mesmo ser capazes de adivinhar o órgão – na maioria dos casos seriam incapazes de imaginar o que o cirurgião estava tentando fazer ou qual a finalidade dos muitos aparelhos estranhos que ele e sua equipe cirúrgica estava utilizando. Os rituais de anti-sepsia e anestesia, os aparelhos eletrônicos com seus sinais de alarme de orientação e até mesmo as intensas luzes, tão familiares às platéias de televisão, seriam completamente estranhos para eles. Os professores viajantes do tempo responderiam de uma forma muito diferente a uma sala de primeiro grau moderna. Eles poderiam sentir-se intrigados com relação a alguns poucos objetos estranhos. Poderiam perceber que algumas técnicas padrão mudaram – e provavelmente discordariam entre si quanto a si as mudanças que observaram foram para melhor ou para pior -, mas perceberiam plenamente a finalidade da maior parte do que se estava tentando fazer e poderiam, com bastante facilidade, assumir a classe (Seymour Papert, apud Tajra 2001).





se observarmos as novas reorganizações e rearranjos curriculares provocados pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que tem desafiado gestores educacionais a proporem uma escola com espaços mais atrativos e articulados com as novas configurações curriculares e capazes de promover o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes.

Compreendendo este processo desafiador, nosso objetivo é tecer algumas considerações sobre a relevância dos espaços *makers* na escola, para tornar a escola mais atrativa, interativa e que possibilite a interação dos estudantes com a cultura científica, tecnológica e de inovação. Assim, diante do cenário que se apresenta na contemporaneidade e do desafio da educação propor espaços de aprendizagens mais significativos e articulados com o desenvolvimento tecnológico e científico, justifica-se a relevância de refletir sobre este tema, tão presente atualmente.

Desta forma, o problema da pesquisa reside em favorecer o debate sobre como a cultura *makers* podem subsidiar ações e práticas pedagógicas que possam contribuir para articular processos de inovação, interseccionando o diálogo com as práticas de inovação e tecnologia no processo de ensino e aprendizagem.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico reflexiva, com abordagem qualitativa, que apresenta breves contribuições acerca do tema.

METODOLOGIA

Para Minayo (2012, p. 14), “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Essa realidade modifica-se constantemente, logo, a escolha do caminho é fundamental para nortear o estudo, pois, do contrário, qualquer percurso serviria podendo levar a nenhum lugar.

Sendo assim, o percurso metodológico teve como embasamento os pressupostos do materialismo histórico-dialético, nos termos referidos por Triviños (2009). Segundo discorre o autor, o materialismo dialético tem por base a filosofia do marxismo, a qual busca pelo entendimento coerente e lógico dos fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento, compreender a realidade objetiva que se constrói pelos sujeitos em cada tempo histórico.

Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é também antiga concepção na evolução das ideias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. Ambas as raízes do pensar humano se unem para constituir, no materialismo dialético, uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade. (Triviños, 2009, p. 51).

Desta forma, entendemos que essa escolha metodológica, nos permitiu encontrar as ferramentas que nos auxiliaram na busca das múltiplas determinações que condicionam o objeto de pesquisa, pois, nesse processo buscamos a apreensão de que o fenômeno estudado é fruto de um processo histórico, social, complexo e contraditório.





Os procedimentos metodológicos envolveram uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico reflexiva, com abordagem qualitativa. Para Severino (2007, p.122), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

A pesquisa baseou-se no estudo da teoria já publicada, onde foi realizada a leitura, sistematização e fichamento das obras selecionadas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O propósito deste texto foi favorecer o debate sobre como a cultura *makers* podem subsidiar ações e práticas pedagógicas que possam contribuir para articular processos de inovação interseccionando o diálogo com as práticas de inovação e tecnologia no processo de ensino e aprendizagem.

Antes de adentrar nas especificidades do que é uma cultura maker, recorreremos à origem semântica do termo dividindo-o em duas palavras. Primeiramente, a palavra cultura no latim vem de "colere", que significa cultivar. Esse termo é entendido na sociologia como a produção das pessoas, por meio das relações sociais, ao longo de determinado período e que resulta na cultura de uma sociedade. Por sua vez, a palavra "maker" tem origem inglesa, podendo ser traduzida como criador, autor ou fazedor.

A junção das duas palavras, cultura maker, sugere a capacidade dos seres humanos de cultivarem o próprio desenvolvimento de novos conhecimentos, transformando-os em ações criadas por eles mesmos. Tal potencial de criação pode ser ampliado por espaços que oportunizem pensar soluções para os problemas da sociedade, de forma sustentável, prospectando produção em larga escala. (SOUZA,2021).

Independentemente de ter um espaço específico para desenvolver a cultura maker, ela já vem sendo implementada em vários ambientes, sejam escolares, sejam empresariais, buscando equipar laboratórios com esse fim. Foi por meio do aumento do uso de tecnologias na vida das pessoas, que essa cultura começou sua expansão.

A educação tem apresentado demandas que emergem destas novas relações provocadas pelo desenvolvimento, e também pela presença na escola, de crianças e jovens que têm acesso às variadas formas interativas, dinâmicas, tecnológicas e de inovação presentes fora da escola.

Nessa direção, Libânio (1998) argumenta que o mundo contemporâneo, neste momento da história denominado ora de sociedade pós-moderna, pós-industrial, ou pós-mercantil, ora de modernidade tardia – está marcado pelos avanços na comunicação e na informática e por outras tantas transformações tecnológicas e científicas. Essas transformações intervêm nas várias esferas





da vida social, provocando mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, afetando, também as escolas e o exercício profissional da docência.

O cenário proporcionado pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação vem se colocando em desafio à educação, a cultura escolar, promovendo tensões que se revelam nos paradigmas das práticas escolares, ou seja, na forma escolar que se constituiu ao longo da história.

O uso dos espaços *makers*⁸ no contexto educacional brasileiro vem sendo amplamente discutido especialmente após a implantação da BNCC e seus desdobramentos na organização curricular e nos direitos de aprendizagem, bem como, pelas demandas que se apresentam em função da era tecnológica e de constante inovação que temos vivenciado.

Aliado a isso, observa-se que a escola tem sido desafiada a disponibilizar e potencializar práticas pedagógicas que articulem novas metodologias de ensino, e contemplando elementos advindos dos sistemas de inovação e desenvolvimento tecnológico. A presença de conceitos como pensamento educacional, cultura digital, inovação tecnológica, protagonismo estudantil, cada vez difundidos na contemporaneidade articulam-se a compreensão de espaço *maker* como um espaço de construção interativa.

Nestes espaços, privilegiam-se oportunidades do fazer e do aprender a fazer, a partir da descoberta, da partilha do participar, do apoiar e da cultura de criar, associando os conhecimentos científicos, culturais, e historicamente produzidos, com os recursos que possibilitam potencializar e colocar em prática estes conhecimentos favorecendo assim, a aprendizagem e novas descobertas e possibilidades de intervir e contribuir com a realidade, através de processos lúdicos, interativos, manipuláveis instigando ainda o desenvolvimento das competências e habilidade através da imaginação que é desafiada a integrar-se com as práticas de ensino.

Silva *et al.* (2019), afirmam que os projetos *makers*⁹ podem contribuir para estimular o desenvolvimento do raciocínio formal, defendem a proposta pois esta contribui para o que os alunos possam desenvolver suas capacidades cognitivas gerando novas aprendizagens quando tem oportunidades para além das práticas tradicionais que são vislumbradas no contexto escolar.

Na esteira desse pensamento, a proposta do Ensino *Maker* surge como uma alternativa das abordagens tradicionais, de modo que alunos possam aprender conceitos STEM (do inglês: *Science, Technology, Engineering and Mathematics*) por meio do desenvolvimento de projetos, sendo mais ativos ao longo de sua própria experiência escolar e mais engajados em atividades centradas em novos tópicos e tecnologias. (SOUZA, 2021).

Para Papert (2008, p.135) "O tipo de conhecimento que as crianças mais precisam é o que as ajudará a obter mais conhecimento". Dessa forma, a tarefa do professor na cultura *maker* é facilitar

⁸ O espaço *maker* é um ambiente personalizado, que visa oferecer oportunidades para os estudantes colocarem a "mão na massa". Nesse local, eles são incentivados a trabalhar a criatividade por meio da aplicação de atividades e projetos interdisciplinares com uso de tecnologia, objetos recicláveis e outros materiais. (SOUZA, 2021).

⁹ O projeto *Maker* apresenta atividades que auxiliam os estudantes no desenvolvimento de diversas ideias por meio da prototipação, criação e elaboração de projetos com foco na solução de problemas reais e na metodologia "Faça você mesmo". (SOUZA, 2021).





um espaço de exploração, ao invés do acompanhamento estruturado do processo de ensino. Permite levar em conta, aprimorar e enriquecer o Ambiente Pessoal de Aprendizagem¹⁰ (APA) do aluno.

Nessa direção, Silva *et al.* (2019) aponta que aprender é mais que aquisição de conhecimento, é um processo ativo de construção, e o ensino é o processo de apoio a essa construção.

A aprendizagem *maker* contribui para trabalhar as chamadas habilidades do século XXI: criatividade, colaboração, pensamento crítico, iniciativa, etc. (Souza, 2021), promove a aprendizagem cooperativa, na qual os alunos aprendem a partir da interação com outros colegas e adultos (Silva *et al.*, 2019). No movimento *maker* isso ocorre em duas escalas: a primeira se refere ao ambiente direto com seus parceiros de projeto, professores, etc. E a segunda com a comunidade *maker*¹¹, cuja filosofia é baseada no conhecimento livre e *open source*¹². A existência de manuais, vídeos tutoriais e outras ferramentas que são compartilhadas gratuitamente é frequente. Os alunos então aprendem cooperando com seu ambiente e também ensinando seus colegas e sua comunidade.

CONCLUSÕES

Os dados da pesquisa oferecem *insights* valiosos para entender a cultura *maker* como um **movimento cultural baseado nos princípios do construtivismo ou aprendizagem ativa**, onde o aluno o faz por meio da experiência, ou seja, aprende fazendo. Os criadores são os agentes ativos desse movimento que, na verdade, existe desde sempre; pessoas que manipulam os recursos à sua disposição para satisfazer suas necessidades e as de seu ambiente. Mas podemos dizer que **a tecnologia impulsionou esse movimento** e podemos considerar os *makers* como artesãos modernos fortalecidos graças à tecnologia e comunidades que os apoia e com quem aprendem e compartilham.

Acreditamos que nesse contexto é de fundamental importância o papel ativo dos professores nos processos escolares, resignificando conceitos voltados para a construção do conhecimento e redirecionando práticas com base no construtivismo¹³.

Em suma, a pesquisa realizada oferece possibilidade para se pensar uma conexão visando conciliar muitos pontos conflitantes em relação às potencialidades e desafios da inserção da cultura *Maker* na educação. Certamente, o significado e o impacto do movimento *Maker* na educação é um processo em evolução que exigirá mais investigação e evidências empíricas.

¹⁰ O termo Ambiente Pessoal de Aprendizagem foi proposto, pela primeira vez, por Bill Olivier e Oleg Liber (2001) na Bolton Institute, Inglaterra. A partir daí, o termo começou a ser amplamente estudado pela academia em várias partes do mundo. (RODRIGUES; MIRANDA, 2010).

¹¹ Comunidades onde seus integrantes compartilhem seus projetos e encontrem novas oportunidades de aprender, conectar e contribuir.

¹² Open source é um termo em inglês que significa código aberto.

¹³ Construtivismo é uma teoria sobre a origem do conhecimento que considera que a criança passa por estágios para adquirir e construir o conhecimento. Tem como objeto de estudo da alfabetização a língua escrita (Nunes, 1990).





AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU), Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, Lei Complementar nº 407, de 25 de janeiro de 2008, Decreto nº 470, de 17 de fevereiro de 2020, Decreto nº 508, de 16 de março de 2020, Decreto nº 1.094, de 11 de janeiro de 2021, Portaria nº 1.652, de 24 de agosto de 2020.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2012.

NUNES, Therezinha. **Construtivismo e alfabetização: um balanço crítico**. *Educ. Revista*, Belo Horizonte, 1990.

PAPERT, S. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RODRIGUES, Pedro de Jesus; MIRANDA, Guilhermina Lobato. Ambientes pessoais de aprendizagem: concepções e práticas. **RELATEC**. 2013. Disponível em: <<https://relatec.unex.es/article/view/997/747>>. Acesso em: 12 de nov. de 2022.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SILVA, K. *et al.* A cultura *maker* no ensino médio potencializando o aprendizado da matemática. **Seminário internacional de educação, tecnologias e sociedade**: Ensino híbrido. Rio Grande do Norte, 2019.

SOUZA, Laís dos Santos. **A cultura maker na educação: perspectivas para o ensino e a aprendizagem de matemática**. [Dissertação de Mestrado] Valparaíso, 2021. 67 f.

TRIVIÑOS, Augusto. Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.





A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DE SANTA CATARINA COMO AGENTE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR MEIO DA CT&I

Luciana Flor Correa Felipe¹; Igor Rismo Coelho²

INTRODUÇÃO

O processo de ressignificação do papel do Estado e o processo de industrialização do Brasil tem interferido muito nas políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

Nesta perspectiva, o estudo ora apresentado inclui-se nesse movimento, pois busca analisar o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc) ao desenvolvimento sustentável, por meio da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), no período de 2019 a 2022, às universidades comunitárias do Sistema Acafe.

Essa análise é necessária, não apenas para desvendar a realidade, mas, sobretudo, para incitar a sociedade a interferir nela, na luta pela cidadania e pela construção de uma coletividade mais igualitária.

METODOLOGIA

Optou-se por realizar um estudo de caso sobre o apoio às Universidades Comunitárias, que segundo Silva; Oliveira; Silva (2021) pode contribuir na compreensão das problemáticas relacionadas a indivíduos, grupos sociais, organizações, políticas, instituições públicas, programas governamentais, problemáticas relacionadas a prática educativa, uma vez que realiza análises amplas e significativas sobre o objeto de pesquisa.

Outrossim, como subsídio a essa escolha elegeu-se a análise documental, que é compreendida como um processo que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compressão e análise de documentos dos mais variados tipos (FÁVERO; CENTENARO, 2019).

De modo objetivo, o *corpus* principal deste estudo constituiu-se, portanto, dos dados públicos, referentes aos números, índices e investimentos realizados pela Fapescc em CT&I, no período de 2019 a 2022; de onde foram extraídas as ideias centrais ou ancoragens de cunho qualitativo e interpretativo que subsidiaram as análises.

RESULTADOS

Todas as instituições do Ecosistema ACAFE tiveram projetos apoiados por meio de editais da FAPESC entre 2019 e 2022. Ao todo, foram fomentados 711 projetos coordenados por 522 pesquisadores

¹ Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC, Assessora de Planejamento e Programas Estratégicos da FAPESC. E-mail: luciana.flor@fapesc.sc.gov.br

² Doutor em Zoologia pela UFMG, Coordenador de Projetos da FAPESC. E-mail: igor.coelho@fapesc.sc.gov.br





distintos e investidos cerca de R\$47 milhões de reais (Figuras 1 e 2). Desse montante, 64% foram destinados para despesas de custeio, 29% para itens de capital e 7% para bolsas. Os projetos foram executados em 33 municípios que abrangeram as seis mesorregiões do Estado, o que evidencia a tendência de interiorização do fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação em Santa Catarina (Figura 3).

Figura 1. Número de projetos fomentados e pesquisadores por instituição de ensino por meio de editais da FAPESC entre 2019 e 2022.

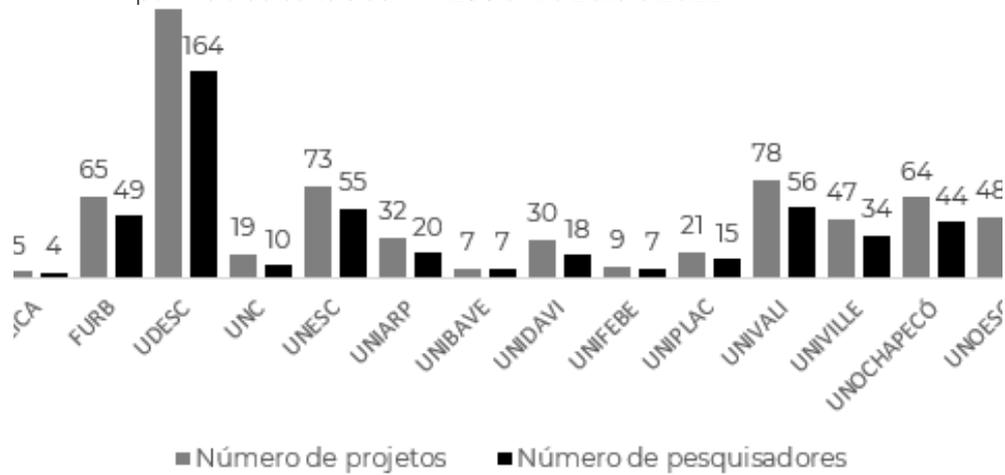


Figura 2. Valor total contratado (em milhão de reais) por instituição de ensino entre os anos de 2019 e 2022.

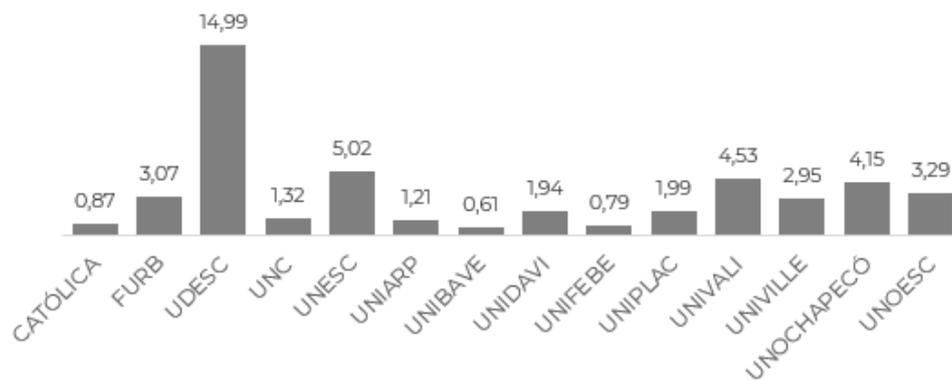
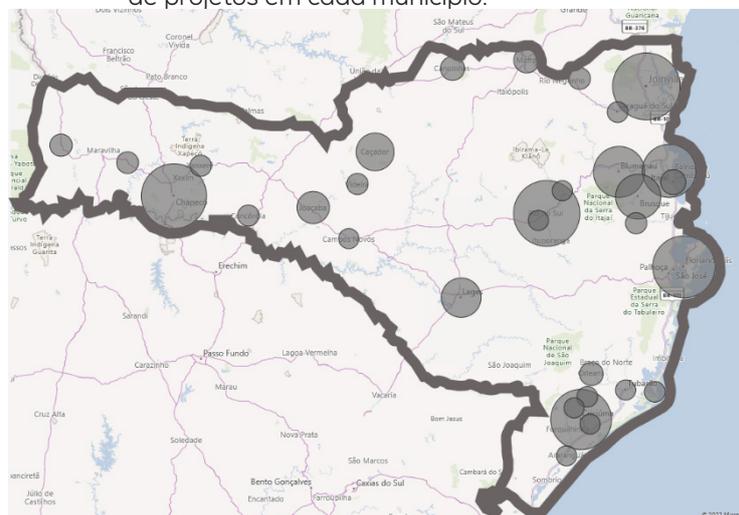


Figura 3. Abrangência da FAPESC no fomento de projetos coordenados por pesquisadores das instituições comunitárias. O tamanho das bolhas reflete o número de projetos em cada município.





FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Fapesc é uma fundação pública, financiada pelo contribuinte do Estado de SC, com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa, inovação, empreendedorismo e bolsas, em múltiplas instituições, em todas as áreas do conhecimento.

As principais linhas de ação da Fapesc são:

- Pesquisa
- Formação de Pessoas e Bolsas
- Eventos de Difusão em CTI
- Prêmios
- Cooperação Internacional
- Inovação

A Fapesc oferece suporte a programas com foco na geração e transferência de conhecimento; na interação de competências entre empresas, organizações públicas e instituições de ensino; incorporação de tecnologias aos setores econômicos e desenvolvimento de produtos ou serviços tecnológicos que tragam soluções de valor ao mercado. Além disso, investe na formação de pessoas e desenvolvimento de pesquisa e inovação, contribuindo para consolidação do ecossistema de CTI de SC.

Nesta perspectiva, a missão da Fapesc é: promover o ecossistema catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação por meio de fomento e da integração de seus agentes, objetivando o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, o desenvolvimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Sendo sua visão: ser referência nacional como instituição promotora do desenvolvimento do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. E, seus valores: Transparência, Inovação, Meritocracia, Ética, Eficiência e Eficácia, Gestão Participativa, Comprometimento.

CONCLUSÕES

Sem dúvida, o apoio da Fapesc tem sido muito importante para todas as áreas do conhecimento. Os editais são operacionalizados a partir das gerências com os seguintes resultados: 59% (419) dos projetos estão sob a coordenação da Gerência de Pesquisa da FAPESC e representam 58% do valor total contratado no período. Outros 26% (185) estão sob a liderança da gerência de Difusão, somando cerca de 19% dos recursos. Os 15% restantes, (107) dos projetos, estão vinculados a editais da área de Inovação, somando 24% dos valores pagos.

Quanto à distribuição nos editais, 96% dos projetos ligados à Difusão estão vinculados ao Programa "Proeventos" cujo objetivo é apoiar a realização de eventos científicos, tecnológicos e/ou de inovação em Santa Catarina para promover o avanço de todas as áreas do conhecimento, o equilíbrio regional, o desenvolvimento econômico sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses.





Já os 41% dos projetos de Inovação foram submetidos e aprovados em um único edital, lançado em 2021, denominado “Programa de Apoio ao Empreendedorismo Universitário Inovador no Estado de Santa Catarina”. Os demais projetos foram aprovados por meio de editais associados a outros programas, como: a) Programa de apoio à consolidação de núcleos de inovação tecnológica de instituições de pesquisa científica e tecnológica; b) Programa de Apoio a Pesquisa de Observatórios do Sistema Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação Catarinense (CTI-SC); c) Programa de Incentivo a incubadoras de empresas catarinenses e, d) Programa de Apoio à Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica de Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica no Estado de Santa Catarina, 2ª edição. É importante destacar que, dentre os editais de Inovação, foram contratados 7 projetos associados ao Programa DEVTI SC+TEC. Este, por sua vez, visa a capacitação para a formação de desenvolvedores em tecnologia de informação, cuja demanda está cada vez mais alta no mercado.

Dos projetos de pesquisa, 75% foram aprovados em 5 editais, apresentados em ordem de representatividade: a) “Edital 27/2020 - Apoio à Infraestrutura para Grupos de Pesquisa da UDESC”; b) “Edital 15/2021 - Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação aos Grupos de Pesquisa da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE”; c) “Edital 12/2020 - Programa de Pesquisa Universal; d) “Edital 29/2021 - Programa Estruturante Acadêmico - Apoio à Infraestrutura de Laboratórios Acadêmicos do Estado de Santa Catarina e, e) Edital 27/2021 - Programa FAPESC de apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação para Jovens Pesquisadores do estado de Santa Catarina. Estes editais somam sozinhos cerca de R\$16,5 milhões em valores contratados.

REFERÊNCIAS

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Revista Contrapontos Eletrônica**, Vol. 19, Nº 1, Itajaí, JAN-DEZ 2019. Disponível em: : www.univali.br/periodicos. Acesso em: 15 de nov. 2022.

SANTA CATARINA, Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://fapesc.sc.gov.br/a-fapesc/>. Acesso em: 24 de outubro de 2022.

SANTA CATARINA, Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina. Base de dados Fapesc. 2022.





A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO E USO DE FERRAMENTAS LÚDICAS EDUCACIONAIS PARA SUSTENTABILIDADE DO MOVIMENTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Tiago Zonta ¹; Mateus Eduardo Colling Eidt ²; Eduardo Kasper Copati ²; Thiago Guella Camacho Ferronato ²

INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado da tecnologia é uma realidade desde do início do novo século, com este crescimento foram iniciados movimentos conhecidos como Transformação Digital ou Revolução Tecnológica. De qualquer forma, este crescimento ainda apresentava uma preocupação tímida no mundo corporativo e educacional, uma estratégia comum, sempre foi a espera de exemplos de sucesso para depois optar pelo investimento ou aplicação do novo. A oportunidade do crescimento tecnológico era conhecido, mas trazia números conservadores de que eles iriam se concretizar ao poucos até em torno de 2025, só que, no meio de todo este processo veio a pandemia e automaticamente uma aceleração em busca de inovações e a ideia de propor soluções para demandas do mercado modificou as previsões (KATSAMAKAS, 2022).

A pandemia confrontou evoluções em todas as esferas e trouxe o aumento da demanda de colaboradores principalmente nas profissões que se adaptaram ao modelo chamado de *Home Office*. A preocupação com esse possível crescimento já estava sendo prevenido em países como os Estados Unidos com iniciativa como a Hora do Código iniciada em 2013 (HOUROFCODE, 2022). Iniciativas como esta levaram o ensino da tecnologia para as escolas e teve a motivação de grandes empresas, inclusive do presidente Barack Obama. O movimento cresceu e foi adotado por diversos países, mas infelizmente o Brasil continuou apenas no plano das discussões de como seria incluir Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar (BNCC, 2021).

Este artigo, então, traz um panorama de um estudo realizado com estudantes do curso de Engenharia de Computação no componente de Seminário Interdisciplinar de Extensão em que foram analisadas diversas ferramentas criadas para esse movimento de aprendizagem tecnológica de forma lúdica denominado ensino de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (STEAM), sendo utilizada por escolas, professores e até mesmo por escolas privadas que trazem a oportunidade das crianças e jovens terem acesso ao aprendizado tecnológico no formato similar ao ensino de línguas.

O objetivo, além de demonstrar as oportunidade e responsabilidade que os estudantes de cursos tecnológicos de graduação têm para com o crescimento de novas profissões, procurando

¹ Docente/pesquisador do Grupo de pesquisa de Inovação e Tecnologias em Engenharias, Arquitetura e Urbanismo – ITEAU - UNOESC. E-mail: tiago.zonta@unoesc.edu.br.

² Docentes do curso de Engenharia de Computação – UNOESC. E-mail: mateuseidt10@gmail.com; duduocopati123@gmail.com; thiagoferronato@gmail.com.





catalogar iniciativas que possam ser utilizadas por estudantes e professores das escolas em busca do “diferente”, algo apontado pelos jovens como importante nos formatos de ensino atuais.

MÉTODOLOGIA

O trabalho foi pautado pela busca de embasamento e contextualização no campo científico. Foram onze iniciativas e ferramentas pesquisadas e neste trabalho é apresentando o resultado de três o *Minecraft Education*, a iniciativa da Google conhecida como GrassHopper e a plataforma completa da Code.org chamada *studio.code*.

Foram realizadas pesquisas quantitativas no Google Acadêmico para avaliar as publicações em caráter científico existentes sobre o assunto. No caso do *studio.code* a pesquisa retornou 374 citações, sendo 305 publicações internacionais. No caso do GrassHopper a pesquisa teve que ser analisada, porque o termo se mistura com outros assuntos que não são a solução de aprendizado da Google. Para a iniciativa educacional do Minecraft foram encontrados 697 trabalhos em Português e 12.400 internacionais. Todas as pesquisas foram realizadas no período de 2018 e 2022.

Além da pesquisa quantitativa, foi realizado um trabalho exploratório aplicado em que foram avaliadas as funcionalidades das soluções para identificar qual seria a melhor forma de utilização levando em consideração conteúdos, necessidades das idades dos alunos e melhor trilha para o aprendizado.

RESULTADOS

Os resultados obtidos ainda são iniciais no quesito aplicação, após o estudo realizado será realizado em sala de aula com crianças e jovens. No caso do *studio.code*, este, já vem sendo feito desde 2014 quando o curso de Engenharia de Computação ao conhecer o projeto da Hora do Código iniciou o processo de conscientização e disseminação de informações sobre as profissões ligadas à área da Computação. Esse processo era baseado na apresentação em escolas e convites para as mesmas conhecerem os ambientes da Unoesc Chapecó. Com essas ações foi criada a equipe de robótica OescSpark e iniciaram a participação em competições, ao mesmo tempo foi identificado investimentos realizados pelo governo em escolas estaduais e um dos exemplos de sucesso foi a criação da equipe Robotic League na Escola Estadual Colégio Bom Pastor, equipe essa destaque e campeã mundial em algumas categorias. O processo contínuo trouxe visibilidade e agora após a pandemia o que antes trazia um número pequeno de interessados agora enche salas e solicitações de cursos relacionados à programação e robótica. Outro fator pós pandemia é o crescimento da procura dos pais em querer saber mais sobre as denominadas profissões do futuro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação deste trabalho foi baseada em apontamentos das necessidades apontadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2021) que orienta as práticas de ensino na educação básica





Referente ao tema, a necessidade da disseminação das necessidades ligadas as tecnologias existe, e isso fica claro em editais de fomento ao ensino de profissionais em desenvolvimento de software, por exemplo, o edital Fapesec nº 42/2021 – Programa de Apoio a Curso de Formação de Desenvolvedores para Tecnologia de Informação (TI) no Ecosistema de Inovação de Santa Catarina – Programa DEV-TI SC+TEC (DEVTI, 2021). Esse cenário leva em consideração somente o estado de Santa Catarina, onde o processo e a preocupação com o atendimento as necessidades de sustentabilidade da Transformação Digital já foram entendidas.

Como descrição de cada iniciativa é possível destacar que o GrassHopper criado pela Google justamente para observar e criar talentos, mostra o embasamento necessário para o aprendizado de algoritmos, permite a escolha por aprendizado de básico, intermediário ou focado, por exemplo, com o objetivo de desenvolvimento de games. Destaca o uso de funções, fluxo de código e variáveis. Traz um ementário completo com vários cursos nos quais os conteúdos se estendem de simples variáveis passando por Arrays, depuração de código, automação, manipulação de string, criação de funções, e FrontEnd, e se aprofunda até chegar em gráficos vetoriais, animações 3D, criação e manipulação de formas geométricas (GRASSHOPPER, 2022).

O Minecraft é um exemplo de iniciativa que nasceu da proposta do jogo que é considerado um sucesso em todo mundo, atualmente 1.2 bilhões de pessoas. A ideia partiu da utilização de sua estrutura para o aprendizado. O Minecraft é o segundo jogo mais jogado do mundo, ficando para trás apenas para o tetris (MINECRAFT, 2022). O que chama atenção é que o Minecraft é um jogo que tem a base somente em quadrados, e quebra paradigmas da necessidade de gráficos exuberantes. Um jogo que percebeu a oportunidade destes ambientes e trouxe uma proposta educacional focada exclusivamente no contexto de sala de aula, o sistema lúdico que permite o criar aumentando o interesse pelo desenvolvimento da criatividade, autonomia, trabalho em grupo.

Para finalizar o estudo, destacamos que uma das iniciativas mais completas de aprendizado, o *studio.code* é utilizado até mesmo por escolas privadas de ensino de programação e robótica. É uma plataforma de ensino da Code.org, uma plataforma sem fins lucrativos voltada para o ensino e a capacitação de estudantes para aprender ciência da computação (CODESTUDIO, 20221). A plataforma disponibiliza todo um ambiente para o professor criar salas e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes. Os cursos disponíveis vão desde crianças em fase de alfabetização até a possibilidade de atividades avançadas de programação lúdica utilizando programação em blocos. O ambiente também disponibiliza atividades chamadas de *off-line* para aplicação do aprendizado tecnológico desplugado, sem computadores.

CONCLUSÕES

A motivação de trazer para os estudantes de cursos de tecnologia a oportunidade e necessidade de disseminar e saber explicar para os jovens sobre sua atuação é algo importante, conforme mencionado é necessário esclarecer o que é verdade ou não sobre, por exemplo, os “robôs nos tomarem os empregos”. Antes da pandemia a motivação era da Universidade buscar





parcerias para oferecer oportunidades para aplicação das Transformações Digitais, hoje existe outra preocupação, que é, esclarecer um mercado que preocupa, devido a pessoas pouco instruídas de utilizarem assuntos em destaque, por exemplo, Inteligência Artificial para vender produtos e ideias de que tudo se resolve facilmente com a tecnologia. É necessário entender que existe um caminho pela frente e para isso será necessário mais profissionais disponíveis e aptos as oportunidades do futuro. É necessário entender a gama de possibilidades do ensino de STEAM, bem como como utilizá-lo para promover a motivação e o engajamento do aprender por meio de ferramentas lúdicas educacionais para sustentabilidade do movimento da transformação digital.

REFERÊNCIAS

BNCC. **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades.**

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades>. Acesso em: nov. 2021).

CODESTUDIO. **Qualquer um pode aprender ciência da computação.** Disponível em: <https://studio.code.org/>. Acesso em: out. 2021).

FAPESC. **Edital de Chamada Pública Fapesc no 42/2021 – Programa de Apoio a Curso de Formação de Desenvolvedores para Tecnologia de Informação (TI) no Ecossistema de Inovação de Santa Catarina – Programa DEV-TI SC+TEC.** Disponível em: <https://fapesc.sc.gov.br/2021/10/29/edital-de-chamada-publica-fapesc-no-42-2021-programa-de-apoio-a-curso-de-formacao-de-desenvolvedores-para-tecnologia-de-informacao-ti-no-ecossistema-de-inovacao-de-santa-catarina-3/>. Acesso em: mar. 2022).

GRASSHOPPER. **Learn to Code.** 2022. Disponível em: https://grasshopper.app/pt_br/. Acesso em: arb. 2022).

HOUROFCODE. **Hour of Code.** 2022. Disponível em: <https://hourofcode.com/br/learn>. Acesso em: out. 2022).

KATSAMAKAS, E. **Digital Transformation and Sustainable Business Models.** Sustainability (Switzerland): Taylor and Francis Inc, v. 14, n. 11, p. 97-105, 2022.

MINECRAFT. **Minecraft Education Edition.** Disponível em: <https://education.minecraft.net/pt-pt>. Acesso em: out. 2022).





A NATUREZA JURÍDICA DO IDEAL DE TRABALHO DECENTE

Isadora K. Lazaretti¹; Dr.Carlos Luiz Strapazzon²

INTRODUÇÃO

Este resumo tem como propósito apresentar resultados preliminares parciais de pesquisa de tese em nível de Doutorado em Direito, junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, orientada pelo Prof. Dr. Carlos Luiz Strapazzon. A pesquisa em andamento aborda a temática central do trabalho decente, a efetivação de direitos sociais e o desenvolvimento sustentável e tem como referência espacial o cenário brasileiro, conjugada com um esforço de pesquisa empírica envolvendo o contexto da região oeste de Santa Catarina, a partir do marco temporal do ano de 1999. Envolve ainda uma dimensão normativa e outra de práticas sociais, particularmente, dos significados correntes de decência em alguns setores selecionados do mundo do trabalho e diretamente ligados às políticas públicas de efetivação de direitos sociais. A partir dessa delimitação, o objetivo geral deste trabalho consiste em demonstrar os resultados parciais da primeira fase da estratégia metodológica traçada pela pesquisadora no projeto de tese, consistente na coleta de dados e informações. O problema de pesquisa proposto na tese parte da carência de literatura analítica específica sobre o sentido jurídico e o propósito do trabalho decente no ordenamento jurídico brasileiro. O trabalho decente, tal como foi apresentado pela Organização Internacional do Trabalho, envolve a proteção de direitos sociais, como a alimentação, a segurança, a moradia, a educação e a segurança social. Contudo, o termo decente compreende desdobramentos que ultrapassam a esfera jurídica, de modo que os estudos sobre este tema parecem explorar apenas superficialmente as muitas possibilidades abertas desse conceito, especialmente no campo do trabalho, onde a ideia de decência admite diversos significados.

METODOLOGIA

A pesquisa de tese está sendo desenvolvida sob rigorosa metodologia científica para elucidar, por um lado, a natureza jurídica do trabalho decente, ou seja, sua dimensão normativa, e por outro, a dimensão da efetividade, a partir de um olhar nas políticas direcionadas para a efetivação do trabalho decente. A estratégia metodológica traçada dividiu a pesquisa em duas fases: fase de coleta de dados e informações e fase de análise e redação de resultados. A coleta de dados priorizou fontes primárias e foi realizada a partir da pesquisa documental, com a adoção das técnicas de pesquisa normativa, pesquisa jurisprudencial, mapeamento de documentos oficiais da OIT, ONU,

¹ Doutoranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Social, Trabalho Decente e Desenvolvimento. E-mail: iklazaretti@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Social, Trabalho Decente e Desenvolvimento. E-mail: strapazzon.carlos.luz@gmail.com.





OCDE, mapeamento de políticas públicas, além de revisões sistemáticas de literatura sobre o tema do trabalho decente. A fase de análise e redação de resultados está atualmente em andamento e tem como objetivo avaliar cada um dos dados coletados a partir da análise qualitativa, por meio da técnica de análise de conteúdo.

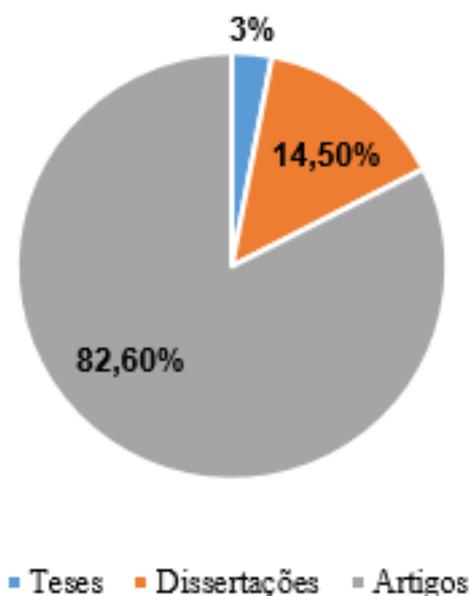
RESULTADOS

Esta seção apresenta resultados parciais da pesquisa realizada, especialmente do levantamento de dados e informações. A pesquisa documental para o levantamento do percentual de trabalhos publicados sobre trabalho decente considerou artigos, dissertações e teses. Para a seleção dos trabalhos foram considerados alguns critérios: para os artigos, foram selecionados somente artigos revisados por pares publicados entre os anos de 1999 até o mês de junho de 2022 e que a expressão “trabalho decente” foi encontrada no título e no resumo; para teses e dissertações, a seleção foi realizada com base no conteúdo do título e do resumo e que abordaram diretamente a temática central. A distribuição dos trabalhos encontrados por base pesquisada pode ser visualizada na Tabela 1 e o percentual de trabalhos publicados pelo Gráfico 1.

Tabela 1 – Trabalhos publicados sobre trabalho decente

Base consultada	Tipo de trabalho	Quantidade
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Teses	12
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Dissertações	63
Scielo	Artigos*	33
Portal de Periódicos da CAPES	Artigos**	164
Google Acadêmico	Artigos	160
		Total: 432 trabalhos

Gráfico 1 – Percentual de trabalhos publicados sobre trabalho decente

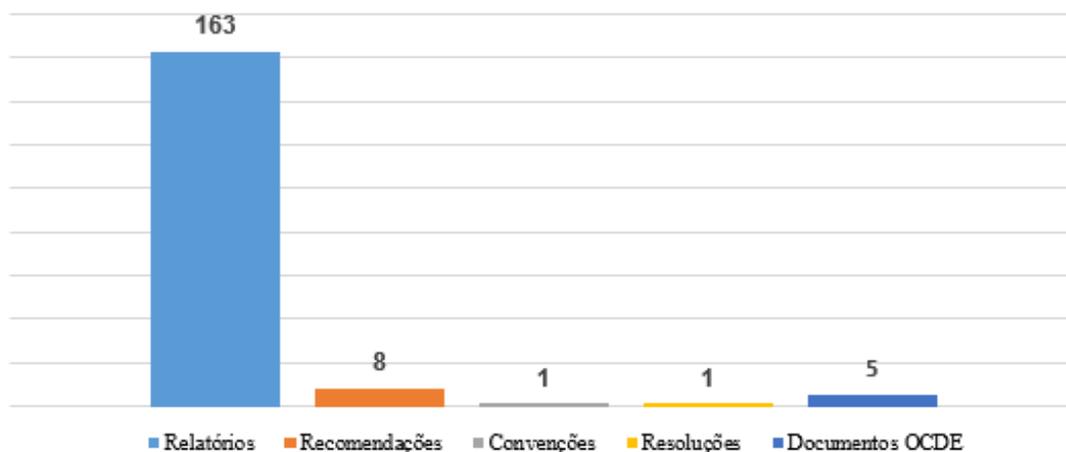


Elaborado por Isadora K. Lazaretti em 17 set. 2022



O mapeamento dos documentos oficiais da OIT, incluindo convenções, recomendações e resoluções considerou como critério para seleção a presença da palavra-chave “trabalho decente” no título do relatório ou documento. Quanto às convenções internacionais, foram analisadas 190 convenções (dentre as vigentes e as revogadas), de modo que apenas uma versa sobre trabalho decente, que é a Convenção 189 sobre trabalho decente para trabalhadores domésticos, de 2011. As demais não tratam sobre trabalho decente. O termo “decente” somente começou a aparecer nas convenções a partir de 2003 e geralmente no preâmbulo, para ressaltar a missão da OIT de promover condições decentes de trabalho, como na Convenção 185 de Documentos de Identidade de Marítimos de 2003; na Convenção 187 de Estrutura Promocional para Segurança e Saúde Ocupacional, que ressalta que a promoção da segurança e saúde ocupacional faz parte da agenda de trabalho decente para todos da OIT; a Convenção 188 sobre Trabalho na Pesca de 2007 que também ressalta a missão central da OIT de promover condições decentes de trabalho; e a Convenção 190 sobre Violência e Assédio de 2019, que reconhece violência e o assédio no mundo do trabalho como inaceitáveis e incompatíveis com o trabalho decente. Antes de 1999 o termo decente ou trabalho decente não aparecia nas convenções da OIT. Quanto às recomendações, foram analisadas as 206 recomendações da OIT, dentre as que foram alteradas ou substituídos e as que se encontram em vigência. Deste número, apenas 07 fazem menção ao trabalho decente em algum momento de seu texto, mas apenas uma trata do trabalho decente de forma específica, que é a Recomendação sobre Emprego e Trabalho Decente para a Paz e Resiliência. Em relação aos documentos da OCDE sobre trabalho decente, poucos foram os documentos encontrados. A quantidade pode ser visualizada por meio do Gráfico 2.

Gráfico 2 - Quantidade de documentos da OIT e OCDE



Elaborado por Isadora K. Lazaretti em 17 set. 2022

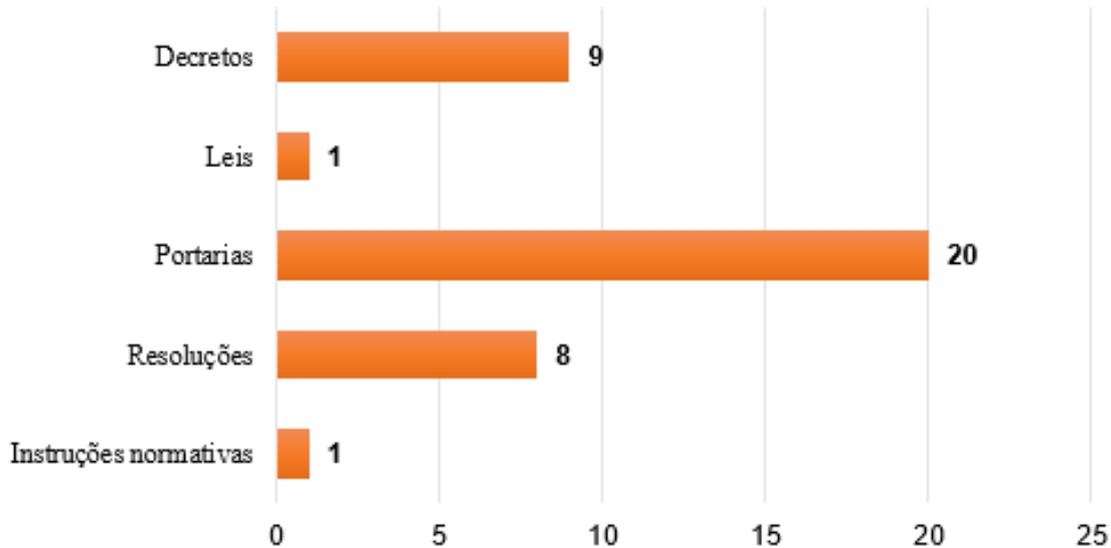
A pesquisa normativa da legislação brasileira buscou identificar todas as leis trabalhistas e atos normativos infralegais que regulem, de forma direta e objetiva, o trabalho decente. Em busca preliminar junto ao site oficial do Planalto, a pesquisa com a palavra-chave “trabalho decente” apresentou 55 resultados. Ainda, a busca junto ao Diário Oficial da União com a mesma palavra-chave retornou 144 resultados. Contudo, em uma análise minuciosa de cada um dos resultados, verificou-se





não existir nenhuma lei ou ato normativo infralegal que regule o trabalho decente no Brasil. O termo apenas é citado ao longo do texto normativo de alguns atos normativos sem caráter regulatório e específico ao trabalho decente. A seleção dos resultados teve como critérios o aparecimento da expressão “trabalho decente” no ato normativo e a forma como foi empregada. Foram descartados todos os documentos que embora constem a expressão em seu texto, não interessam à presente pesquisa, como editais, despachos, orientações, recomendações e nomeações. O percentual de atos normativos brasileiros encontrados pode ser visualizado por meio do Gráfico 3.

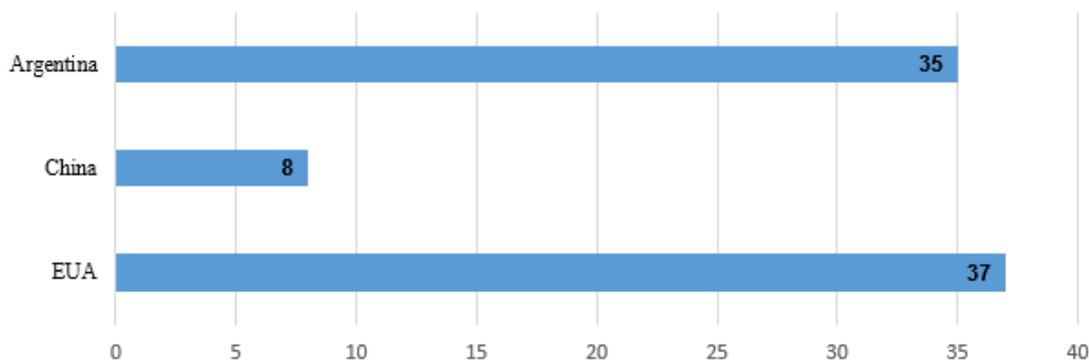
Gráfico 3 – Número de atos normativos brasileiros



Elaborado por Isadora K. Lazaretti em 17 set. 2022

A pesquisa normativa também apresentou resultados quanto ao número de leis em matéria de trabalho da China, dos Estados Unidos e da Argentina. Esse ponto da pesquisa ainda se encontra em andamento, mas resultados quantitativos preliminares podem ser verificados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Número de leis em matéria de trabalho, por país



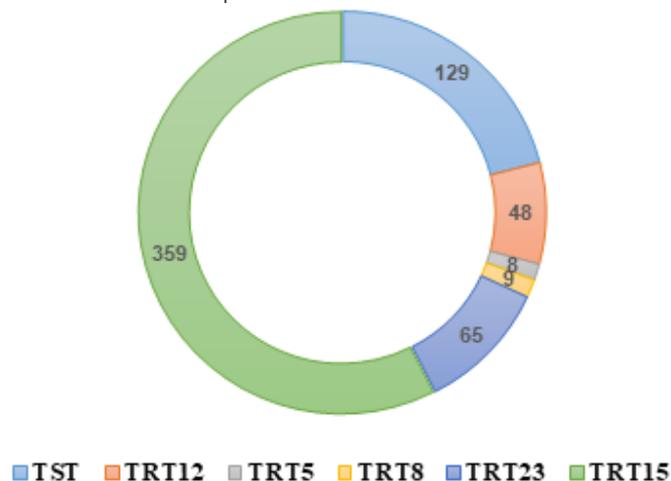
Elaborado por Isadora K. Lazaretti em 17 set. 2022

Em relação à pesquisa jurisprudencial, as buscas realizadas retornaram resultados quantitativos de acórdãos consideráveis a depender do tribunal. Como critério de seleção, foi considerado o emprego da expressão “trabalho decente” no acórdão, sendo as buscas realizadas



tanto pela ementa como pelo voto de julgamento. O número de acórdãos, por tribunal, pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Acórdãos com o uso da expressão “trabalho decente” por tribunal



Elaborado por Isadora K. Lazaretti em 17 jun. 2022

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O surgimento da ideia de trabalho decente tem como marco inicial a utilização dessa expressão de forma oficial, pelo Diretor Geral da OIT, Juan Somavia, durante a 87ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, que aconteceu em Genebra nos dias 1 a 17 de junho de 1999. A OIT propôs considera o trabalho decente como um objetivo global, que se resume a “promover oportunidades para que mulheres e homens obtenham um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana” (ILO, 1999, s.p). A partir de 1999, a OIT passou a integrar o trabalho decente na pauta de sua agenda, editando relatórios e uma gama de documentos sobre trabalho decente, além de realizar conferências e eventos, com discursos voltados à realização deste ideal. Entretanto, desde que foi lançado, a OIT não formulou um conceito claro que explique o significado da decência no trabalho ou ainda dos propósitos deste ideal. Também não é possível compreender a natureza jurídica do trabalho decente, na medida em que não é possível extrair, da forma como este conceito foi lançado, se representa um direito, um princípio ou uma diretriz, por exemplo. Segundo Uriarte (2000), o lançamento do trabalho decente foi visto como um “slogan” desprovido de conteúdo definido. Ghione (2001) entende que o trabalho decente contém uma escassa definição, mas ao mesmo tempo, constitui-se como uma novidade no discurso jurídico-trabalhista, diante das consequências e implicações das propostas da OIT aos mercados de trabalho. O conceito de trabalho decente é utilizado pela OIT como uma metáfora para identificar a necessidade de melhorar as condições de trabalho das pessoas. Contudo, foi formulado pela OIT de forma muito vaga (VOSKO, 2002). Muitos estudiosos se debruçaram sobre o tema do trabalho decente, a fim de formular uma concepção mais clara deste conceito. Anker *et al* (2003) partem da ideia que o trabalho decente é a garantia do trabalho a todos aqueles que buscam encontrá-lo; um trabalho livre em termos de escolha, participação e discriminação; um trabalho produtivo que gere subsistência; um





trabalho que assegure tratamento justo e igualitário; um trabalho que preserve a saúde e proteção financeira; e, por fim, trabalho decente seria um trabalho que trate os trabalhadores com respeito, que assegure liberdade de expressão e que possibilite a participação da tomada de decisões sobre condições de trabalho (ANKER et al, 2003). Da mesma forma, Ghai (2006) forneceu uma introdução analítica ao conceito e substância do trabalho decente, entendendo que a contribuição intelectual do trabalho decente vai muito além da expressão da essência da missão e das áreas de trabalho da OIT. Para ele, “os diferentes domínios dos componentes do trabalho decente reúnem questões relacionadas com os direitos no trabalho, voz e representação, segurança humana e emprego” (GHAJ, 2006, p. 3). Ele afirmou que o trabalho decente possui característica universal, por ser aplicável a todos os trabalhadores de todas as sociedades, e seus objetivos são válidos em todo o espectro da diversidade institucional e de desenvolvimento. A universalidade e a riqueza do paradigma do trabalho decente são realçadas pela dificuldade de sua aplicação em diferentes países, diante da diversidade nas estruturas econômicas, institucionais e na fase de desenvolvimento. Como destaca Abramo (2010), o trabalho decente pode ser compreendido como um conceito multidimensional, porque acrescenta à noção consolidada na OIT, a ideia de direitos, no sentido de que todo aquele que vive do seu trabalho é sujeito de direito e não apenas aquele que estão inseridos nos setores mais estruturados da economia. O trabalho decente seria então “um trabalho suficiente e desejável”, que envolve a garantia e a efetivação condições dignas e seguras de trabalho; a erradicação do trabalho escravo, infantil e degradante; a igualdade de gênero e de raça no trabalho, tanto em termos de igualdade de tratamento como igualmente de oportunidades; do acesso à segurança social; do poder de expressão e da possibilidade de ser ouvido, no local de trabalho e na própria comunidade (ABRAMO, 2015, p. 29). Ainda, o trabalho decente também foi considerado como uma *tentativa* de captar a integração de objetivos sociais e econômicos da OIT e seus elementos essenciais reúnem emprego, direitos laborais, segurança e representação, numa unidade internamente coerente que faz sentido quando considerada como um todo (RODGERS, 2002). A maioria dos autores que discute o trabalho decente em suas pesquisas, o faz com base em uma reinterpretação que igualmente se limitam aos objetivos estratégicos ou características já estabelecidas nos relatórios editados pela OIT.

CONCLUSÕES

A pesquisa até então realizada permite concluir que, na sua maioria, os trabalhos publicados sobre trabalho decente não trazem nenhuma definição quanto à natureza jurídica e os propósitos deste ideal, principalmente considerando o ordenamento jurídico brasileiro. Também foi possível verificar que a OIT não utilizava os termos “decente” ou “decência” antes de 1999 e que o termo “decente” somente começou a aparecer nas convenções internacionais da OIT a partir do ano de 2003, geralmente no preâmbulo, para ressaltar a missão da OIT de promover condições decentes de trabalho, de forma muito genérica. A OIT possui apenas uma convenção sobre trabalho decente, que, entretanto, não define este ideal e tampouco trata especificamente sobre ele. Da mesma forma, as recomendações da OIT que versam sobre trabalho decente, igualmente, não é possível extrair uma definição ou compreender sua natureza jurídica. Isso evidencia que a OIT dispõe de grande produção de conteúdo doutrinário, ao





mesmo tempo em que se verifica uma carência de produção normativa. A OCDE também não tem realizado discussões voltadas ao trabalho decente, diante da escassez de documentos encontrados sobre o tema. A pesquisa normativa realizada permite concluir, pelo menos por ora, que o Brasil não regula o trabalho decente, uma vez que não há nenhum ato normativo sobre a matéria, sendo utilizada a expressão de forma aleatória em atos normativos, sem cunho regulatório específico deste ideal. Os atos normativos encontrados, ocasião em que a expressão “trabalho decente” é utilizada são, na sua maioria, portarias e resoluções. Isso demonstra a precariedade regulatória do tema no Brasil e a opção por um modelo regulatório baseado em políticas de governo e não de Estado. A pesquisa jurisprudencial demonstrou, em uma análise preliminar, que o trabalho decente vem sendo empregado nos acórdãos proferidos no âmbito da Justiça do Trabalho brasileira como forma de fundamentar o conteúdo da decisão judicial proferida, não sendo possível extrair elementos que definam o trabalho decente, seu significado ou propósito no ordenamento jurídico brasileiro.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. Trabalho Decente: o itinerário de uma proposta. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 20, n. 2/3, p. 151-171, jul./set. 2010.

_____. **Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil**: uma estratégia de ação baseada no diálogo social. Organização Internacional do Trabalho: Genebra: OIT, 2015.

ANKER, Richard *et al.* **Measuring decent work with statistical indicators**. International Labour Review, Genebra, v. 142, n. 2, p.147-177, 2003.

GHAJ, Dharan. Decent work: universality and diversity. In: GHAI, Dharan (Ed.) **Decent work: objectives and strategies**. Genebra: International Labour Organization, 2006, p. 1-30.

_____. Decent work: concept and indicators. **International Labour Review**, International Labour Organization, vol. 142(2), 2003, p. 113-145.

ILO. INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Decent work**. Report of the Director General to the 87th Session International Labour Conference. Genebra, 1999. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RODGERS, Gerry. El trabajo decente como una meta para la economía global. **Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional**: formación profesional, productividad y trabajo decente. Montevideo, n. 153, 2002, p.9-28.





_____. The goal of decent work. **Institute of Development Studies Bulletin**. Vol. 39, n. 8, May-2008, p. 63-68.

URIARTE, Oscar Ermida. **Trabajo decente y formación**. Cinterba, 2001.

VOSKO, Leah F. Decent work: the shifting role of the ILO and the struggle for global social justice. **Global Social Policy**. 2002; vol. 2(1), p.19-46.





ACCOUNTABILITY EDUCACIONAL NO BRASIL: INDICATIVOS DE RESPONSABILIZAÇÃO, REGULAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Silmara Terezinha Freitas¹

INTRODUÇÃO

Inicialmente utilizada como um mecanismo para exigir prestação de contas e comprometer os agentes públicos pelos resultados obtidos (AFONSO, 2019), a *accountability* é introduzida no contexto da reforma do aparato estatal e, em sua esteira, da contra-reforma educacional, movimentos esses alinhados com uma perspectiva de Estado Neoliberal. Nesse contexto, a forma predominante de utilização dos mecanismos que compõem um sistema de *accountability* associa-se à promessa de melhoria da qualidade educacional, contribuindo com a descaracterização da sua potencialidade enquanto instrumento que pode favorecer o protagonismo da comunidade escolar e a democratização dos processos educativos. Em tal contexto, ganham proeminência duas dimensões do controle social: a primeira, do Estado para a comunidade escolar e; a segunda, das ferramentas de *accountability* como instrumentos para responsabilizar os agentes escolares (diretores e professores) pelos resultados educacionais.

Considerando este cenário, o estudo teve por objetivo identificar percepções e interpretações sobre o tema por meio da análise da produção de conhecimento realizada no Brasil no período compreendido entre 1990 a 2021 (justifica-se o presente recorte temporal, considerando o contexto da reforma educacional implementada no Brasil, a partir da década de 1990). Os trabalhos catalogados foram agrupados em descritores analíticos, considerando a associação, geralmente produzida na literatura da área da educação, entre avaliação em larga escala, regulação, responsabilização, prestação de contas e *accountability*.

METODOLOGIA

No curso de análises de tipo mapeamento e com o intuito de contribuir com o debate sobre como o tema tem sido tratado na literatura da área, levantamos artigos, teses e dissertações disponibilizados nas plataformas *ScieELO* e *BDTD*, no período de 1990 e 2021, na área da Educação, considerando a incidência da expressão *accountability* educacional. As produções coletadas nas duas plataformas foram filtradas, considerando os seguintes critérios de busca: tempo, tipo de material, idioma (português), nacionalidade (Brasil), periódicos revisados por pares. O agrupamento obedeceu a ocorrência dos descritores analíticos: regulação, responsabilização e prestação de contas. A seleção destes descritores teve por referência Afonso (2019). O corpus documental, ficou

¹ Doutoranda em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEd da Unoesc Joaçaba. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania. E-mail: silmara.fisica@gmail.com





constituído por 35 produções agrupadas conforme incidência em um dos descritores, regulação (45,7%), responsabilização (42,9%) e prestação de contas (11,4%).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por se tratar de um termo complexo e que engendra vários significados e interpretações, relacionadas a diferentes contextos e posicionamentos políticos e ideológicos, não existe uma unanimidade com relação ao conceito de *accountability*. Nesse estudo, adotamos a perspectiva de Afonso (2019, p.7) que a define “[...] como a resultante da interação de três dimensões essenciais: avaliação, prestação de contas e responsabilização.”

Estudos de mapeamento do tema da *accountability* educacional já foram desenvolvidos por diversos autores. Entre os mais recentes, podemos destacar o de Morais e Schneider (2019) que levantaram a produção de teses e dissertações publicadas entre 1986 e 2016 e o de Schneider e Miguel (2019) que investigaram artigos disponibilizados na plataforma Capes Periódicos, de 2001 a 2016.

No presente mapeamento, constatamos alguns movimentos interessantes sobre *accountability* educacional no Brasil, que independentemente do tipo de discussão há propensões teóricas similares sobre o conceito, relacionado predominantemente à prestação de contas e à responsabilização, com maior frequência para essa última. O autor mais referenciado nos escritos foi Almerindo Janela Afonso com incidência de 71,4% dos trabalhos.

A abordagem qualitativa do problema de investigação sobressai-se em 68,6% das produções. Contudo, apresentam diversificação no tocante aos métodos e instrumentos de pesquisa. Causou estranhamento, entretanto, a ausência de explicitação da metodologia em 14,3% dos escritos. Encontramos artigos sobre os usos de mecanismos de *accountability* focalizando aspectos de programas de avaliação. Nestas produções, as discussões centram-se, em como esses programas impactam a prática pedagógica tornando-se marcos regulatórios do trabalho docente e formação dos currículos escolares. Os trabalhos do descritor analítico responsabilização tratam a temática em articulação com programas de incentivos, destacando iniciativas desenvolvidas em estados da federação do Brasil. Nesse contexto, concebem o pilar da responsabilização como um instrumento de gestão voltado ao cumprimento de metas por meio de avaliações externas às escolas e aplicadas em larga escala. No descritor analítico prestação de contas foram agrupados trabalhos que privilegiam a reflexão crítica às políticas de *accountability* educacional e apontam para a necessidade de maior aprofundamento como um dispositivo *accountable* de transparência das informações e justificação dos resultados educacionais.

CONCLUSÕES

Na educação, o tema da *accountability* é inserido timidamente, associado às políticas de avaliação, regulação, responsabilização e prestação de contas. Destaca-se, a preocupação com os impactos das políticas implantadas por governos nacional, estaduais e municipais que utilizam





ferramentas de accountability em associação com programas de avaliação em larga escala, da qualidade educacional. A preocupação, evidenciada recai sobre as mudanças nos processos da gestão dos sistemas de ensino, com consequências nas práticas curriculares e pedagógicas. O desenvolvimento de estudos que consideram a problematização dos aspectos aqui levantados poderá contribuir para o aprofundamento de análises que tomam como vetor políticas públicas de avaliação e regulação da qualidade educacional e seus efeitos.

AGRADECIMENTOS

A autora Silmara Terezinha Freitas agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa no Programa de Pós Graduação em Educação. Em especial, a UNOESC e a professora orientadora de tese Dra. Marilda Pasqual Schneider pelas oportunidades, apoio e incentivo.

REFERÊNCIAS

HABERMAS, Jürgen; MCCARTHY, Thomas; MCCARTHY, Thomas. **The theory of communicative action**. Boston: Beacon press, 1984.

AFONSO, A. J. Nem tudo que conta em educação é mensurável. Crítica à accountability baseada em testes standardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v.13, n. 13. Lisboa, 2009.

AFONSO, A. J. Tendências regulatórias e impactos nas desigualdades educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 40, Campinas, 2019.

MORAIS, M. L.B. **Produção de conhecimento sobre accountability educacional: um estudo a partir de teses brasileiras (1987-2016)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2019.

SCHNEIDER, M. P.; MIGUEL, S.S. **Produção científica sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização (accountability) no Brasil**. Atos de Pesquisa em Educação - ISSN 1809-0354. v.14, n.1, jan./abr. Blumenau, 2019.





ANÁLISE DA GESTÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* A PARTIR DA ESTRATÉGIA COMO PRÁTICA SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA UFFS

Dr. Nelson Santos Machado¹; Kelli Fiorentin²

INTRODUÇÃO

Os estudos de Estratégia como Prática Social (EPS) implicam em perspectivas sociológicas aplicadas à Administração nos diversos ambientes organizacionais (WHITTINGTON, 2004; WILSON; JARZABKOWSKI, 2004).

A expansão do ensino superior público no Brasil ocorrida nas últimas décadas, promoveu a demanda natural por novos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPGSS), conforme apresenta o Balanço Social da Secretaria de Educação Superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC], n.d.).

A pós-graduação no Brasil é fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde a década de 1970 (CABRAL; SILVA; PACHECO; MELO, 2020). O cenário gira em torno de decisões estratégicas contidas nos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e normativas publicadas pela CAPES, além do aporte subsidiado pelo Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG).

O tema de pesquisa estabelece a análise da gestão da pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), entre os períodos de 2009 e 2019, pela lente teórica da Estratégia como Prática Social, e se direciona ao processo de strategizing (WHITTINGTON, 2003), admitindo a interconexão dos elementos considerados centrais para o campo da EPS, a práxis, a prática e os praticantes nos diferentes ambientes micro e macroorganizacionais (WHITTINGTON, 2006).

O objetivo geral consiste em analisar como ocorreu a formação da estratégia para a implantação da PGSS na UFFS, a partir dos pressupostos da Estratégia como Prática Social?

METODOLOGIA

A pesquisa assume uma abordagem qualitativa e foi realizada após envio ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), certificado sob o número 51594221.4.0000.5564, e parecer sob o número 5.020.211.

Foi desenvolvido um estudo de caso único sobre a gestão da pós-graduação *stricto sensu*, considerando o ambiente da UFFS, especificamente, os setores que atuam de forma direta na PGSS.

¹ Professor do Mestrado Profissional e Doutorado em Administração da Unoesc Chapecó. E-mail: nelson.machado@unoesc.edu.br

² Mestre em Administração pelo Mestrado Profissional em Administração – MPA – Unoesc. E-mail: kellifiorentin@gmail.com





Foram definidas como técnicas de coleta de dados: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Os participantes da pesquisa foram eleitos por meio da amostragem intencional, a partir do estudo *in loco* dos setores de pós-graduação da UFFS. Dos doze convidados, onze deram a devolutiva com o aceite para a participação e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas geraram dezesseis horas e dezoito minutos de fala e trezentas e uma laudas.

Para a análise dos dados qualitativos no estudo de caso foram explorados com mais profundidade os conceitos definidos por Yin (2016), sobre as cinco fases, com contribuições de Bardin (2011), sobre análise de conteúdo. O método de triangulação foi utilizado no período descritivo e analítico da pesquisa para validação dos dados de diferentes fontes (YIN, 2016).

Foi elaborada uma narrativa da trajetória histórica do processo de criação e implantação da PGSS na UFFS, propiciando um estudo temporal lógico dos eventos ocorridos, a partir da concepção do participante (ZACCARELLI; GODOY, 2013). A narrativa foi composta por 18 marcos históricos importantes, que serviram como base para a análise.

Sobre as categorias de análise *a priori*, foi elaborado um *framework* conceitual que estabelece os principais elementos da EPS. Também foram estabelecidas categorias de análise *a posteriori* a partir de uma linha do tempo composta com os marcos históricos da pesquisa, bem como matrizes de EPS. Isso auxiliou na análise da gestão da PGSS sob a lente da EPS, observando os processos de *strategizing* por meio da interconexão entre os praticantes, práticas e *práxis*, incluindo as agendas sociológicas e gerenciais entre os estrategistas, praticantes de estratégia e *stakeholders*, por meio da análise do micro e macroambiente organizacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Durante a revisão teórica, foram visitadas as agendas de pesquisa em EPS de Whittington (2004) e Wilson e Jarzabkowski (2004), bem como os principais conceitos da estratégia vista como processo, para responder ao problema proposto na pesquisa. Whittington (2003) trouxe o termo "*strategizing*" para o contexto da prática de formulação de estratégias nas organizações.

Whittington (2006) apresentou três temas centrais que permeiam nos ambientes intra e extraorganizacionais: *práxis*, prática e praticantes. Fenton e Langley (2011) trazem um quarto elemento denominado "texto de estratégia", como documentos que são elaborados com a finalidade de traduzir os discursos em texto para apresentá-los aos praticantes. A estratégia como prática proporciona visualizar respostas que tragam resultados emergentes (VAARA; WHITTINGTON, 2012).

Para a PGSS, dados teóricos e empíricos sobre a CAPES, os PNPGs e o SNPG foram consultados em trabalhos de Cabral et al. (2020), Balsanello e Trevisol (2020), Trevisol e Pinto (2020), dentre outros. São estudados os PNPGs mais recentes, bem como as últimas Avaliações Quadriênais da CAPES inclusas no SNPG. A Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da Pós-Graduação tem um aspecto multidimensional e deve considerar a "formação de pessoal; produção





científica e tecnológica; impactos e relevância social; internacionalização; inovação e transferência de conhecimento.” (TREVISOL; PINTO, 2020, p. 4).

O estudo teórico serve para avançar nas categorias de análise, estruturar o método de pesquisa e partir para a descrição e análise do conteúdo proposto.

CONCLUSÕES

A formação da estratégia para a implantação da PGSS na UFFS ocorreu desde o início pela conexão entre os elementos da EPS. Os principais achados da pesquisa estão centrados na interação dos praticantes, práticas e *práxis* nos diferentes ambientes organizacionais, e da geração de resultados emergentes para a pós-graduação da universidade pesquisada. A interação entre os estrategistas, os praticantes de estratégia e *stakeholders* criou um ambiente de negociação para a definição de prioridades que serviram de base para as primeiras iniciativas da PGSS na universidade. Foi identificado o uso de textos de estratégia como resultado de debates, úteis para difundir as práticas intersetoriais, além de proporcionar credibilidade e transparência ao trabalho que estava sendo realizado. Os marcos históricos da narrativa demonstraram os resultados emergentes derivados dos processos de *strategizing*. Como contribuição teórica, sugere-se o estudo da EPS a partir de dados longitudinais, para entender a interação entre praticantes, práticas e *práxis*. Propõe também o estudo sobre os PPGSS específicos, para corroborar com a gestão da pós-graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos participantes da pesquisa, que nos atenderam com muito entusiasmo e presteza, e unanimemente registraram suas satisfações em cada entrevista realizada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. [2.ed.] São Paulo: Edições 70, 2011.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

CABRAL, T. L. DE O.; SILVA, F. C. DA; PACHECO, A. S. V.; MELO, P. A. DE. A CAPES e suas sete décadas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 16, n. 36, p. 1-22, 29 out. 2020.

FENTON, C.; LANGLEY, A. Strategy as Practice and the Narrative Turn. **Organization Studies**. Londres, v. 32, n. 9, 25 jul. 2011.

JARZABKOWSKI, P., BALOGUN, J., SEIDL, D. Strategizing: The challenges of a practice perspective. **Human Relations**. Londres, v. 60, n. 1, p. 5-27, jan. 2007.





VAARA, E.; WHITTINGTON, R. Strategy-as-practice: taking social practices seriously. **The Academy of Management Annals**. New York, v. 6, n. 1, p. 285-336, 1 jun. 2012.

WHITTINGTON, R. The Work of *Strategizing* and Organizing: for a practice perspective. **Strategic Organization**. Londres, v. 1, n. 1, p. 117-125, 2003.

WHITTINGTON, R. Estratégia após o modernismo: recuperando a prática. **Revista de Administração de Empresas – RAE**. São Paulo, v. 44, n. 4, p. 44-53, 1 set. 2004.

WHITTINGTON, R. Completing the practice turn in strategy research. **Organization Studies**, Londres, v. 27, n. 5, p. 613-634, 2006.

WILSON, D. C.; JARZABKOWSKI, P. Pensando e Agindo Estrategicamente: novos desafios para a análise estratégica. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 11-20, 1 set. 2004.

ZACCARELLI, L. M.; GODOY, A. S. “Deixa eu te Contar uma Coisa...”: possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. **Revista Gestão Organizacional – RGO**, Chapecó, SC, v. 6, Ed. Esp., p. 25-36, 2013.

BALSANELLO, G.; TREVISOL, J. V. As Políticas de Regulação e de Expansão da Pós-Graduação no Brasil (1961-2020). In: XIII REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPEd-Sul (2020). Blumenau, SC: 2020.

TREVISOL, J. V.; PINTO, A. L. B. V. A Autoavaliação nas Políticas da Pós-Graduação Brasileira. In: XIII REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPEd-Sul. Blumenau, SC: 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília: Autor, n.d.





ANÁLISE DA PERSPECTIVA PRÁTICA DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA EM SEU AMBIENTE DE TRABALHO

Luciano Caon Pellin; Victória Grigolo.

INTRODUÇÃO

A palavra “Psicologia” tem origem grega, “psychés” que significa alma e “logos”, que diz respeito à razão ou estudo de algo. A Psicologia no período da antiguidade muito antes de ser considerada uma ciência já intrigava os filósofos. Aristóteles, filósofo grego, escreveu o livro Da Alma, que faz reflexões sobre aquilo que considera a essência dos seres, sua natureza, como se alimenta e sua influência no intelecto dos seres humanos. Durante os períodos seguintes, incontáveis pensadores se dedicaram ao estudo das faculdades mentais e consciência ou inconsciência dos indivíduos. No final do século XIX a Psicologia passa a ser considerada uma ciência experimental, através de estudos conduzidos na Alemanha. Nos dias atuais, o psicólogo estuda, e atua nos fenômenos psíquicos e comportamentais do ser humano através da análise de emoções, ideias e valores. Assim, consegue diagnosticar, prevenir e tratar doenças mentais, distúrbios emocionais e de personalidade, contribuindo no processo de fortalecimento ou reconstrução da saúde mental e física dos pacientes.

MÉTODOLOGIA

O estágio utilizou-se da técnica de entrevista com roteiro pré-definido, com o apoio de gravações de áudio e posteriormente com análise do discurso. Quanto ao método, o estudo classifica-se como indutivo, específico e observacional. Quanto aos objetivos, o estudo é descritivo, e quanto ao objeto classifica-se com um estudo de caso. Este estágio realizou-se no segundo semestre de 2022 nas dependências da clínica da psicóloga Flávia Panaccione CRP – 12/12293, na cidade de Videira, Santa Catarina.

RESULTADOS

O estágio é o momento que o acadêmico tem a oportunidade de averiguar a relação teoria x prática da profissão. Os destaques do estudo é a psicologia organizacional, inserida nas empresas desde a contratação, avaliação de desempenho e até mesmo no processo de desligamento destes. Utilizando-se de testes que permitem a avaliação do trabalhador, pode ser citado como exemplo o teste HTP (Casa, Árvore, Pessoa), teste onde é observado como a pessoa interage em sociedade, sendo de grande importância em trabalho conjunto nas instituições empresariais. Ao decorrer do estágio, percebe-se a seriedade e comprometimento do trabalho e dos desafios da profissão.





FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estudo feito com base na Psicologia Organizacional antes X atualmente. Abordou-se o fato de que, anteriormente, a função do psicólogo organizacional era de cronometrar o tempo de produção do trabalhador. Nos dias atuais, o psicólogo organizacional preocupa-se com a saúde física e mental de seus trabalhos, promovendo palestras motivacionais e trabalhos em equipes que realcem os pontos fortes de cada trabalhador, além de aplicar testes para seleção de vagas e atuar nos desligamentos da empresa.

CONCLUSÕES

O estudo permitiu compreender a relação sala de aula e as rotinas de um Psicólogo. Permitiu visualizar as possíveis atuações do profissional e também compreender a importância dos testes avaliativos nas organizações que resultam em uma melhoria dos colaboradores. Por fim pode-se afirmar que os objetivos propostos no trabalho foram atingidos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos direcionados a orientadora Professora M.a Fabiana Dagostini Piccoli e a Psicóloga Flávia Panaccione, que nos instruíram direcionaram para execução deste projeto.

REFERÊNCIAS

GIANNONI, Carla. **A importância do estágio para a vida pessoal e profissional**. Disponível em: <https://www.segs.com.br/educacao/181661-a-importancia-do-estagio-para-a-vida-pessoal-e-profissional> . Acesso em: 25 de setembro de 2022.

MENESES, Sara. **Estágio, pra quê? 5 motivos para se tornar um estagiário**. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/listas/estagio-pra-que-5-motivos-para-se-tornar-um-estagiario/>. Acesso em: 25 de setembro de 2022.

BERNARDY, Katieli¹; PAZ, Dirce Maria Teixeira². **IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/downloads/anais/ccs/importancia%20do%20estagio%20supervisionado%20para%20a%20formacao%20de%20professores.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2022.

NOTICIASDOCIEEPR. **A importância do estágio na vida profissional**. Disponível em: <https://www.cieepr.org.br/a-importancia-do-estagio-na-vida-profissional/>. Acesso em 25 de setembro de 2022.





CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E O DIREITO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Celso Paulo Costa¹

INTRODUÇÃO

Ciência, Tecnologia e Inovação, começaram a ganhar maior importância a partir do século XV e XVI no contexto das navegações e, sobretudo, no século XVIII, com a Revolução Industrial. Os efeitos colaterais da Revolução Industrial e do sistema capitalista que coloca a economia acima da natureza e da dignidade humana, cuja consequência é o desequilíbrio nos aspectos social, econômico e ambiental, fez surgir, na segunda metade do século XX, a proposta do Desenvolvimento Sustentável.

Essa problemática justifica porque a longo das últimas décadas a questão do Desenvolvimento Sustentável tem atraído constante interesse nas pesquisas e práticas das organizações e instituições. A preocupação resulta da constatação de um cenário paradoxal de esgotamento dos recursos naturais, aquecimento global, desigualdade social e de um modelo econômico que coloca em risco o ecossistema da vida no planeta e a proteção dos direitos fundamentais.

Nesse cenário, o direito fundamental ao Desenvolvimento Sustentável, vem sendo denegado em favor das metas econômicas, o que requer analisar o debate contemporâneo acerca da articulação e adequação do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Diante disso, o objetivo deste estudo é o de investigar, por meio de uma pesquisa teórico-metodológica, as bases do Desenvolvimento Sustentável como um direito fundamental.

METODOLOGIA

A metodologia envolve pesquisa interdisciplinar, de modo a reunir conhecimentos sobre a convergência, no Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre as temáticas do Direito, Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Os instrumentos de investigação baseiam-se em fontes normativas, com técnicas de análise documental, estatísticas e de revisão bibliográfica. A partir do objetivo do trabalho, procedeu-se a adoção metodológica bibliográfica e documental, encontrada em periódicos, artigos, dissertações, teses e fontes normativas dispostas nas seguintes fontes: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>, <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>, <https://www.scielo.br/>, <https://core.ac.uk/>, <https://bit.ly/co03g>, <https://bit.ly/3gH5xKd>, <https://scholar.google.com/>, <https://www.researchgate.net/>, <https://academic.microsoft.com/home>, <https://www.dimensions.ai/>, <https://bit.ly/3gH5xKd>, <http://>

¹ Doutorando em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), com pesquisa centrada na área do Direito e Segurança Social, sob a orientação do professor Dr. Carlos Luiz Strapazzon. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM). É Diretor Acadêmico da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc de Chapecó (2013-atual). Professor de Filosofia Jurídica e Direitos Humanos no curso de graduação em Direito da Unoesc Chapecó. Contato: celso.costa@unoesc.edu.br.





repositorio.ipea.gov.br/, livros e periódicos brasileiros disponíveis em <http://www.bvce.org.br/> e em espanhol dispostos em <https://biblio.juridicas.unam.mx/bjv>.

RESULTADOS

No último dia 22 de setembro de 2022, o Ministério da Economia anunciou novos cortes e bloqueios no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), na cifra de 1,7 milhão de reais, ação que altera os recursos orçados para 2022 e que compromete ainda mais o avanço científico do país.

Tais cortes afetam o sistema de CT&I do Brasil, uma vez que a pesquisa brasileira é largamente dependente das universidades, empresas e outras instituições de pesquisa financiadas com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Uma análise no Sistema integrado de Planejamento e Orçamento da União (SIOP), evidencia que o MCTI, precisa lidar com cifras compatíveis aos anos de 2000 – considerado a inflação –, frente ao triplo da população universitária, aumento da população e problemas que requerem respostas da CT&I (NEGRI, 2021).

Gráfico 1 - Investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil 2000-2022



Fonte: SIOP. Elaboração do autor, 2022.

O gráfico mostra o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia (em bilhões de reais), desde que começou a ser medido, no ano 2000.

As drásticas reduções orçamentárias e de investimentos na política brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação refletem riscos de desmonte ao sistema de CT&I e um grande obstáculo ao Desenvolvimento Sustentável do Brasil, uma vez que CT&I representam o sistema nervoso central de uma sociedade desenvolvida, seja do ponto de vista econômico, ambiental e social. Portanto, urge que o Brasil mobilize os instrumentos que dispõe a serviço do Desenvolvimento Sustentável, visto que a sociedade não pode prescindir da contribuição da Ciência, Tecnologia e Inovação.





FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Contemporaneamente, é amplamente difundido que a Ciência, Tecnologia e Inovação, são fatores determinantes para o Desenvolvimento Sustentável de uma nação. Que a capacidade de um país gerar riqueza e alcançar um Desenvolvimento Sustentável, está cada vez mais relacionado à sua competência em converter ciência e tecnologia em inovação, e essa capacidade depende da atuação e da interação de múltiplos agentes institucionais, destacadamente universidades, empresas e governo.

Buscando identificar os vários sentidos e contextos do Desenvolvimento Sustentável no texto constitucional brasileiro, evidenciou-se que a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) faz referência ao desenvolvimento no preâmbulo, artigos 3º, inciso II²; e, 225³.

Consoante a isso, a Constituição Federal Brasileira de 1988 concedeu um destaque inédito à Ciência, Tecnologia e Inovação na história do direito constitucional brasileiro, Capítulo IV, artigos 218⁴ e 219⁵. Estabelece o apoio governamental à empresa de base tecnológica (Art. 218); a promoção de sistemas regionais (Art. 218, § 2.º); a vinculação de receita tributária para CT&I (Art. 218, § 5.º); e define que o desenvolvimento da Ciência pode ocorrer de forma compartilhada entre União e Município (Art. 23).

Se é verdade que o progresso de uma nação está intimamente ligado com o seu progresso em CT&I e de um aparato legal para viabilizar tais investimentos, o Brasil não fica devendo no quesito legal, contudo, apesar da crescente relevância política, social e econômica das CT&I no mundo, seu papel tem sido subestimado nos investimentos pelo Estado brasileiro. O investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é de apenas 1,3% de seu PIB, bem atrás de países desenvolvidos.

Não bastasse a isso, as ameaças a CT&I brasileira decorrem dos graves cortes orçamentários que colocam em risco o sistema e vão na contramão de países desenvolvidos, que reforçam seus investimentos em CT&I como caminho para o Desenvolvimento sustentável.

CONCLUSÕES

Não obstante a previsão constitucional, o investimento em CT&I no Brasil anda na contramão de países desenvolvidos, apesar de representarem fatores determinantes de desenvolvimento de uma nação. Segundo a UNESCO (2021), o Brasil investe apenas 1,3% do seu PIB em tais Políticas Públicas, frente ao dobro deste investimento pelos países desenvolvidos da OCDE (MCTI, 2022).

No tocante a Ciência, evidencia-se que a produção científica brasileira está na 14ª posição no ranking da produção científica mundial, contudo, quando se trata do impacto da nossa

² Garantir o **desenvolvimento** nacional.

³ Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...], impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

⁴ O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

⁵ Capítulo específico para a Ciência, Tecnologia e Inovação.





produção científica, o Brasil ocupa a 62º lugar entre 74 países no chamado ranking de impacto (Rank Score, 2020).

Segundo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2021), quando se fala em Inovação Tecnológica, ainda que 30% do nosso PIB venha de pequenas e médias empresas, 66% não tem o grau de maturidade digital que precisam para concorrer neste mercado cada vez mais inovador. Nesse ranking de competitividade digital, o Brasil está na posição 51 de 64 países, o que implica em dizer que nossa capacidade competitiva é baixíssima, em razão de falta de educação, investimento, segurança jurídica, etc. Não diferente disso, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), de 132 países avaliados, o Brasil ficou na 54ª posição no ranking do Índice Global de Inovação (IGI, 2022).

Diante disso é fundamental fomentar Políticas Públicas e discussões de diferentes dimensões e significados da Ciência, Tecnologia e Inovação, que trazem em seu bojo mecanismos e paradigmas capazes de promover a efetivação do desenvolvimento sustentável e a realização de direitos sociais fundamentais.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapescc), ao professor orientador Carlos Luiz Strapazzon, aos coordenadores dos programas de mestrado e doutorado da Unoesc, aos parceiros da CUC da Colômbia e TALCA do Chile.

REFERÊNCIAS

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial 2021. Disponível em ABDI - Mapa da Digitalização das MPEs brasileiras. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil. (promulgada em 5 de outubro de 1988).** São Paulo: Saraiva, 2022.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação 2021.** Brasília: MCTIC 2022. Disponível em: Slide 1 (www.gov.br). Acesso em: 15 out. 2022.

IGI. **Índice Global de Inovação.** 2022. Disponível em: Global Innovation Index | What is the future of innovation-driven growth? Acesso em: 15 out. 2022.

NEGRI, Fernanda de. **Investimento em Ciência e Tecnologia é o menor em 12 anos.** Disponível em: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20210825/281487869437864>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Rank Score. SCImago Journal & Country Rank (SJR). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/brasil-esta-a-caminho-da-ultima-posicao-do-mundo-em-impacto-cientifico-heranca-maldita/>. Acesso em: 15 out. 2022.





COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS DO ESTUDANTE PESQUISADOR

Sayonara de Fátima Teston¹; Caroline Poerschke Vieira, Fábio Zanuzzo, Milena Ferraz, Natacha Ramos Partichelli, Natiele Andreoli Mulinari²

INTRODUÇÃO

Assumir atividades de pesquisa confere diferencial importante aos estudantes, pois como já se sabe, “quem não assume atividades de pesquisa durante a graduação ficará para trás no mercado de trabalho” (SAPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 21). Ao tempo que estar envolvido em atividades de iniciação científica (IC) é uma oportunidade, é também um desafio (MULINARI *et al.*, 2022). E, entre os principais desafios, está a necessidade de exercitar e aprimorar competências.

Para realizar pesquisa, além de competências técnicas, como as citadas por Mulinari *et al.* (2022), de buscar referências interessantes e confiáveis, redigir texto científico, realizar a coleta de dados, analisar e descrever resultados, e participar de atividades de divulgação científica, também não se pode deixar de mencionar a importância das competências socioemocionais.

Macêdo e Silva (2020, p. 966) definem as competências socioemocionais como a “capacidade de tomar consciência, compreender, regular e expressar as emoções de forma apropriada para auxiliar na realização de tarefas, nos processos de aprendizagem, na resolução de problemas, na formação e na gestão de relacionamentos”. Ainda segundo os autores, essas competências auxiliam o indivíduo a se adaptar de forma mais efetiva às demandas complexas de crescimento e desenvolvimento ao longo da vida e seu desenvolvimento e uso adequado contribuem para aumentar o bem-estar pessoal e a qualidade das relações sociais.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é promover reflexões sobre as competências socioemocionais de estudantes de graduação que se envolvem em atividades de pesquisa científica. O estudo é importante para a comunidade acadêmica, que, interessada em continuar promovendo o desenvolvimento de competências em estudantes por meio de atividades de investigação científica, é constantemente desafiada. Neste contexto, o estudo contribui para o tema do desenvolvimento social sustentável, no sentido de tornar a formação de jovens pesquisadores algo que pode ser gerido pela universidade, por meio do acompanhamento do desenvolvimento de competências socioemocionais. O texto também é relevante para estudantes, que ingressam em atividades de IC e poderão refletir sobre quais exigências virão, e o quanto elas são importantes para outras atividades cotidianas e laborais. E ainda, o trabalho contribui teoricamente para uma lacuna apontada por Macêdo e Silva (2020), sobre a importância de discutir o efeito das competências socioemocionais na vida cotidiana das pessoas, especialmente durante a execução de tarefas específicas, neste caso, a pesquisa de IC.

¹ Professora/pesquisadora do Mestrado e Doutorado em Administração e do Curso de Psicologia e Administração, Unoesc, Grupo de Pesquisa CviP e Projeto de Pesquisa em Pessoas e Organizações.

² Estudantes/pesquisadores do Curso de Psicologia, Unoesc, Grupo de Pesquisa CviP e Projeto de Pesquisa em Pessoas e Organizações.





MÉTODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência. O relato será apresentado levando em consideração as observações sobre competências socioemocionais de uma Professora orientadora de pesquisa em contato com cinco orientandos de graduação. Os estudantes participaram das atividades de IC no ano de 2022. Cada estudante conduziu uma pesquisa diferente em comparação aos colegas, sob algum ou vários aspectos. Durante o processo de orientação, os estudantes foram desafiados a escrever um projeto de pesquisa, participar de orientações e reuniões do grupo, coletar dados empíricos, transcrever resultados, descrever resumos para dois eventos científicos, e organizar o relatório de resultados. Por fim, os estudantes colaboraram também com este trabalho, lendo os resultados e enviando contribuições antes do envio para publicação, o que contribuiu para o adensamento da confiabilidade da discussão, apresentada em conjunto com a seção intitulada fundamentação teórica.

RESULTADOS

Macêdo e Silva (2020) criaram e validaram um instrumento de competências socioemocionais para o Brasil. O instrumento é composto por cinco dimensões: (1) consciência emocional, (2) regulação emocional, (3) consciência social, (4) autocontrole emocional, (5) criatividade emocional. As dimensões guiaram as observações da Professora pesquisadora durante as atividades de IC no ano de 2022. Um resumo das atividades e respectivas dimensões que foram observadas constam no Quadro 01.

Quadro 01 – Síntese dos resultados

Atividades de IC	Dimensões de Competências Socioemocionais
Realizar coleta de dados e contato com sujeitos de pesquisa, mantendo a motivação diante de negativas, com atitudes concretas para convencer e/ou engajar novos participantes.	Consciência emocional
Atender demandas acadêmicas, pessoais e profissionais concomitantemente, sendo flexível para ajustes de cronograma e de tarefas com foco no resultado da pesquisa.	regulação emocional
Trabalhar com outros pesquisadores, apresentar resultados em nome do grupo, além de participar de reuniões e orientações em grupo.	consciência social
Organizar, apresentar e defender trabalho em eventos científicos, respondendo dúvidas e comentários de outras pessoas.	autocontrole emocional
Improvisar diante de situações de avaliação e/ou questionamentos, participar de forma colaborativa e positiva do grupo de orientação com incentivo aos demais membros.	criatividade emocional

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2022).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito das dimensões de competências socioemocionais guiará o relato. O conceito de competências socioemocionais definido pelos autores é embasado em diferentes estudos, entre os quais, aqueles que versaram sobre inteligência emocional, e consideram que uma resposta emocional organizada é adaptativa e tem potencial de transformar a interação pessoal e social em





experiência enriquecedora (SALOVEY; MAYER, 1990). Macêdo e Silva (2020) também se embasaram nas afirmações de Pérez-Escoda *et al.* (2012), os quais afirmam que essas competências podem ser ensinadas. Assim, ser emocionalmente inteligente significa aprender a reconhecer e usar os estados emocionais próprios e dos outros para resolver problemas e regular o comportamento (PÉRES-ESCODA *et al.*, 2012; SALOVEY; MAYER, 1990). Sabe-se que, no caso de jovens estudantes, pode ser necessária a modificação comportamental (MILTENBERGER, 2018).

A dimensão da consciência emocional se refere à capacidade de reconhecer e compreender os sentimentos e as emoções de si próprio e dos outros, mantendo uma atitude compassiva, de confiança mútua, agindo com empatia nos relacionamentos e na tomada de decisão (MACÊDO; SILVA, 2020).

Durante a execução das pesquisas, a consciência emocional foi importante especialmente no momento em que o estudante foi a campo para realizar a coleta de dados. Esse momento da pesquisa exigiu que os estudantes encontrassem diferentes estratégias para acessar o público alvo. Assim, regular o comportamento para manter o engajamento com a pesquisa, apesar dos afetos negativos que perceberam em algumas pessoas que foram convidadas e se negaram a participar do estudo, foi necessário. Além disso, os estudantes que recebiam negativas ao convite para responder ao instrumento, precisaram reconhecer e compreender os sentimentos em si mesmos e nos outros, para tomar a decisão mais assertiva sobre insistir com aquele potencial sujeito de pesquisa ou buscar novos participantes.

Do ponto de vista evolutivo, é importante que as pessoas sejam capazes de perceber as emoções nas pessoas ao seu redor. Essas habilidades perceptivas garantem uma cooperação interpessoal mais suave, permitindo o monitoramento do desprazer (SALOVEY; MAYER, 1990). Essas habilidades, exigem observação direta, que é a capacidade perceber o comportamento do outro na medida em que ocorre, sendo ele expresso de forma verbal ou não-verbal (MILTENBERGER, 2018).

Já a dimensão da regulação emocional se refere à capacidade de manejar as emoções de forma adequada para manter um desempenho satisfatório em situações de estresse, em médio e longo prazos, bem como, diz respeito a habilidade para adaptação a situações de mudança, com flexibilidade e lidar com as situações de pressão (MACÊDO; SILVA, 2020).

Enquanto os estudantes estavam envolvidos com as diferentes tarefas exigidas pelas atividades de pesquisa, também precisaram atender à diferentes demandas do Curso no qual estavam matriculados, além de demandas da vida pessoal e profissional. Manejar as emoções diante deste cenário complexo e repleto de atividades exigiu regulação emocional. Além disso, durante a pesquisa, ajustes foram necessários após a apresentação do projeto de pesquisa, e a flexibilidade para modificar a pesquisa, rever participantes, e analisar dados com neutralidade, exigiu adaptações comportamentais.

Para Salovey e Mayer (1990) indivíduos emocionalmente inteligentes e com habilidade de regulação emocional podem melhorar o seu próprio humor e o dos outros e até mesmo administrar as emoções de modo a motivar os outros carismaticamente. A habilidade de modificar os próprios





comportamentos e emoções dos outros, ocorre a partir da capacidade de alterar eventos ambientais em prol da manutenção ou criação de um comportamento pessoal ou social (MILTENBERGER, 2018).

A dimensão consciência social diz respeito à capacidade de cooperar quando se trabalha em equipe, assumindo responsabilidades pelas ações, agindo com empatia e senso de colaboração ao reconhecer e entender as dificuldades do outro (MACÊDO; SILVA, 2020).

Apesar de cada estudante ter a responsabilidade de apresentar o relatório individual de pesquisa, algumas atividades foram realizadas em grupo. Encontros de orientação e elaboração de um dos resumos foi fruto de construção coletiva. Também se percebeu que os estudantes que apresentavam essa competência mais desenvolvida logo assumiam posição de liderança para organizar e realizar atividades em nome dos demais. Neste sentido, as competências sociemocionais de consciência social foram exercitadas e testadas em diferentes momentos.

Habilidades empáticas parecem auxiliar os estudantes a desenvolver a consciência social e vice-versa. Para Salovey e Mayer (1990) pessoas empáticas permitem avaliar com precisão as respostas afetivas dos outros e escolher comportamentos socialmente adaptativos e, como consequência, esses indivíduos devem ser percebidos como genuínos e calorosos pelos outros. Certos tipos de estímulos tendem a estimular respostas condicionadas e específicas (MILTENBERGER, 2018). No caso do grupo de estudantes, quanto maior o conhecimento sobre as tarefas, reconhecido em determinado membro pelo grupo, maior era empatia com aquele membro.

O autocontrole emocional também é uma dimensão das competências socioemocionais, e é a capacidade de manter as próprias emoções sob controle, em curto prazo, diante de situações estressantes, assumindo uma atitude de respeito quando os comportamentos dos outros são diferentes dos meus (MACÊDO; SILVA, 2020).

Essa competência foi exercitada especialmente no momento da socialização dos trabalhos nos eventos científicos. Todos os estudantes, individualmente, precisaram apresentar pelo menos um trabalho em Congresso. Organizar a apresentação, apresentar o estudo dentro do tempo e com as informações necessárias, responder às dúvidas e comentários dos participantes foram situações que causaram estresse e emoções que precisaram ser administradas em curto prazo.

Para Salovey e Mayer (1990), um meio através do qual as emoções são expressas é a linguagem. Para os autores, esse aprendizado interage com a capacidade de introspecção e de formar proposições coerentes após essa introspecção. No caso da apresentação de trabalhos, ocorre uma modelagem (MILTENBERGER, 2018), que se refere à aproximação sucessiva de uma nova competência, nesse caso, de apresentar verbalmente os trabalhos científicos, por meio do exercício de apresentação, primeiramente no grupo de orientação e posteriormente nos eventos.

A dimensão criatividade emocional se refere a capacidade de usar as emoções de forma criativa para solucionar problemas, gerenciar conflitos de forma construtiva, criar oportunidades para experimentar emoções positivas e estabelecer parcerias em prol do interesse coletivo e do bem-estar social (MACÊDO; SILVA, 2020).





A criatividade emocional foi percebida especialmente quando um dos resumos, construído à várias mãos precisava ser apresentado, assim, escolheu-se uma estudante para representar o grupo, mas os demais estavam presentes para apoiá-la no evento. Além disso, em todas as oportunidades em que haviam pequenas conquistas, ocorriam comemorações no grupo de *whatsapp* com parabenização, compartilhamento de frases positivas, fotografias e *emojis* comemorativos.

Para Salovey e Mayer (1990) os afetos positivos podem facilitar respostas mais criativas às tarefas, propiciam a criação de um ambiente mais propenso a abertura para ideias incomuns ou criativas, além de oportunizarem maior probabilidade de descobrir princípios de organização de categorias e usá-las para integrar e lembrar informações. Assim, os estímulos funcionaram como reforçadores positivos, que têm, em sua essência, a função de resultar no fortalecimento do comportamento que originou o estímulo (MILTENBERGER, 2018).

Neste sentido, pode-se afirmar que o trabalho gera reflexões sobre a necessidade das competências socioemocionais para estudantes de graduação que se envolvem em atividades de pesquisa científica. Os resultados se relacionam com as expectativas de contribuição empírica e com a literatura, já que é possível perceber, por meio das atividades cotidianas da pesquisa o quanto competências socioemocionais são exercitadas e se aprimoram por meio do processo de ensino-aprendizagem (PÉREZ-ESCODA, 2018) para que sejam novamente utilizadas e revisitadas em outras oportunidades e vivências futuras.

CONCLUSÕES

Conclui-se principalmente que competências socioemocionais são exercitadas, com potencial aprimoramento, durante atividades de pesquisa de IC. Assim, como recomendações para futuros trabalhos, sugere-se utilização da escala de mensuração de competências socioemocionais antes do ingresso e ao final do processo de um ano como pesquisadores para verificar se houveram diferenças nos resultados, a partir de autorrelato dos estudantes. A escala também pode ser utilizada pelos professores orientadores como ferramenta de avaliação. Os resultados desse relato são importantes para a comunidade acadêmica, especialmente professores orientadores e estudantes de IC, e para o avanço da teoria de competências sociomocionais, proposta por Macêdo e Silva (2020).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos especialmente ao Uniedu, que subsidiou as pesquisas dos estudantes por meio da concessão de bolsas, à Professora Sandra Tofollo, pela condução institucional, e à Unoesc.

REFERÊNCIAS

MACÊDO, José W. L.; SILVA, Anielson B. Construção e Validação de uma Escala de Competências Socioemocionais no Brasil. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, v. 20, n. 2, p. 965-973, jun. 2020.





MILTENBERGER, Raymond G. **Modificação do Comportamento**: teoria e prática. 6 ed. São Paulo: Cengage, 2018

MULINARI, Natiele A. *et al.* A pesquisa de iniciação científica: desafios e conquistas. *In: Academic Week - Inovação e Tecnologias nas Profissões, 2022*, Chapecó, SC. **Anais [...]**, Chapecó, 2022.

PÉREZ-ESCODA, Nuria. P. *et al.* Desarrollo de la competencia emocional de maestros y alumnos en contextos escolares. **Electronic Journal of Research in Education Psychology**, v. 10. n. 28, p. 1183-1208, 2018.

SALOVEY, Peter; MAYER, John D. (1990). Emotional intelligence. **Imagination, Cognition and Personality**, v. 9, n. 3, p. 185–211.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora Penso, 2013.





COMUNICAÇÃO INTEGRADA DO MARKETING (CIM) EM UMA EMPRESA SUPERMERCADISTA DE CHAPECÓ

Naiane Medeiros¹; Daiane Pavan² Inocencia Boita Dalbosco³

INTRODUÇÃO

O planejamento de comunicação visa diagnosticar e visualizar um problema que ocorre no ambiente de marketing e, atender às necessidades do consumidor e aos objetivos da empresa com o mercado de forma satisfatória e adequada (VASCONCELOS, 2009). A CIM consiste no desenvolvimento da comunicação estratégica organizacional junto ao mercado, promovendo, posicionando e divulgando produtos, serviços, marcas, benefícios e soluções (SANTIAGO, 2002). Tem como base um sistema gerencial integrado, utilizando como ferramenta o composto de comunicação –propaganda, publicidade, assessoria de imprensa, promoção de vendas, patrocínios, venda pessoal, internet, marketing direto, buscando atingir, com a utilização holística de todos os elementos deste composto, uma comunicação eficaz por parte do emissor junto ao seu consumidor-alvo (SANTIAGO, 2002).

A empresa lócus de pesquisa está localizada na cidade de Chapecó, iniciou em 29 de outubro de 1967, sendo 21.211 associados e 3.662 empregados atualmente, seu objetivo é promover o desenvolvimento econômico por meio da cooperação, sua trajetória demonstra a força da união em prol de um objetivo comum.

O objetivo geral da pesquisa foi reestruturar a central de atendimento ao cliente em uma empresa supermercadista de Chapecó. A elaboração dos objetivos deu-se pela observação da importância dos processos do setor de marketing para a empresa, uma vez que reflete na imagem da marca da organização junto a sociedade. As empresas atualmente, em específico as varejistas, possuem a ideia e responsabilidade não apenas de vender os produtos de qualidade ao consumidor final, atendendo os preços do mercado, mas sim, comunicar-se de forma agradável e transparente no dia a dia, envolvendo a comunidade, família, bem-estar, empatia, flexibilidade e respeito.

MÉTODOLOGIA

O método consiste na coleta de dados por meio de observação da rotina do departamento de marketing, foi realizado uma breve análise do cenário atual da empresa com os atendimentos digitais pelas redes sociais (Facebook e Instagram), e-mails, telefonemas e WhatsApp, visando assim, entender o processo do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) atual da empresa. Após observação, será realizado um questionário, conforme o segundo objetivo do plano de ação, sendo adicionado no sistema do aplicativo da empresa e aplicado para alguns clientes. Por meio deste questionário será identificado as dificuldades e qualidades dos atendimentos feitos pela empresa,

¹ Discente do curso de Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. E-mail: naianemedeiros@outlook.com.

² Docente/pesquisador da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. E-mail: daiane.pavan@unoesc.edu.br.

³ Docente/pesquisador da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc. E-mail: inocencia.dalbosco@unoesc.edu.br.





assim entender a percepção dos clientes com relação ao SAC e ao mercado. Esse questionário será apresentado por dados estatísticos, como por exemplo, os gráficos, sendo que irá mostrar a eficiência da comunicação e atendimentos feitos pela empresa em relação aos últimos meses e anos.

Depois de analisar os dados coletados com a observação e questionário do contexto atual da empresa em relação ao SAC, propõe-se o documento descritivo. Assim, encontrar resultados referente a comunicação na organização e com clientes e suas falhas. Diante das análises e questionário, aponta-se os resultados obtidos, para fim comparativo do antes e depois e propor a melhoria do SAC.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A CIM pode ser a base das relações humanas, quando bem utilizada, traz grandes contribuições para o mundo organizacional, desde o processo de vendas até o relacionamento entre os funcionários e gestores. Kotler (2012) menciona que a CIM é um processo de comunicação que abrange o planejamento, a criação, a integração e a implementação de diversas formas de comunicação (publicidade, promoção de vendas, eventos etc.) que são lançadas ao longo do tempo para os clientes.

Ela tem como objetivo macro lembrar, persuadir e informar, sempre integrando de forma harmônica a mensagem desejada junto ao público-alvo, chamando sua atenção, gerando interesse, desejo e, por consequência, uma possível compra (SANTIAGO, 2002). O comunicador mercadológico tem o papel de criar uma mensagem que aumente a atenção, reduza a dispersão e anule os ruídos, buscando uma resposta positiva dos consumidores. A mensagem, além de atrair a atenção, deve manter o interesse do receptor, mediante uma linguagem dirigida para cada audiência-alvo, buscando despertar o desejo de compra do produto ou serviço.

Justamente por ser tema recente é possível encontrar na literatura textos questionando seu real significado e relevância, bem como se a CIM não passa de uma nova moda, cuja influência será transitória. Além disso, é provável que os debates que o cercam irão permanecer na pauta de discussão de autores e pesquisadores de marketing e comunicação por um longo tempo. Uma vez que, segundo Kliatchko (2005), essa nova abordagem aos negócios e ao planejamento das comunicações de marketing se tornou uma tendência irreversível dentre os acadêmicos e profissionais de marketing. Vale lembrar também que a CIM não deve ter como seu público-alvo apenas o cliente ou cliente potencial, mas precisa incorporar outros agentes importantes.

As estratégias de comunicação utilizadas pelas empresas são orientadas pelas escolhas do mercado-alvo e do posicionamento desejado. Cabe às empresas nesse processo levar ao mercado a sua mensagem de valor, que terá papel primordial na diferenciação perante os concorrentes. Para isso, o processo de comunicação deve ser planejado e integrado, levando em conta as diferentes possibilidades que o mix promocional proporciona a fim de se conseguir captar a atenção do cliente. As empresas devem prezar pelo bom atendimento e satisfação de seus clientes. "Para empresas centradas no cliente, a satisfação de clientes é ao mesmo tempo uma meta e uma ferramenta de marketing. Empresas que alcançam altos índices de satisfação de clientes fazem questão que seu mercado-alvo saiba disso." (KOTLER, 2000, p.59).





A satisfação dos clientes traz diversos benefícios à empresa, como o marketing boca a boca realizado por clientes satisfeitos. A satisfação está diretamente ligada às expectativas dos clientes. “Se o desempenho não alcançar as expectativas, o cliente ficará insatisfeito. Se o desempenho alcançar as expectativas, o cliente ficará satisfeito, se o desempenho for além das expectativas, o cliente ficará altamente satisfeito ou encantado.” (KOTLER; KELLER, 2012, p.58). Por meio da observação constatou que a empresa não possui um setor próprio para gerenciamento de uma central de atendimento ao cliente, além da linguagem utilizada pelo setor em conversação com os clientes que não possui nada estruturado de fato que reflita a imagem da empresa. Sendo que, a organização não possui posicionamento de marca.

CONCLUSÕES

Com a observação percebeu-se o que gera algumas dificuldades no dia a dia, sendo a falta de pessoas para fazer o atendimento, pois há apenas uma pessoa para o cargo, sendo que possui outras funções além dessa, portanto não conseguindo dar a atenção adequada e necessária. Uma ideia inicial seria futuramente criar um setor próprio para a central de atendimento, com pessoas qualificadas para o setor, pode-se criar um planejamento de novo setor e indicações de pessoas internas, já que a empresa presa pelas oportunidades dos de “casa”, e/ou buscar profissionais de fora com novas ideias e inovações e, buscar a aprovação da diretoria executiva que está na gerência da organização conforme organograma. Com relação a linguagem utilizada nos atendimentos, buscou-se sempre pensar no público e sua marca remetente, porém nada estruturado de fato. A empresa possui uma marca mãe e outras cinco submarcas, cada uma delas possui uma rede social (Facebook e Instagram) para divulgação, criação de conteúdo, comunicação e atendimento. Porém a organização não possui posicionamento de marca, contudo, esse foi um dos projetos do setor desse ano de 2022, criar o posicionamento da marca mãe, onde este estudo auxiliou nesse processo também. Com o questionário, foi possível entender as percepções dos clientes com relação ao atendimento atual, forneceu informações, opiniões e feedbacks. Todos que responderam ao questionário via aplicativo participaram de um sorteio, sendo um total de 5.618 clientes participantes.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 2000.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing: a bíblia do marketing**. São Paulo, 2012.

KLIATCHKO, Jerry. Towards a new definition of integrated marketing communications (IMC). **International Journal of Advertising**, v. 24, n. 1, p. 7-34, 2005.

SANTIAGO, Marcelo Piragibe. Comunicação integrada de marketing. **Coleção Gestão Empresarial**, 2002.

VASCONCELOS, Luciene Ricciotti. **Planejamento de comunicação integrada: manual de sobrevivência para as organizações do século XXI**. Summus Editorial, 2009.





EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR: PESQUISAS CORRELATAS

Vanessa Salete Pescador¹; Marineiva Campos Moro de Oliveira²

INTRODUÇÃO

Os espaços formais e não formais fazem parte do contexto da Educação Não Escolar (ENE). Gohn (2006) ressalta que a educação é organizada como, a) educação formal que é caracterizada pelos processos de escolarização que acontecem nos espaços escolares, b) educação informal, aquela que ocorre nos diversos contextos sociais que o sujeito interage, c) educação não formal, aquela cuja os processos de desenvolvimento humano complementam os processos de escolarização formal. Com foco na ENE institucionalizada, utilizamos o termo institucionalizada no sentido de evidenciar que na educação não formal (ENF) há um processo objetivado de desenvolvimento humano subsidiado pelos processos pedagógicos, didáticos e metodológicos, mas que não são padronizados, pois sendo “institucionalizados” os espaços de ENE assumem uma organização praxiológica e ao mesmo tempo garantem sua diversidade de existência, o que não os padroniza como a educação formal, mas sim, como espaços de formação não escolarizados e sim institucionalizadas.

Diante dessa contextualização, a autora evidencia que a Educação Não Escolar tem como objetivos; a educação para a cidadania, justiça social, para direitos, liberdade, igualdade, para a democracia, contra a discriminação, para o exercício da cultura e manifestações das diferentes culturas. Dessa forma, as atividades não escolares visam atender às problemáticas e necessidades sociais de forma a atender os objetivos da proposta de ENE. Isso ocorre, ou deveria ocorrer, tanto no espaço da escola quanto fora dela, ou seja, a educação escolar e a Educação Não Escolar são parceiras e não competem entre si. Face a breve apresenta da ENE, este trabalho que é fruto de uma dissertação de mestrado em educação, propomos uma reflexão acerca de como as pesquisas correlatas dialogam sobre a ENE.

METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico que põe na roda do diálogo as produções correlatas acerca da ENE e analisa como o tema está sendo discutido no campo científico brasileiro a partir de 2015. Dessa forma, a pesquisa foi realizada por meio de busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com recorte temporal de 2015 a dezembro de 2021. O recorte se justifica no ano de 2015, pois Zoppei (2015) publicou, a partir da nossa busca, a primeira tese de Doutorado trazendo um aprofundado levantamento histórico sobre a Educação Não Escolar no Brasil.

Utilizamos para a busca as palavras-chave; Educação Não Escolar, sem aspas, e encontramos 820846 trabalhos, levando em conta a diversidade e quantidade de trabalhos, limitamos a busca

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação-UNOESC Joaçaba. Docente do curso de Educação Física-UNOESC Chapecó, vanessaddr@yahoo.com.br.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação- UNOESC Joaçaba. Docente dos cursos da Unoesc Chapecó, marineivaoliveira@unoesc.edu.br





inserindo aspas – “educação não escolar” – e limitando a busca em teses e dissertações, objetivamos o resultado de 48 trabalhos publicados de 2015 a 2021. Foram realizadas leituras dos 48 trabalhos e a partir da leitura iniciamos o processo de identificar quais dessas apresentam a ENE como um processo de formação humana e subsidiada por propostas pedagógicas que evidenciem a organização do trabalho pedagógico. Esses critérios foram atendidos por 17 produções científicas.

RESULTADOS

A partir da leitura e análise das pesquisas selecionadas emergiram sete categorias. As categorias foram delimitadas de acordo com a aproximação do tema Educação Não Escolar como processo de formação humana subsidiado pelo trabalho pedagógico objetivado, orientado metodologicamente e pedagogicamente. Essas categorias são evidenciadas no quadro 1.

Quadro 1 – Síntese das produções correlatas

Categoria	Quantidade	Descrição da categoria
Currículo: educação escolar e não escolar	7	Trabalhos que abordam a formação do pedagogo(a) para atuação na ENE, a presença da ENE nos projetos curriculares do curso de pedagogia e estágio supervisionado em espaços não escolares.
Educação Não Escolar: olhares acerca de diferentes temáticas	2	Trabalhos que abordam como os diferentes saberes da Educação Escolar e Não Escolar se relacionam resultando na Educação Integral.
Formação humana em saúde desenvolvimento social e cultural	8	Trabalhos que abordam elementos educativos entre a Enfermagem e Educação, apontando ações que emergem a partir do Agente Comunitário de Saúde. Trabalhos que abordam o teatro, Proerd, experiências sociais em espaços públicos e arte como prática educativa.

Fonte: Catálogo de Dissertações e Teses da Capes organizado pela autora em junho de 2022.

Observamos que dos trabalhos selecionados, a ENE na categoria currículo, educação não escolar X escolar e suas possibilidades articuladoras foram discutidas em sete (7) produções científicas, as quais sinalizam a fragilidade da formação do pedagogo, especialmente, para atuar em espaços de educação não escolar. Ainda, as pesquisas apontam que as diretrizes que orientam os cursos de licenciatura limitam o debate acerca da educação não escolar.

A segunda categoria que emergiu foi a Educação Não Escolar: olhares acerca de diferentes temáticas, nessa as duas (2) produções destacam uma tentativa de formação para além da escola, exemplo, a institucionalização de programas de educação integral, como o programa Mais Educação, porém, as produções correlatas apresentam fragilidades na materialização da proposta de ENE na educação integral, pois seguiu-se o mesmo currículo para objetivos diferentes.

A terceira categoria, formação humana em saúde desenvolvimento social e cultural, também evidenciada em oito (8) produções, destacam as contribuições dos espaços de educação não escolar como possibilidades formativas que completam a formação escolar. As pesquisas destacam os projetos sociais desenvolvidos em bairros em que moram as crianças em situação de vulnerabilidade social, e destacam que os projetos de ENE potencializaram a formação dessas crianças em áreas como saúde, cultura, esporte, economia e projetos de vida.





As dezessete (17) pesquisas correlatas demonstram a relevância de reflexões sobre a ENE, tendo uma lacuna encontrada nas pesquisas, a necessidade de apresentar as propostas pedagógicas e documentos que organizam e orientam o trabalho nesses espaços de ENE.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O debate acerca desses espaços de ENE acontece desde os anos 1960, momento em que se registram as primeiras conquistas acerca das articulações da educação, cultura e arte na formação humana. Esses debates se fortalecem por meio de movimentos sociais e estudantis que começaram a se organizar nesse período (ZOPPEI, 2015). Para dialogarmos acerca desses movimentos, aparamo-nos nas contribuições de Paulo Freire (1996) e Gadotti (2007), os quais nos possibilitam compreender a educação como um caminho, não como um fim unicamente escolar. As reflexões de Gadotti (2007, p. 26) preocupam-se que “a diversidade é a característica fundamental da humanidade. Por isso não pode haver um único modo de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta”, levando-nos a pensar que não podemos ter somente um espaço definido como o espaço de formação humana.

Desse modo, o desafio é pensar a ENE como uma via de formação. E, para pensar esses espaços, nos apropriamos das produções de Gohn (2015), a qual dialoga sobre a Educação Não Escolar Institucionalizada, para a autora, a ENE inicia com os movimentos de “programas e projetos sociais das ONG’s, dos anos de 1980 para cá. Já nos anos 1960 no Brasil, e depois, a partir de 1970, quando tínhamos movimentos ligados às pastorais [...]” (GOHN, 2015, p. 30).

A autora compreende que a ENE é uma via de formação humano que potencializa o acesso a todos da cultural, da arte, da criatividade, da profissionalização e de outras formas de produção humana que possibilitem ao sujeito sua emancipação e autonomia.

CONCLUSÕES

Em síntese, as fragilidades apontadas nas produções correlatas, destacam especialmente a questão da formação de profissionais para atuarem nos espaços de ENE, da fragilidade de articulação com a educação formal, mas considerando as singularidades formativas da ENE. Por fim, podemos destacar a necessidade de produções que permitam pensar sobre a ENE como um espaço que vai além das ações práticas, do assistencialismo, e que tenha propostas pedagógicas orientadoras das ações desenvolvidas nesses espaços, inclusive analisar as propostas que orientam o trabalho nesses espaços se faz uma demanda iminente.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.





GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. Proposta (**Revista trimestral de debate da FASE**), Rio de Janeiro, ano 31, n. 113, p. 21-27, jul./set. 2007. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/revista-proposta/?k=paulo+freire+e+a+educa%C3%A7%C3%A3o+popular>. Acesso em: 21 jan. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Política Pública em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal no Campo das Artes**. São Paulo: Cortez, 2015.

ZOPPEI, Emerson. **A educação não escolar no Brasil**. 2015. 344f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.





EL SEMILLERO DE INVESTIGACION EN CIENCIAS APLICADAS (S.I.C.E); UNA ESTRATEGIA PARA LA SOSTENIBILIDAD EN EL DESARROLLO DE COMPETENCIAS CIENTIFICAS Y CIUDADANAS

Erquinio Alberto Taborda Martinez¹; Adolfo Cidrac Agamez Alvarez²; Fredy Marin Gonzalez³

INTRODUCCION

El Semillero de Investigación En Ciencias espaciales S.I.C.E es en una estrategia didáctica que permite el desarrollo sostenible de competencias científicas y ciudadanas en el nivel de enseñanza Básica y Media, desarrollado desde el año 2004 dirigido a toda la comunidad, que está comprometido con el mejoramiento de la calidad de la educación, la recreación y el buen uso del tiempo libre, a través de la investigación científica y el enfoque STEM, propendiendo porque los niños, niñas, adolescentes y adultos conozcan cómo hacer ciencia desde los parques, residencias y escuelas, convertidos en una gran aula educativa experimental, desarrollando en la comunidad el interés hacia la divulgación, el conocimiento científico, su apropiación como ciudadano científico, generando el compromiso del público general en actividades de investigación científica y a muy temprana edad.

Está ubicada en ciudad de Barranquilla, capital del departamento del Atlántico al norte de Colombia y se desarrolla en la Institución Educativa Distrital San Gabriel integrada por estudiantes con edades de 4 a 18 años, docentes y padres de familia.

Esta iniciativa pedagógica hace referencia a los Objetivos de Desarrollo Sostenibles O.D.S planteados en agenda 2030 y reafirmados por la Organización de las Naciones Unidas ONU.

A través de los semilleros S.I.C.E se brinda a los estudiantes la posibilidad de analizar y valorar el plan maestro institucional constituido por fases tales como:

PROGRAMA GLOBE-NASA; Nuestros integrantes contribuyen a la investigación científica desde casa y sus escuelas de origen, a través de las investigaciones “Las nubes y el sistema de variación de la temperatura en el departamento del Atlántico”, “Estudio comparativo de las larvas de mosquito presentes en la urbanización las gardenias, Barranquilla. Colombia” y Estudio descriptivo de árboles en Barranquilla, una razón entre salud, nutrición y vida” para ello utilizan datos recolectados mediante aplicaciones en celulares correlacionados con datos satelitales.

¹ Maestrante en Educación, Programa. Maestría en Educación. - Universidad de la Costa C.U.C. E-mail: semillerosice8@gmail.com.

² Maestrante en Educación, Programa. Maestría en Educación. - Universidad de la Costa C.U.C. E-mail: ado839@hotmail.com.

³ Profesor Titular III Tiempo Completo de la Universidad de la Costa, Colombia, adscrito al Departamento de Humanidades, en los programas de Doctorado y Maestría en Educación. Editor jefe de la Revista Cultura Educación y Sociedad y Líder de la Línea de Investigación en Calidad Educativa. Ratificado como investigador Senior por Minciencias (Colombia). Posee estudios de Licenciatura, Especialización y Maestría en Educación, así como Doctorado y Postdoctorado en Ciencias Humanas por la Universidad del Zulia, Venezuela, de la cual es Profesor Emérito. Email: fmarin@cuc.edu.co.





Fotografía 1 - Equipo GLOBE Latinoamérica, (Colombia, Argentina, Uruguay y Perú)



Fuente: los autores.

ASTRONOMIA AL PARQUE; Actividad masiva que propende por la divulgación de la ciencia hacia la comunidad en todas las edades, mediante esta iniciativa podemos culturizar más a nuestra población en temas tan esquivos pero apasionantes, como lo es la Astronomía Observacional, la Astronáutica y la Mecánica Celeste, esto es posible con la implementación de Observaciones Astronómicas con Telescopios y binoculares, Ciclos de Charlas con expertos en el tema, Talleres para todas las edades, concursos de cohetería hidráulica y cometas tetraédricas.

Fotografía 2 - Estudiantes SICE desarrollando actividades científicas en parques urbanos de la ciudad de Barranquilla



Fuente: los autores.

MISION NASA. Actividad concentrada en el conocimiento del desarrollo evolutivo de la exploración espacial, consistente en llevar a niños y jóvenes destacados en las Olimpiadas Departamentales de Astronomía a conocer y a capacitarse en las instalaciones de la NASA, en los Estados Unidos con astronautas y científico.

Fotografía 3 - Estudiantes SICE desarrollando una capacitación en el centro espacial Langley de NASA en Hampton Virginia, año 2015



Fuente: los autores.





Para alcanzar un futuro sostenible, interrelacionando los objetivos de desarrollo con la cotidianidad y los desafíos globales a los cuales se enfrenta el joven día a día, prestando especial interés en el clima, la degradación ambiental, la paz y la justicia.

Este énfasis en los O.D.S #13, #15 y # 16 se desarrolla desde la escuela en los niveles donde los estudiantes desarrollan capacidades orientadas a fortalecer sus competencias científicas y ciudadanas. Desde este contexto referencial en la presente ponencia se exponen los fundamentos teóricos, conceptuales y operativos de una propuesta didáctica que contextualizada en el Semillero de Investigación en Ciencias Espaciales (S.I.C.E) contribuya a la sostenibilidad en el desarrollo de competencias ciudadanas y científicas en pro del mejoramiento de la calidad educativa

La sistematización de la propuesta incluye 6 apartados o secciones, donde se fundamentos teóricos, metodológicos y planes de acción que conducen a cumplir los objetivos del presente evento académico.

Se considera como punto de partida diversos trabajos relacionados con temáticas como: competencias científicas, competencias ciudadanas y la calidad educativa a nivel internacional, nacional y local que constituye marco de referencia.

En la metodología se evidencia la implementación de la propuesta, a través de un programa piloto en tres instituciones educativas colombianas con un cronograma de actividades desarrollado durante el año 2022 que conduce a unos hallazgos expuestos en el apartado de los resultados, lo que representa el insumo para generar las debidas conclusiones en función de la implementación de la estrategia didáctica en el pilotaje anteriormente identificado. Los objetivos de la presente estrategia didáctica se centran en determinar:

- Describir los fundamentos conceptuales, normativos y operativos de los semilleros de investigación en el ámbito educativo.
- Describir el desarrollo de competencias científicas estudiantiles desde los aportes de la formación ciudadana y la gestión de semilleros de investigación.
- Definir los componentes estructurales y funcionales de propuesta didáctica que contextualizada en el Semillero de Investigación en Ciencias Espaciales (S.I.C.E) contribuya a la sostenibilidad en el desarrollo de competencias ciudadanas y científicas en pro del mejoramiento de la calidad educativa.
- Validar la pertinencia de la propuesta presentada a través de un pilotaje en tres instituciones educativas del distrito de Barranquilla.

MÉTODOLOGIA

El desarrollo metodológico de esta propuesta didáctica se genera a partir de la forma como en la ciudad de Barranquilla, Colombia, fueron seleccionadas las instituciones educativas para un pilotaje, tomando en consideración los indicadores de calidad educativa que presentan

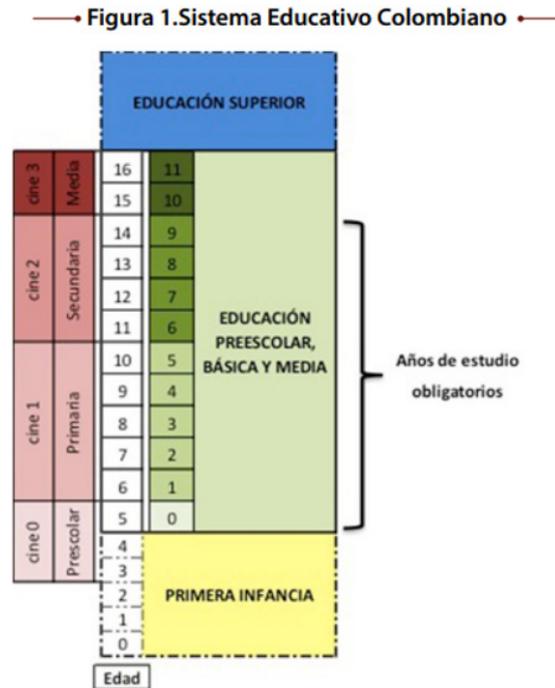




al iniciar el año 2022, tales como nivel socioeconómico, índice de deserción escolar y puntaje en pruebas de estado ICFES.

En Colombia la educación se define como un proceso de formación permanente, personal cultural y social que se fundamenta en una concepción integral de la persona humana, de su dignidad, de sus derechos y de sus deberes (M.E.N), existe un sistema educativo que comprende los diferentes niveles de enseñanza y se esquematiza en la siguiente figura:

Figura 1 – Sistema Educativo Colombiano



Fuente: MEN-OAPF
CINE: Clasificación Internacional para la Normalización de la Educación

Fuente: los autores.

Esta propuesta didáctica se aplica en los niveles de educación Prescolar, Básica y Media con estudiantes con edades comprendidas entre los 5 y los 18 años de las instituciones educativas ubicadas en la localidad suroriente todas pertenecientes al distrito de Barranquilla, estos actores corresponden a niños y niñas matriculados en estos niveles educativos sin importar su estrato socioeconómico, motivados a conocer de una manera interactiva los principios científicos que describen los fenómenos naturales y sociales que ocurren en su cotidianidad.

Al respecto, es importante manifestar que la calidad educativa se mide con base en la información del SIMAT (Sistema Integrado de Matrícula); sobre la población atendida en el sistema educativo, el Ministerio de Educación Nacional, realiza el procesamiento y análisis de la información, la cual es base para el cálculo de gran parte de los indicadores que componen el sistema de indicadores,

La construcción del Sistema de Indicadores de Colombia se realizó tomando como marco de referencia el modelo desarrollado por la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico -OCDE- en el año 1973, que rediseñó y dio un nuevo impulso al proyecto INES (Indicadores Internacionales de los Sistemas Educativos) adoptado por la Unión Europea, España, Estados Unidos





y el modelo de análisis propuesto por la UNESCO (Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura), Este sistema propone un conjunto de indicadores acordes con los objetivos, posibles de medir y cuantificar.

De este modo, el modelo comprende 5 categorías a saber: Indicadores de contexto, Indicadores de recursos, Indicadores de proceso, Indicadores de resultado, Indicadores de impacto.

De todos los indicadores de este modelo, la propuesta didáctica Semilleros de Investigación en Ciencias espaciales SICE apunta hacia el desarrollo de los indicadores de procesos ya que éstos informan sobre la organización y funcionamiento al interior del sistema educativo, en especial dentro de los establecimientos educativos y su clima escolar. Describen la trayectoria del estudiante en el proceso de aprendizaje.

Por las anteriores razones se estimó inicialmente realizar el pilotaje en escuelas IED San Gabriel, IED María Cano e IED Marco Fidel Suarez, todas se encuentran en la misma zona de influencia (localidad Suroriente de la ciudad), caracterizada por poseer un estrato socioeconómico de clase media, con déficit de árboles por habitante, presencia de arroyos canalizados y problemas ambientales, y presencia del parque botánico Armando Dugand Gnecco, con un rango de influencia para 5 barrios de la ciudad.

Se desarrolló un cronograma de actividades que inició en el mes de febrero del 2022 con la constitución de los semilleros SICE mediante actas firmadas por directivos, docentes y estudiantes; durante los siguientes meses se implementaron actividades como actividades capacitación a docentes y estudiantes, ciclos de formación permanente los días sábados, salidas de campo, desarrollo de investigaciones científicas en el ámbito medioambiental, contando con alianzas internacionales como la establecida con el Programa GLOBE con sede en los Estados Unidos y patrocinada por varias agencias gubernamentales de dicha nación donde destaca la NASA (Administración Nacional de Aeronáutica y del Espacio), La NOAA (Administración Nacional de la Atmosfera y el Océano) y el Departamento de Estado y finalizó en Octubre del mismo año con el desarrollo del primer encuentro Regional de semilleros SICE. En dicho cronograma se establecieron las pautas para lograr participar en el Simposio Internacional Virtual de Ciencias (VISS) versión 2022 con muy buenos comentarios por parte del comité evaluador conformado por expertos en investigación científica.

Además de asistir a Universidades locales, visitar los parques de la ciudad mediante la clase denominada "Ciencia al parque" donde los estudiantes, maestros y padres de familia se apropiaron del conocimiento a partir de la aplicación de protocolos científicos de investigación desglosados en cuatro líneas de investigación a saber:

Atmosfera. --- Aire.

Hidrosfera. --- Agua.

Pedosfera. --- Tierra.

Biosfera. --- Vida.





Estos protocolos fueron desarrollados por científicos de GLOBE en variados idiomas y formatos, siendo más relevante por el uso de la tecnología para capturar los datos que posteriormente serían analizados, para tal fin se empleó el uso del celular (teléfono móvil), tabletas, computadores portátiles, material impreso, recursos de instrumentos de medición elaborados en clase usando Arduino como el medidor de temperatura ambiente y medidor de calidad del aire o comprados en el comercio tales como: termómetros ambientales, barómetros, psicómetros entre otros necesarios para identificar variables ambientales.

Al finalizar el año escolar en cuanto a los semilleros SICE se refiere, se proyectó para el año 2023 realizar el proceso con al menos 12 escuelas para ir integrando cada una a su contexto de investigación y así conformar la primera red de Semilleros SICE en la región Norte de Colombia, logrando avanzar con otros departamentos de la Costa Caribe colombiana.

RESULTADOS

En desarrollo de la metodología para el diseño de esta propuesta didáctica evidencia los procesos de gestión académica operacionalizada a través de un cronograma sustentado con imágenes, actas y otros documentos.

Las actividades más destacadas desarrolladas durante el año 2022 fueron:

- Clases integradas de explicaciones de los formatos de investigación GLOBE: Contempla el desarrollo de jornadas de formación en el diligenciamiento de los formatos que componen los protocolos de recolección de datos.
- Campaña investigativa: árboles alrededor del Mundo: Actividad que permite determinar la altura de los árboles en las localidades establecidas en diversos países, al mismo tiempo que los satélites de NASA determinan estos mismos valores desde el espacio.
- Reuniones con padres de familia: En esta propuesta se tiene en cuenta la participación activa de los padres de familia ya que éstos se involucran en las diversas actividades de competencias científicas y ciudadanas con liderazgo y acompañamiento.
- Elaboración de trabajos de investigación: Serie de actividades formativas y colaborativas donde se plantean lluvias de ideas sobre diversos problemas ambientales de la localidad, con soluciones basadas desde la implementación de esta metodología GLOBE finalizando con la participación en el Simposio Internacional Virtual de Ciencia con evaluación por parte del comité científico estipulado.
- Celebración del día de la Tierra: Actividad Mundial donde se resalta el valor de cooperación estudiantil para realizar acciones que permitan el desarrollo urbano con sostenibilidad, haciendo énfasis de la Isla Urbana de Calor como problema ambiental generado por el urbanismo no regulado o no controlado con efectividad, por parte de las autoridades competentes.





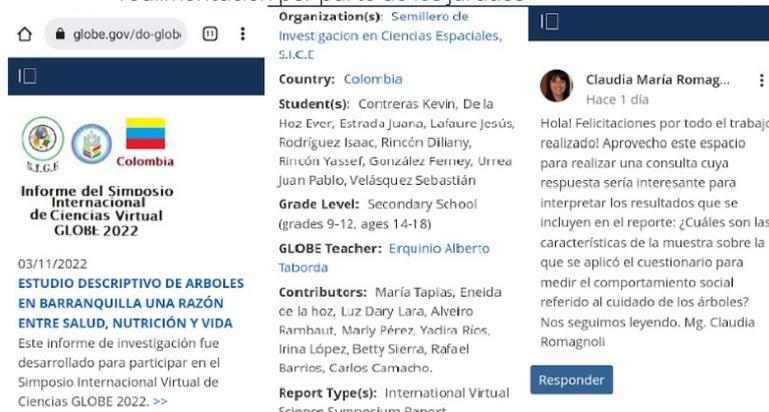
Fotografía 4 – Evidencias correspondientes al desarrollo de protocolos de investigación GLOBE, Campaña de árboles alrededor del mundo, reuniones con padres de familia y jornadas de formación científica para el desarrollo de la investigación relacionada con el efecto Isla Urbana de Calor



Evidencias relacionadas en el cronograma de actividades 2022

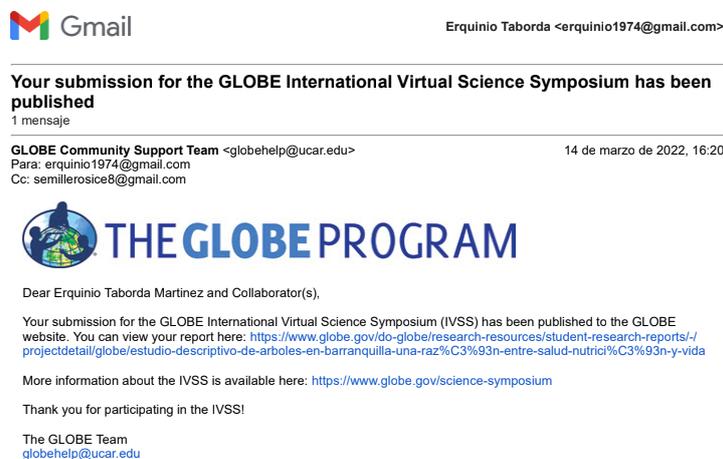
Fuente: los autores.

Figura 2 - Evidencias de participación en el Simposio Internacional Virtual de ciencia VISS GLOBE 2022 con correspondiente realimentación por parte de los jurados



Fuente: los autores.

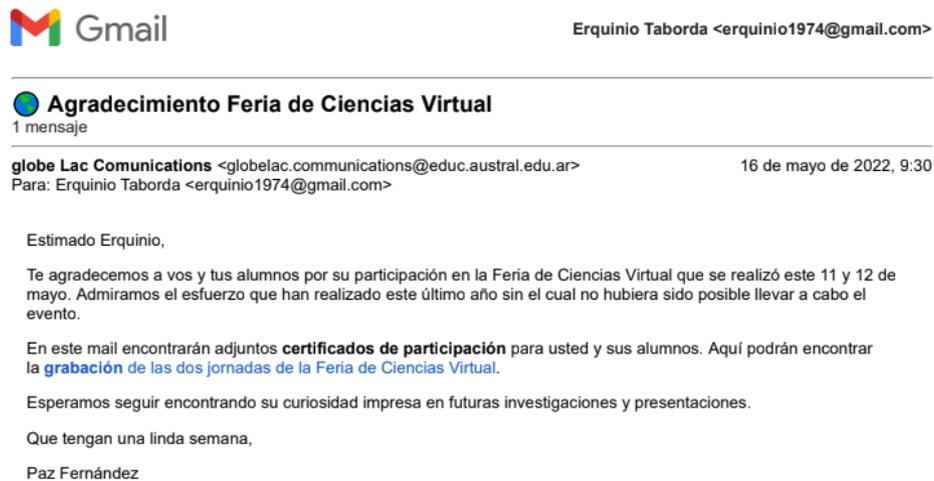
Figura 3 - Evidencia de la presentación de la investigación realizada con los estudiantes en el Simposio Virtual Internacional de Ciencia IVSS GLOBE 2022



Fuente: los autores.



Figura 4 - Evidencia de participación estudiantil en la Feria Latinoamericana de Ciencias Virtual desarrollado en Argentina y Uruguay año 2022



Fuente: los autores.

FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

Mediante la presente propuesta didáctica se responde la pregunta problema ¿Cuáles son los componentes estructurales y funcionales de una propuesta didáctica en desarrollo de la formación ciudadana, que, contextualizada en los semilleros de investigación, contribuya al desarrollo de competencias científicas en pro del mejoramiento de la calidad educativa? En relación a los resultados obtenidos en la implementación de la metodología, es posible determinar que los estudiantes que integraron el semillero de investigación muestran habilidades y competencias muy específicas en la formulación de preguntas problemas, aplicación de protocolos científicos, análisis e interpretación de resultados, validación de experiencias comunicativas para la socialización de evidencias, resultados, conclusiones y propuestas que facilitan un entendimiento de las problemáticas ambientales actuales de la ciudad de Barranquilla en la localidad Sur oriente.

Todas estas competencias en el ámbito científico generan una apropiación del conocimiento de problemáticas ambientales actuales, propiciando un pensamiento crítico ante las competencias ciudadanas que originan las principales dificultades ambientales que conducen a la isla urbana de Calor, tales como la disposición de residuos sólidos, la tala de árboles urbanos, la falta de mantenimiento y cuidado de los árboles ubicados en la localidad.

Esos resultados obtenidos se relacionan con otros trabajos académicos revisados como literatura de fundamentación teórica, donde se resalta la Revista Cubana de Educación Médica Superior que sacó a la luz un estudio realizado por Vallejo, Bella, Nader. & Rincón (2020), titulado "investigación y creatividad para el desarrollo de competencias científicas en estudiantes universitarios de la salud", objetivamente enfocado en revisar las estrategias educativas que incrementan el interés de los estudiantes por la ciencia.

Para lo anterior, los autores revisaron múltiples artículos con base a las palabras clave dentro de los cuales se resaltan:



- Vezub LF. La formación y el desarrollo profesional docente frente a los nuevos desafíos de la escolaridad. Profesorado. Revista de Currículum y Formación de Profesorado. 2007 recuperado <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=56711102>
- Álvarez Lires M, Arias Correa A, Pérez Rodríguez U, Serrallé Marzo F. La historia de las ciencias en el desarrollo de competencias científicas. Enseñanza de las Ciencias. 2013 recuperado: <https://core.ac.uk/download/pdf/13327047.pdf>
- UNESCO. Hacia las sociedades del conocimiento. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura: UNESCO; 2005 recuperado https://www2.uned.es/ntedu/espanol/novedades/Sociedades_conocimiento.pdf

luego de realizar un análisis a la información, se llegó a la conclusión que la promoción de la investigación científica y el desarrollo de la creatividad en estudiantes que ingresan al área de la salud, indiscutiblemente, servirán para impulsar el desarrollo de los futuros investigadores.

De igual manera en los estudiantes de las instituciones educativas que participaron en la propuesta, se evidencia el impulso que hace en ellos formar parte de un colectivo investigativo a través de la participación en eventos locales, nacionales e internacionales, asistencia a centros de investigaciones nacionales e internacionales, en todos ellos se observó un crecimiento en la forma de pensar, actuar y visionar los futuros escenarios de planificación urbanística en pro de la conservación del medio ambiente.

Se puede validar esta información en los enlaces:

<https://www.instagram.com/reel/CjblkQavj8L/?igshid=MGMzMDdjNjc=>

(Altamira International School/ encuentro Regional Semilleros SICE)

<https://www.instagram.com/reel/Cja443wjHgk/?igshid=NDRkN2NkYzU=>

(Secretaria de Educación de Barranquilla).

Los desempeños en las asignaturas que conforman el currículo escolar son altos, existen evidencias de buen rendimiento académico y convivencial en sus respectivos grados que cursan, evidenciando así el desarrollo de competencias científicas estudiantiles desde la gestión del semillero de investigación SICE. las competencias ciudadanas fueron fortalecidas en el manejo de residuos sólidos, conservación de los árboles y plantas en pro de mitigar el efecto isla urbana de calor en la localidad validando de esta forma la definición de los componentes funcionales de la estrategia didáctica contribuyendo a incentivar la sostenibilidad ambiental en el barrio, en los parques y sitios donde existan árboles, plantas, animales y el hombre, es decir, en un ecosistema.

CONCLUSIONES

Las competencias ciudadanas son fortalecidas en la medida que las competencias científicas se desarrollan en las rutinas académicas de los estudiantes; al abordar una investigación científica se obtienen conclusiones producto del desarrollo de una metodología específica y al interiorizar sus





resultados el estudiante toma conciencia de su papel en la sociedad, así como también consolidará esfuerzos por preservar el medio ambiente en pro de tener un mejor futuro.

Los componentes conceptuales y estructurales de la propuesta didáctica (Programa GLOBE, Misión NASA, Astronomía al parque), generaron el desarrollo de competencias ciudadanas a partir del desarrollo de competencias científicas en estudiantes del nivel educativo de Básica y Media en pro del mejoramiento de la calidad educativa en las instituciones educativas colombianas mediada por los semilleros de investigación SICE.

Desde esta concepción un semillero de investigación conlleva una visión asociada a un mejor futuro, con una sociedad pensante en su entorno natural y social, ciudadanos que contribuyen activamente a la ciencia con su esfuerzo intelectual o dando soporte al conocimiento con sus herramientas o recursos, a la vez que aportan valor a la investigación, los integrantes adquieren nuevos conocimientos o habilidades, y una mejor apropiación del método científico y sus implicaciones.

Como resultado de este escenario abierto, colaborativo y transversal, las interacciones entre ciencia-sociedad-políticas de ciencia, tecnología en innovación mejoran, representando procesos más democráticos, basados en la toma de decisiones y evidencias propias del método científico.

Esta propuesta didáctica está regida por la enseñanza basada en problemas E.B.P y se fundamenta en la cotidianidad del estudiante apoyándose en el Aprendizaje basado en problemas (ABP) que según (Gil & De Guzmán, 1993), permite relacionar la cotidianidad del estudiante con los conceptos que son propios de cada grado de escolaridad. Mediante la investigación científica se concientiza a la comunidad sobre las causas y posibles soluciones a los problemas ambientales que impiden un desarrollo sostenible.

De igual manera se concluye en la necesidad de mejorar la calidad educativa; allí los semilleros de investigación juegan un papel clave para estimular la participación y el desarrollo de las competencias necesarias para alcanzar los indicadores preestablecidos. Los procesos de capacitación constante de los docentes son muy importantes, esto se ve reflejado en el trabajo de aula y fuera de ella, e igualmente se utiliza el diseño de planes de mejoramiento y la retroalimentación para corregir debilidades de los educandos y ayudar a desarrollar sus potencialidades acordes a sus necesidades en las diferentes áreas del saber.

Igualmente, tanto estudiantes como docentes consideran que las competencias científicas en la institución se ponen de manifiesto a través de la proactividad, la curiosidad, con proyectos de investigación propuestos dentro y fuera del aula escolar con objetivos claros y acordes a las actividades planeadas.

AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a la Universidad de la Costa CUC en el programa de Maestría en Educación por el apoyo significativo en los procesos de formación académica necesarios para el desarrollo de la presente propuesta.





Congratulados con la labor de las Instituciones educativas IED San Gabriel, IED María Cano e IED Marco Fidel Suarez por su apoyo en el fin de analizar y coorganizar los escenarios de investigación requeridos para sustentar el presente trabajo, esperando beneficiar a muchos estudiantes en Latinoamérica.

Agradecidos con el apoyo y recibimiento de la Unoesc Chapecó quienes con el evento I Seminario Internacional de Ciencia, Tecnología e Innovación para el Desarrollo Sostenible nos mostraron capacidad de organización y apoyo específico con acompañamiento permanente para culminar esta participación tan importante.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, L.; MONTOYA, D. **Prácticas Pedagógicas Que Realizan Los Docentes Para Promover El Liderazgo En Los Adolescentes De Los Grados 6° - 7° Y 8° En Dos Instituciones Educativas Privadas Del Valle De Aburrá.** 2015- 2016. Trabajo De Grado. Universidad De Manizales Cinde, Sabaneta, 2016.

CASTRO, L.; LÓPEZ, N. **Desarrollo de competencias científicas en estudiantes de grado quinto del colegio Chuniza a partir del diseño e implementación de un ambiente de aprendizaje en contexto, desde el enfoque CTSA bajo el concepto cambio químico.** Universidad Pedagógica de Colombia. Tesis de maestría, 2018. Disponible: <http://repository.pedagogica.edu.co/handle>.

CEPAL, N. **La Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe.** Objetivos, metas e indicadores mundiales, 2019. Disponible: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40155>.

MARÍN, F. **Investigación científica.** Una visión integrada e interdisciplinaria. Zulia: Ediciones del Vicerrectorado Académico de la Universidad del Zulia, 2012.

MEN. Estándares básicos de competencias ciudadanas ¡Formar para la ciudadanía...! ¡Si es posible! Lo que necesitamos saber y saber hacer, **Serie guías** No. 6, 2003.

MEN. Estándares básicos de competencias en ciencias naturales y ciencias sociales. Formar en ciencias: ¡el desafío! Lo que necesitamos saber y saber hacer. **Serie guías** No. 7, 2004.





ENSINO-APRENDIZAGEM DO PROJETO DE URBANISMO: INTERFACES COM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

Daiane Regina Valentini¹, Renata Franceschet Goettems², Ernestina Rita Meira Engel³, Andreia Saugo⁴, Angela Favaretto⁵, Raquel Becker Miranda⁶, Rafaela Tedeschi Zonatto⁷.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma experiência interdisciplinar realizada em ateliê de Projeto de Urbano e Paisagem no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim-RS. Essa experiência traz ao debate a incorporação de ferramentas de inovação tecnológica voltadas para o ensino-aprendizagem na área do urbanismo, fundamentais para a implementação de cidades inteligentes e sustentáveis.

Os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) são sistemas interativos de mapeamento, baseados em estruturas de programação que permitem gerar, organizar e sistematizar informações geográficas sobre a sociedade e o espaço que ela ocupa e produz. Em SIG, a realidade é sistematizada em planos de informação virtuais que permitem a análise integrada de processos e eventos que tem expressão territorial e relevância ecológica e cultural.

As disciplinas de projeto, ou também chamadas de ateliê de projeto, são componentes onde os estudantes aplicam os conhecimentos adquiridos em outras disciplinas e vivências (BOHRER et.al, 2019). Nelas, são desenvolvidas atividades projetivas, que se utilizam da criatividade e soluções técnicas como resposta a problemas da cidade. Para fundamentar tais atividades, exploram-se métodos de levantamento de dados, análises e diagnósticos que permitiam a percepção e apreensão espacial e, por isso, utilizavam-se de visitas e levantamentos de campo para uma área de estudos real.

Com a pandemia da COVID-19, porém, as práticas das visitas técnicas e levantamentos de campo ficaram inviabilizadas. Como transpor essas dificuldades e superar os desafios do levantamento de dados, análises e diagnóstico urbanístico no ateliê de projeto de urbanismo? Como destaca Celani (2021), as interações colaborativas por meio de plataformas virtuais já eram utilizadas por profissionais da arquitetura e urbanismo há algum tempo. Porém, as ferramentas que embasam o levantamento de dados, análises e diagnósticos urbanísticos, ainda se mostravam bastante analógicas e com grande carência de objetividade e materialização nas etapas projetivas.

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul. daiane.valentini@uffs.edu.br;;

² Universidade Federal da Fronteira Sul. renata.goettems@uffs.edu.br;

³ Egressa da Universidade Federal da Fronteira Sul. ernestinaengel@gmail.com;

⁴ Universidade Federal da Fronteira Sul. andreia.saugo@uffs.edu.br

⁵ Universidade Federal da Fronteira Sul. angela.favaretto@uffs.edu.br;

⁶ Egressa da Universidade Federal da Fronteira Sul. raquelbeckermiranda@gmail.com;

⁷ Egressa da Universidade Federal da Fronteira Sul. rafaelatzonatto@hotmail.com.





METODOLOGIA

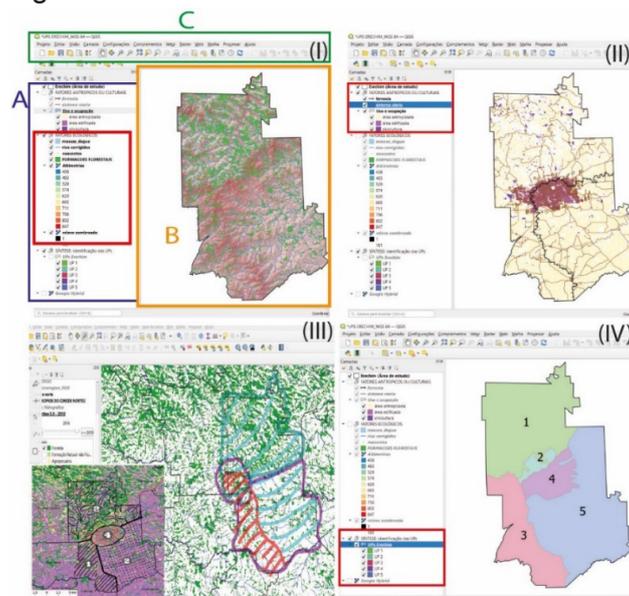
Este trabalho utiliza-se de materiais e métodos que visam refletir sobre experiências da implementação do SIG no ensino-aprendizagem do projeto de urbanismo através da utilização do software livre QGIS (QGIS Development Team, 2018). A implantação do SIG teve interação com imagens e vídeos realizados por drone, bem como levantamento fotográfico e em vídeo realizado na área de estudos. Além do suporte da ferramenta QGIS (QGIS Development Team, 2018) e Google Earth (GOOGLE, INC., 2021b) e Google Street View (GOOGLE, INC., 2021b).

As atividades foram desenvolvidas em formato de oficina, apoiadas por exercícios descritos em apostila e vídeos. Todas as atividades didáticas foram desenvolvidas com apoio de monitoria de ensino, que contribuíram sobremaneira para o aprendizado e qualificação das práticas educativas (GONÇALVES et. al, 2021).

RESULTADOS

Para que a disciplina possa se desenvolver de forma a abranger os conhecimentos relativos à paisagem e aos impactos das ações humanas no território, busca-se conhecer os locais de intervenção, levantar dados, analisar e diagnosticar a área de estudos. A figura 1 mostra mapas produzidos na oficina didática, onde são destacadas a estrutura de apresentação e configuração do SIG e os resultados da oficina estruturados em dois grupos: (I) Fatores Ecológicos; (II) Fatores Culturais ou antrópicos. Em (III) destaca-se a atividade de seminário onde foram identificadas e estudadas cinco unidades de paisagem, adotadas enquanto unidades de planejamento da área de estudo.

Figura 3. Resultados da oficina didática



Legenda: A - área de manuseio das camadas; B - área de trabalho georreferenciada; C - área de ferramentas de geoprocessamento. (I) Fatores Ecológicos; (II) Fatores Culturais ou antrópicos; (III) Atividade de seminário; (IV) Produto do seminário: 5 Unidades de paisagem (UP). Fonte: Elaboração das autoras, 2021.





FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As problemáticas relativas ao projeto e a gestão do território se colocam na atualidade com inúmeros desafios. Este trabalho destaca os desafios da implementação de tecnologias no ensino (SEDREZ; CELANI, 2014) às demandas territoriais, seja de consolidação da cidade em produção ou na cidade que se expande em novos parcelamentos do solo.

A representação dos elementos da paisagem fundamentou-se na sobreposição dessas representações (MCHARG, 1969) organizados em dois grupos: os fatores ecológicos (tais como relevo, hidrografia, áreas de preservação permanente, formações florestais etc.) e os fatores culturais ou antrópicos (tais como ocupação urbana, agricultura, sistema viário, redes de infraestrutura, equipamentos públicos, etc.). Essas sobreposições revelam nuances de análise que somente são possíveis diante de um sistema inteligente capaz de processar e gerar nova informação espacial. Esse sistema inteligente permite compreender as características do ambiente em estudo, fazendo uso da melhor informação disponível e processando-as em uma enorme quantidade sobre o espaço e o tempo (XAVIER DA SILVA, 1999; MELLO FILHO, 2003; VALENTINI, 2020). Outrossim, modelos espaciais, mas seu uso combinado com sistemas popularizados de posicionamento como o *googlemaps*, *google Earth* e *StreetView* possibilitaram a elaboração e complementação de bases cartográficas incompletas ou inexistentes. O mapeamento e análise cartográficas é imprescindível para a compreensão do território e para a implementação de ações que visem a sustentabilidade urbana e ambiental.

CONCLUSÕES

O contexto trazido pela pandemia da Covid-19, impossibilitou a realização de visitas a campo e reforçou a necessidade da utilização de diferentes ferramentas e softwares de análise e projeto. A inserção do SIG na disciplina de Projeto Urbano e Paisagem foi determinante para o aprofundamento dos conhecimentos, bem como permitiu agilidade em cruzamentos de dados e aprofundamento dos estudos das áreas de intervenção. A adoção de tecnologias interativas permitiu maior sinergia nas aulas remotas e permitiu melhoria na qualidade do ensino e aproximar os alunos das dinâmicas de exercício profissional na área do urbanismo e planejamento urbano e regional. Essa experiência traz ao debate a incorporação de ferramentas de inovação tecnológica voltadas para o ensino-aprendizagem na área do urbanismo, fundamentais para a implementação de cidades inteligentes e sustentáveis.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal da Fronteira Sul pela bolsa de monitoria em ensino.

REFERÊNCIAS

BOHER, J. E. T.; SANTOS, L. M. A.; SILVA, J. P. M. da; BARIN, C. S. O acesso remoto como ferramenta de ensino de projeto nos cursos de arquitetura e urbanismo: educação inovadora e transformadora. In **Anais do 2º Encontro Compartilhando Saberes**. Universidade Federal de Santa Maria, 2019.





CELANI, G. Colaboração remota no projeto de Arquitetura e Urbanismo em um contexto de isolamento social. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, 6 (1), 163-167. 2021. <https://doi.org/10.21680/2448-296X.2021v6n1ID23866>

GONÇALVES, M. F.; GONÇALVES, A. M.; FIALHO, B. F.; GONÇALVES, I. M. F. A importância da monitoria acadêmica no ensino superior. *Práticas Educativas, memórias e oralidades - Rev. Pemo*, 3 (1), p. e313757. 2021. <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.3757>

GOOGLE, Inc. (2021). *Google Maps e Street View*. <https://www.google.com.br/maps/>. (b)

MELLO FILHO, J. A. **Qualidade de vida na região da Tijuca, RJ, por Geoprocessamento**. 2003. 288 p. Tese (Geografia - Geoprocessamento) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

QGIS Development Team. (2018) **QGIS Geographic Information System** (Versão 3.4) [software]. Open Source Geospatial Foundation Project. <https://www.qgis.org>

SEDREZ, M.; CELANI, G. Ensino de projeto arquitetônico com a inclusão de novas tecnologias: uma abordagem pedagógica contemporânea. **Pós - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, 21 (35), 78-97. 2014. [HTTPS://DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.V21I35P78-97](https://doi.org/10.11606/ISSN.2317-2762.V21I35P78-97)

VALENTINI, D. R. **Transformação e resignificação espaço-temporal da paisagem territorial: o Oeste Catarinense na Pós-Modernidade**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

XAVIER DA SILVA, J.. **Geoprocessamento e SGIs**. Rio de Janeiro: LAGEOP. CD-ROOM, 1999, 208p.





ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A IMPORTÂNCIA DAS PRIMEIRAS VIVÊNCIAS NA FUTURA ÁREA PROFISSIONAL

Ana Caroline Guimarães¹; Vanessa Salete Pescador²

INTRODUÇÃO

A Educação Física é uma área da educação que a cada dia se faz mais necessária. Segundo Araújo e Souza (2019), estudantes em período escolar podem, através dela, adquirir um grande desenvolvimento cognitivo, físico e motor, assim como também os indivíduos de todas as idades encontram nessa área um meio de melhorar a saúde, bem-estar, qualidade de vida, tratamento e prevenção de doenças, meios de socialização e expressão, autoconhecimento, desenvolvimento cognitivo, entre diversos outros benefícios advindos da prática de dança, academia, aulas escolares, pilates, treinos esportivos, ou demais formas de exercício. Portanto, tem-se que a Educação Física é mais do que brincar ou aprender uma disciplina pelo currículo escolar. Trata-se também de educar corpo e mente e atuar na formação completa de um cidadão, unindo a construção social do mesmo e o cuidado com a saúde do corpo e da mente. Em vista disso, compreendemos que o trabalho de um profissional capacitado se faz necessário para que os objetivos da disciplina, em diferentes âmbitos, sejam atingidos.

Deste modo, o presente trabalho descreve os relatos e vivências acadêmicas de uma estudante do quarto período do curso de Educação Física Licenciatura, da UNOESC – Campus Chapecó, dentro do componente curricular Estágio Supervisionado II. Neste, foram realizadas observações de 10 horas na modalidade de Ginástica Rítmica, tendo o objetivo central voltado para a ampliação dos conhecimentos e métodos didáticos no que diz respeito ao ensino do esporte, conhecendo de perto o mesmo e identificando metodologias de trabalho, vivenciando as atividades quando voltadas à um grupo infantil, sendo que as observações foram realizadas em uma turma de iniciação esportiva. A partir disso, objetivaram-se também os seguintes aspectos específicos: identificar maneiras didáticas de trabalhar o esporte; observar e compreender os meios de condução das aulas; entender e analisar as maneiras de comunicação entre professor e alunos; visualizar a aplicação dos fundamentos do esporte dentro da faixa etária em treinamento; identificar os benefícios gerais do esporte aos alunos durante a prática das atividades.

Portanto, almeja-se através deste estudo apresentar os benefícios e a importância do estágio supervisionado durante o período acadêmico, visando o desenvolvimento de um futuro profissional experiente e habilitado para atuar em sua área, tendo consigo seus próprios conhecimentos, capazes de modificar e melhorar os modelos de educação e didáticas atualmente atuantes nos sistemas

¹ Discente do curso de Educação Física-UNOESC Chapecó, anacarolineguimarae54@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação-UNOESC Joaçaba. Docente do curso de Educação Física-UNOESC Chapecó, vanessaddr@yahoo.com.br.





educacionais, avaliando ainda quais as possibilidades e meios para que isso aconteça ainda no momento de formação.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado com base nas experiências vividas no campo de estágio acadêmico, seguido de pesquisas sobre a importância de tal componente na formação de um profissional habilitado ao exercício de sua função. Nesse processo, no primeiro momento do Estágio Supervisionado II, fomos direcionados para as aulas teóricas, ministradas pela professora do componente, no campus da UNOESC Chapecó.

Nesse período inicial, foram realizadas as orientações gerais referentes aos processos exigidos no estágio, os encaminhamentos das documentações necessárias e o direcionamento inicial para as etapas do estágio. Na sequência, ao longo do período de aulas teóricas, foram realizadas as emissões de documentos e coleta de assinaturas dos responsáveis. Simultaneamente, junto às orientações da professora orientadora, demos início à construção do relatório de estágio, referente às partes cabíveis para o momento antecedente às observações, como o referencial teórico, por exemplo.

No momento seguinte, com os procedimentos e documentos finalizados, fomos direcionados ao campo de estágio, onde realizamos as observações e extração dos pontos e informações relevantes para a construção dos roteiros de observação e, ao final, conclusão do relatório de estágio. Durante esse período contamos com as orientações e auxílio da professora orientadora, esclarecendo dúvidas e direcionando para a construção do trabalho.

Em conseqüente, após a realização do estágio e construção do relatório, através de pesquisas sobre a modalidade e a disciplina da Educação Física, deu-se conta da grande importância desse momento na construção profissional, portanto, iniciaram-se pesquisas sobre as contribuições de tal componente no desenvolvimento acadêmico, resultando na base do presente trabalho.

RESULTADOS

O Estágio Supervisionado II foi realizado junto ao grupo AGIRC – Associação de Ginástica Rítmica de Chapecó, que também atende ao projeto Atleta do Futuro, promovido pela Fundação Municipal do Desporto. O período de realização de estágio foi de 31/08/2002 à 16/09/2002, sendo que as aulas observadas aconteceram no ginásio localizado no bairro Saic, nas quartas-feiras, das 13h30min às 16h, e nas sextas-feiras, das 13h30min às 15h, para uma turma feminina do nível de iniciação, com idades entre 5 e 11 anos.

Durante as observações, foram extraídos os principais pontos das metodologias adotadas pelo profissional ministrante das aulas, a sua relação com as alunas, as atividades, equipamentos, linguagem adotada, entre outros aspectos tidos como relevantes para possibilitar a compreensão da acadêmica sobre a forma de trabalhar o esporte, desenvolvendo também suas próprias análises e





senso crítico perante as situações, tendo como base sua trajetória acadêmica vivida até o momento da realização do estágio.

Com base nas observações e avaliações das situações de aula, tornou-se possível compreender que um profissional precisa não somente atuar, mas também conhecer, ouvir, buscar por novas experiências, avaliar formas de agir e se posicionar dentro de cada momento da aula e possíveis eventualidades que possam acontecer, entre outros pontos de suma importância. Deste modo, tem-se o estágio de observação como fundamental, pensando na inserção do acadêmico no campo atuante, mesmo que ainda em posição de absorção de conhecimentos e não de transmissão e intervenção. Através disso pode-se observar novos espaços, novas modalidades, diferentes metodologias, formas de condução de aula e postura de profissionais, sendo pontos que contribuem para a formação do estudante, seja de forma positiva ou negativa, estando de acordo com a realidade que vivenciou no período de estágio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Referente ao estágio, Silva *et al* (2017) traz em sua pesquisa diversos estudos de autores que defendem o período de estágio supervisionado durante a formação acadêmica como de extrema importância, sendo o momento de construção das análises e observações de um indivíduo a partir das vivências, tornando-se capaz de compreender o que o cerca, adquirindo seus próprios conhecimentos sem embasar-se somente naquilo que lhe é depositado por outros. Para eles, a construção profissional é pautada em meios críticos e reflexivos, capazes de levar o indivíduo a compreensão e construção de seus conhecimentos individuais a partir daqui que vê e percebe no mundo. Os autores afirmam que:

Para enfim, que estes princípios se constituam como uma base sólida desde o processo de formação inicial do professor, é fundamento que o estágio seja compreendido como uma forma dialética de se pensar a prática num movimento dinâmico de ação↔reflexão↔reflexão↔ação, a fim de construir uma nova realidade, alcançando novos patamares a partir da reflexão, dando origem a uma nova prática. (SILVA *et al.*, 2017, p. 2)

No decorrer do processo de observações do estágio supervisionado, compreendeu-se que o educador físico é mais do que apenas um detentor de conhecimento, mas também um transmissor, que deve ser apto e qualificado para tal função. No momento de observações é notório que há muito a se extrair de uma aula além da matéria propriamente dita, pois trata-se de um conjunto de ações e metodologias fundamentais para a formação de um profissional competente. Por isso, conclui-se que o momento de ver e ouvir para o acadêmico faz-se cada dia mais importante, onde o mesmo, ainda em seu momento de aprendizagem, já dá início ao processo de construção de sua futura profissão, aprendendo sobre a ética, responsabilidade, versatilidade e demais qualidades fundamentais de um bom educador, o que lhe permite construir sua própria postura profissional de forma individual, a partir de suas vivências e reflexões. Por isso, reafirma-se a grande importância do período de estágio de observação para o acadêmico, que tem a oportunidade de conhecer, aprender e buscar através das experiências, boas ou ruins, formar o profissional que deseja ser em sua área de atuação.





CONCLUSÕES

Em conclusão do presente trabalho, que possui como base os estudos empíricos e teóricos referentes ao estágio supervisionado, tem-se que este momento se faz fundamental para a formação acadêmica de um indivíduo, permitindo que o mesmo conheça e explore sua futura área de atuação, ainda no momento de sua formação. Como trazido pelos autores supracitados, é nesse momento que o estudante desenvolve sua reflexão e construção do senso crítico, tendo como base suas próprias experiências.

Deste modo, o estágio de observação oferece vivências e permite que o aluno identifique, reflita e se construa profissionalmente por meio das suas experiências e observações. Além de possibilitar a compreensão de diversas realidades e didáticas que são apresentadas no campo de estágio, por meio de profissionais que já estão atuando na área, o que oportuniza o desenvolvimento do acadêmico(a), enquanto educador. Esse espaço de observação e reflexão promove novas possibilidades educativas, capaz de concordar ou discordar, e por fim, inovar ao ensinar e estabelecer seus próprios parâmetros de ensino.

Portanto, defende-se a importância do estágio supervisionado como componente acadêmico desde os momentos iniciais do curso, permitindo a compreensão, desenvolvimento e maturação profissional, oportunizando a formação de profissionais habilitados não somente a ensinar ou reproduzir conteúdos, mas também a pensar, refletir e agir de forma crítica, através de seus pensamentos e vivência e não somente por intermédio do conhecimento de outros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à UNOESC e ao projeto UNIEDU, Artigo 170, do qual sou bolsista, reconhecendo a fundamental atuação destes para a formação dos indivíduos. Agradeço aos meus professores, especialmente minha orientadora e incentivadora, professora Vanessa Pescador e, por fim, à Deus e a minha família pelas oportunidades, apoio e incentivo diário.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Antonio Victor; SOUZA, Francisco José Fornari. **Importância da educação física escolar na formação do indivíduo**. Lages, 2019. 18 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Centro Universitário UNIFACVEST, 2019.

SILVA, Adriana Lúcia Leal da *et al.* Importância e contribuição do estágio supervisionado na formação do profissional de educação física. **Revista de estudios e investigación en psicología y educación**. v. Extr., n. 6, p. 247 - 252, 2017. Disponível em: <https://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2017.0.06.2564/pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.





GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE: DESVIOS ENTRE ASPECTOS OSTENSIVO E PERFORMATIVO

Paulo Roberto da Silva¹; Juliano Danilo Spuldaro²

INTRODUÇÃO

Uma maneira de se compreender rotinas organizacionais é considerar que elas são formadas por aspectos ostensivo e performativo (FELDMAN; PENTLAND, 2003). Nessa perspectiva, a presente pesquisa estudou a rotina de gestão e fiscalização de contratos do Instituto Federal Catarinense, instruídas por seu manual institucional. O estudo objetivou identificar as razões que expliquem os possíveis desalinhamentos entre a execução real (aspecto performativo) e as orientações formais (aspecto ostensivo). A base teórica de sustentação da pesquisa foram as rotinas organizacionais e *routine dynamics*.

Os resultados evidenciaram que o manual não atingiu seu objetivo como elemento padronizante, atribuindo-se a 3 possíveis causas. Compreendido que a aproximação do aspecto performativo do ostensivo garante maior conformidade dos atos administrativos, a presente trabalho contribui com proposições nesse sentido. Os resultados permitem gerar contribuição gerencial e discussão no campo teórico das rotinas organizacionais em instituições públicas caracterizadas por autonomia administrativa de seus agentes.

MÉTODOLOGIA

A pesquisa se insere no campo de estudos das organizações, no tema de rotinas organizacionais, e estudou através de estudo de caso específico (YIN, 2016) a rotina de gestão e fiscalização de contratos no contexto da administração pública, mais especificamente em um ambiente caracterizado por descentralização administrativa, que caracteriza o Instituto Federal Catarinense - IFC.

Foram utilizadas três fontes de dados: 1) levantamento bibliográfico e pesquisa documental para caracterizar a instituição e a rotina estudada e seus artefatos; 2) verificação dos processos administrativos associados a gestão e fiscalização dos contratos para levantar como os atos administrativos são realizados e documentados e por fim; 3) a realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores de contratos para levantar como as rotinas são desenvolvidas de fato.

¹ Mestrando do Programa de Mestrado Profissional de Administração (MPA) – Unoesc – Campus Chapecó. E-mail: paulo.caixapessoal@gmail.com.

² Docente do Programa de Mestrado Profissional de Administração (MPA) – Unoesc – Campus Chapecó. E-mail: juliano.spuldaro@unoesc.edu.br.





Do universo de pesquisa de 15 gestores de contrato, foram entrevistados 8. Thiry-Cherques (2009) indicam que a saturação teórica ocorre até a 12ª entrevista, e Guest, Bunce e Johnson (2006) indicam as categorias centrais são identificadas até a 6ª entrevista. Portanto, o quantitativo de 8 gestores de contratos entrevistados mostrou-se adequado para o levantamento das evidências do estudo, uma vez que foram subsidiadas pelas documentações analisadas.

A técnica de análise dos dados foi a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin (2011) pode ser segmentada em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração dos materiais e; 3) análise e interpretação dos dados e realização de inferências.

RESULTADOS

A pesquisa constatou que a rotina de gestão e fiscalização de contratos é executada com algum grau de desalinhamento nos diferentes campi. As variações são observadas não só entre os diversos campi, mas também dentro deles, com o passar do tempo. No entanto, elas não representam riscos de ordem legal, pois todas atenderam as exigências normativas de âmbito federal. A análise dos dados permitiu apontar 3 causas dos desalinhamentos, que são apresentadas na Tabela 1:

Tabela 1 - Causas dos desalinhamentos entre o aspecto ostensivo e performativo

Causa	Desvio Associado
Estrutura do Manual	Elementos Desatualizados
	Falta de detalhamento das instruções
	Elementos gráficos não compreendidos por alguns entrevistados
	Falta de associação dos anexos com as etapas
	Falta de versão editável dos anexos
	Manual não apresenta apontamentos e cautelas relevantes a serem observadas
	Fluxo do manual não contempla alimentação do sistema integrado de gestão
Implantação/ Divulgação	Dúvidas frequentes dos usuários não constam no manual
	Não houve iniciativa ou campanha de adoção
	O instrumento foi publicado em caráter orientativo e não obrigatório
Rotinas e Hábitos Preexistentes	Falta de sistemática de atualização e revisão
	Preferência por utilizar modelos próprios, manter a forma de executar as tarefas, e hábito de buscar informação em fontes diversas

Fonte: o autor (2022).

A análise das causas apresentadas permitiu a proposição de pelo menos 3 medidas que objetivam aproximar a execução real da rotina com as instruções formais, sendo: a) efetuar uma revisão e atualização do instrumento formal; b) criar um ambiente colaborativo que permita a atualização constante e a construção coletiva do instrumento, e por fim; c) instituir uma política de monitoramento a orientação em conjunto com a unidade de controle interno da instituição.





FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os desalinhamentos identificados entre as instruções contidas no manual institucional em relação a execução da rotina não apresentam em um primeiro momento, problemas de ordem legal, pois essa variedade não é necessariamente prejudicial, e vista até como natural segundo Cohen (2007), quando se acomoda dentro dos limites estabelecidos da Instrução Normativa 05/2017 SEGES e nos limites dos demais instrumentos internos da instituição.

Em relação aos hábitos existentes, as entrevistas revelaram que as rotinas dos novos gestores de contratos foram formadas pelas rotinas anteriores, como indicam Nelson e Winter (1982). Além disso, se constata que existe uma tendência de se repetir como já se fazia (ZANDER; KOGUT, 1995). No entanto pelas características de autonomia administrativa e liberdade que as chefias dão aos gestores de contratos, estes não só se baseiam nas rotinas pré-estabelecidas, mas também promoveram pequenas adaptações ao seu modo de trabalho.

A observação de períodos de transição, como das instituições federais de ensino superior revela que a transição dos cargos e funções ocorrem frequentemente de maneira quase completa, se aproximando de uma ruptura. É possível que essa condição – transições concomitantes em múltiplos setores – amplifique as variações quando entendemos que as rotinas são disposições coletivas. Isso significa que quando ocorrer a alternância simultânea de agentes em ambos os lados do ponto de intersecção entre setores administrativos, podem ser convencidos com mais facilidade novas formas de organização e tramitação de artefatos e usos de sistemas.

Dado o grau de liberdade de autonomia dos agentes no IFC, as rotinas se aproximam mais das descrições de rotinas como algo fluido e mutável. Mais adaptável do que padronizável, até pela própria natureza dos insumos da rotina de gestão de contratos que são diferentes materiais e serviços contratados, cada um com suas particularidades e especificidades.

A observação da rotina de gestão e fiscalização de contratos não dá certeza se as rotinas da administração pública podem ser vistas do ponto da economia evolutiva de Nelson e Winter (1982), pois se considerarmos as rotinas como genes, o IFC como órgão da administração pública não participa da seleção natural de mercado. Sua constituição e manutenção dependem essencialmente de vontade política justificada por meio de atendimento a demandas sociais. Portanto, eficiência administrativa mesmo constituindo princípio constitucional estabelecido no Art. 37 da Constituição Federal está ombreada com demais princípios administrativos, como por exemplo da legalidade, que exercem até maior influência nas atividades diárias.

Transportando esse entendimento para as rotinas, isso significa que nem sempre a rotina mais eficiente acaba sendo adotada, uma vez que determinados servidores preferem maior ou menor nível de formalidade que exigem como consequência maior esforço de realização, em troca do que podemos chamar de sensação de segurança/conformidade, o que pode resultar em formalismo excessivo e perda de eficiência.

Ao que parece quando da entrada dos novos gestores de contratos as pequenas alterações e adaptações acontecem, ou seja, nos períodos de transição. Estes períodos de transição costumam





ser por prazo certo especialmente nos campi mais tradicionais onde quando há a eleição de novo diretor-geral, as alternâncias de cargos e funções na administração das universidades ocorrem. Isso quer dizer que a alternância de poder, é uma característica das instituições federais de ensino superior. Desse modo, as orientações formais do manual podem assumir importante papel de transição como instrumento de orientação para avaliação da conformidade das rotinas existentes.

Reduzir essas variações, e aproximar a execução real das rotinas em relação a sua concepção formal no âmbito do Instituto Federal Catarinense implica atuar nas três causas observadas, e manter as orientações formais permanentemente atualizadas, fator que demandará esforços permanentes da administração.

CONCLUSÕES

Os resultados do trabalho evidenciam que as rotinas de gestão e fiscalização de contratos estão imersas em um ambiente altamente regulado, porém com margem para variações. A alternância no quadro de servidores é um aspecto que contribui para as variações observadas. Nessa perspectiva a criação de um ambiente colaborativo no lugar de um instrumento de orientação fixo, tal como o manual de gestão e fiscalização de contratos pode ser mais eficaz, na medida em que inclui os usuários na construção das instruções e na atualização destas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal Catarinense e seus servidores que viabilizaram a pesquisa.

Agradeço a Unoesc – Campus Chapecó, na figura do orientador, prof. Dr. Juliano D. Spuldaro por fornecer o direcionamento necessário ao desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

COHEN, M. D. **Reading Dewey**: Reflections on the study of routine. *Organization studies*, 28(5), 773-786, 2007.

FELDMAN, M. S.; PENTLAND, B. T. Reconceptualizing Organizational Routines as a Source of Flexibility and Change. *Administrative Science Quarterly*, 48(1), 94-118, 2003. doi: <https://doi.org/10.2307/3556620>.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. **How Many Interviews Are Enough?** Experiment with Data Saturation and Variability. *Field Methods*, 2006, 18(1), 59-82. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1525822X05279903>.





NELSON, R. R.; WINTER, S. G. An evolutionary theory of economic change. Cambridge: **Belknap Press/Harvard University Press**, 1982.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, 20–27, 2009, 3 (Outubro).

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZANDER, U. K.; KOGUT, B. **Knowledge and the speed of the transfer and imitation of organizational capabilities: and empirical test**. *Organization Science*, 6(1), 76–92, 1995.





INTEGRACIÓN DIDÁCTICA DE LAS TIC PARA EL FOMENTO DE UNA CONCIENCIA AMBIENTAL SOSTENIBLE

Lizeth Paola Fuentes Riaño¹; Alex David Ruiz Meneses²; Freddy Marín-González³

INTRODUCCIÓN

En la presente ponencia se presentan los resultados de una investigación orientada al diseño de una propuesta fundamentada en la mediación didáctica de las TIC, que a través de la producción de contenidos digitales y el desarrollo del pensamiento visual contribuyan al fortalecimiento de una conciencia ambiental sostenible en estudiantes de básica secundaria. Para ello se explora de manera argumentativa la temática en distintas dimensiones, como son: tecnológica, política educativa, educación ambiental, metodológica y perfil actitudinal estudiantil. La metodología está fundamentada en un enfoque racionalista - deductivo, paradigma crítico - mixto y método de razonamiento lógico deductivo; en cuanto al diseño de investigación, es de tipo documental, de campo y propositivo; cuyo contexto empírico es la Institución Educativa San José de Majagual - Sucre, Colombia. Los principales resultados se distinguen en la motivación que generan las técnicas visuales y recursos informáticos en los estudiantes, así como la importancia de elaborar propuestas interdisciplinarias y transversales por parte de docentes y directivos docentes que contribuyan al fortalecimiento de la conciencia ambiental en los estudiantes. Los hallazgos sirven de insumo para el diseño de la propuesta pedagógica: PLANETÓN C.A, con el propósito de fortalecer desde procesos sostenibles la conciencia ambiental, incentivando el pensamiento visual y el desarrollo de videos digitales, enfocado hacia problemáticas ambientales del contexto. Se concluye en la necesidad de fomentar la conciencia ambiental en jóvenes de básica secundaria y garantizar su sostenibilidad, integrando iniciativas atractivas e interdisciplinarias a través de la mediación didáctica de las TIC.

El uso de la tecnología evidencia cada vez más relevancia e incursión en los distintitos escenarios y actividades de los seres humanos, organismos internacionales tales como la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (ODCE), la Organización de las Naciones Unidas (ONU) o la Assessment and Teaching of 21st Century Skills (ATC21s), han dado directrices sobre las competencias a fomentar para los estudiantes del siglo XXI, entre las cuales el manejo de la información, la apropiación de las tecnologías digitales y la resolución de problemas, son algunos ejemplos. Por tanto, se resalta la importancia que tiene la apropiación de las TIC y los recursos tecnológicos informáticos en la formación de jóvenes competentes y en correspondencia con las directrices demandas por la sociedad contemporánea, donde, la resolución de problemas cumple un gran papel en relación a tomar partido para las transformaciones sociales de los distintos entornos.

¹ Especialista en Estudios Pedagógicos y candidata a Magister en Educación. Universidad de la Costa. Docente de Prescolar. Institución Distrital José Antonio Galán, Bogotá, DC. E-mail: lfuentes17@cuc.edu.co.

² Especialista en Estudios Pedagógicos y Candidato a Magister en Educación. Universidad de la Costa. Docente de Básica Secundaria y Media. Tecnología e Informática. Institución Educativa San José, Majagual - Sucre. E-mail: aruiz@cuc.edu.co.

³ Profesor Titular III Tiempo Completo de la Universidad de la Costa, Colombia, adscrito al Departamento de Humanidades, en los programas de Doctorado y Maestría en Educación.





Al respecto, se debe prestar atención a problemáticas tales como el cuidado del medio ambiente y el uso responsable de los desechos sólidos, agresores de la fauna, la flora y las fuentes hídricas.

Editor jefe de la Revista Cultura Educación y Sociedad y Líder de la Línea de Investigación en Calidad Educativa. Ratificado como investigador Senior por Minciencias (Colombia). Posee estudios de Licenciatura, Especialización y Maestría en Educación, así como Doctorado y Postdoctorado en Ciencias Humanas por la Universidad del Zulia, Venezuela, de la cual es Profesor Emérito.

En este orden de ideas, la presente investigación se desarrolla en la Institución Educativa San José, ubicada en la zona urbana del Municipio de Majagual, Departamento de Sucre (Colombia), donde se hace pertinente desarrollar una propuesta didáctica tecnológica que posibilite el fomento de la conciencia ambiental en estudiantes de básica secundaria, a través de la mediación didáctica de las TIC y el pensamiento visual; partiendo del supuesto de investigación: los estudiantes son indiferentes a las problemáticas medioambientales de su comunidad y hacen uso inapropiado de los residuos sólidos en los diferentes espacios de la Institución Educativa, repercutiendo negativamente su entorno y la manera de percibir o actuar en el contexto vivencial.

METODOLOGIA

El enfoque epistemológico del presente estudio es el Racionalista – Deductivo, en tanto consiste en anteponer los mecanismos de la razón para llegar a generar conocimiento. Se plantea, a su vez un paradigma mixto, puesto que integra un conjunto de procesos sistemáticos, empíricos y críticos, así como la recolección y análisis de datos cualitativos y cuantitativos, buscando obtener información más amplia del objeto de estudio que conlleven a una mayor exploración de los datos y una mejor comprensión del problema. (HERNÁNDEZ-SAMPIERI; MENDOZA, 2008). En cuanto al método de investigación, corresponde al método de razonamiento lógico deductivo; el cual, adapta los principios descubiertos a casos particulares a partir de la vinculación de juicios donde el papel de la deducción es doble: encontrar principios desconocidos mediante los conocidos y descubrir consecuencias desconocidas, de principios conocidos. (BEHAR, 2008).

Por tanto el diseño de investigación, se constituye de tres componentes: el componente teórico – documental, el componente de campo y el componente propositivo. El alcance de la investigación parte del planteamiento del problema, en relación a las categorías de mediación didáctica de las TIC y fomento de la conciencia ambiental. En cuanto al componente teórico – documental se realizó el análisis de contenido a 3 documentos, los cuales fueron: el Proyecto Educativo Institucional (PEI), el plan de estudios de Ciencias Naturales y Educación Ambiental y las Mallas Curriculares de la Institución Educativa. Para el componente de campo se trabajó con 3 poblaciones, la población de unidades A: conformada por estudiantes de octavo grado de básica secundaria, la población de unidades B, conformada por los docentes de básica secundaria y media, y la población de unidades C, conformada por los directivos docentes de la Institución Educativa San José.

La técnica utilizada para el análisis de información cualitativa fue el análisis de contenido y el instrumento: matriz de análisis de contenido; en cuanto a la técnica utilizada para el análisis





de información cuantitativa fue la encuesta, con el instrumento: el cuestionario. Así mismo se aplicó técnicas para la validez y confiabilidad de los instrumentos, en el primer caso los instrumentos fueron sometidos a procesos de validez por 5 expertos. Para los instrumentos del diseño de campo, constituidos por 3 cuestionarios para las poblaciones A, B y C, se le determinó su confiabilidad utilizando el Indicador del Coeficiente de Alfa (α) de Cronbach.

RESULTADOS

Los resultados encontrados confirman en la importancia que tiene el desarrollo de videos y productos digitales para las clases con los estudiantes, en tanto son agradables y fáciles de usar para toda la comunidad en general, aunque es evidente en algunos casos la resistencia al cambio manifestado por los docentes de mayor edad. Por tanto, la integración de la tecnología en los procesos instituciones es un aspecto a mejorar, ya que permite crear espacios para el correcto uso de las TIC, en la escuela para propósitos educativos, puesto que, una correcta apropiación tecnológica promueve la transformación tanto del usuario como de la tecnología, no solo se da lugar a conocimientos y habilidades, sino que causa también transformaciones en la misma tecnología. (OVERDIJK; DIGGELEN, 2006).

En cuanto al pensamiento visual y sus técnicas, todos los actores involucrados expresan estar de acuerdo con este tipo de iniciativas, en tanto despiertan el interés sobre las distintas temáticas vistas en la institución, además son del agrado de los jóvenes estudiantes, tan involucrados en tecnologías, aplicaciones y servicios de video streaming y demás técnicas de aprendizaje visual.

Los resultados concernientes al perfil actitudinal de los actores, se clasifican según las dimensiones de la conciencia ambiental (CHULIÁ, 1995), en la dimensión cognitiva, todos los actores involucrados dicen saber y estar interesados en las temáticas y problemáticas medioambientales, así como iniciativas y normativas nacionales e internacionales, sin embargo en la dimensión conativa, los estudiantes expresan en su mayoría adoptar principios medioambientales, aunque la importancia de cumplir estos propósitos no es una prioridad; lo mismo ocurre con la dimensión activa, si bien en su mayoría expresa ser activos en campañas sobre el cuidado del medio ambiente, cierto porcentaje denota apatía y falta de interés en estos temas. Por último, en la dimensión afectiva, se evidencia en los estudiantes y comunidad en general el agrado por espacios verdes y cuerpos de agua limpios y en buen estado, aunque su cuidado y mantenimiento no parecen ser de su incumbencia y compromiso.

FUNDAMENTO TEORICO

Los artículos científicos, trabajos de maestría y doctorado, que se analizaron, son el resultado de una búsqueda de investigaciones internacionales y nacionales desarrolladas durante los últimos 4 años, las cuales corresponden directamente con el objeto de estudio y en segundo lugar "siempre es conveniente efectuar la revisión de la literatura y presentarla de una manera organizada" teniendo presente que se debe vincular lógicamente y coherentemente los conceptos y proposiciones existentes" (HERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ; BAPTISTA, 2014).





En cuanto a la categoría mediación didáctica de las TIC se evidenció la relevancia de concentrar el potencial de las habilidades de mediación didácticas: comunicación y tecnología audiovisual en una metodología de enseñanza aprendizaje, donde engloba las habilidades de multilinguaje y mediación audiovisual en un entorno digital, puesto que en la sociedad presente y tras la pandemia la comunicación audiovisual se ha convertido casi en la norma.

En torno a la categoría conciencia ambiental se encontró que la formación ambiental de los estudiantes se vio influenciada por la implementación de la metodología con TIC de enseñanza de la educación ambiental para el desarrollo sostenible como complemento curricular, además se evidenció la importancia de aumentar la conciencia sobre el clima y los problemas relacionados con el cambio climático donde se busca que los estudiantes construyan una educación respetuosa con el clima y el medio ambiente.

La educación ambiental, es un área en constante proceso de desarrollo y reformulación tanto a nivel local, regional, nacional y mundial. Originándose en la conferencia de las naciones unidas sobre el Medio Ambiente celebrada en Estocolmo, Suecia, en junio de 1972. Donde se plantea a la Educación Ambiental, como una alternativa para que las sociedades internacionales promuevan el cuidado y conservación de la naturaleza. Quiva y Vera (2010). Finalmente, y de acuerdo con el análisis e interpretación de los datos cualitativos obtenidos de la matriz de análisis de contenido para los documentos PEI, Plan de estudio de Ciencias Naturales y Educación Ambiental y las Mallas Curriculares, así como de los datos cuantitativos obtenidos del cuestionario a los estudiantes, docentes y directivos docentes, se procede a definir los componentes estructurales y operativos de la propuesta didáctica fundamentada la mediación didáctica de las TIC, para el fomento de la conciencia ambiental, la cual lleva por título PLANETON C.A, el planeta te pide conciencia ambiental, cuyo propósito es fortalecer la conciencia ambiental, incentivando el pensamiento visual y el desarrollo de videos digitales, enfocado hacia problemáticas ambientales del contexto.

PLANETÓN C.A, desarrolla de manera interactiva e innovadora una serie de actividades que incluyen: desarrollar el pensamiento visual, conocer y manejar algunas apps de sonido, y edición de videos, reconocer problemáticas ambientales, transversalizando las categorías concernientes al presente estudio: conciencia ambiental y mediación didáctica de las TIC.

CONCLUSIONES

Los jóvenes sienten agrado y simpatía por temáticas relacionadas con la educación ambiental y el cuidado del medio ambiente, pero sin mucho compromiso.

La mediación didáctica de las TIC, es pertinente como estrategia integrada en la planeación de guías de aprendizaje y durante las prácticas pedagógicas. Al igual, el uso del pensamiento visual y los medios audiovisuales, permiten en el estudiante adquirir nuevos conocimientos; aportando innovación, atracción, capacidad de análisis, aprendizaje significativo y resolución de problemas.





El planteamiento de propuestas interactivas e innovadoras, de tipo interdisciplinar, que involucren la mediación didáctica de las TIC y el pensamiento visual, son iniciativas pertinentes, en concordancia con los cambios y transformaciones sociales.

Como recomendación se hace pertinente que en la Institución Educativa San José de Majagual – Sucre, se lleve a cabo un trabajo de sensibilización orientado a lograr que se utilicen e integren las herramientas tecnológicas con fines académicos y educativos. Así como disponer de espacios que faciliten a los estudiantes la exploración por sí mismos de situaciones medioambientales, a través de iniciativas interdisciplinarias y transversales, plasmadas en el PEI.

AGRADECIMIENTOS

A la Universidad de la Costa – CUC.

A la Institución Educativa San José del municipio de Majagual – Sucre y a la Institución Educativa Distrital José Antonio Galán, Colombia.

REFERENCIAS

BEHAR, D. **Metodología de investigación**. Bogotá. Colombia: Editorial Shalom, 2008.

CHULIÁ, E. **La conciencia medioambiental de los españoles en los Noventa**. ASP Research Paper 12(a), 1995.

QUIVA, Dayli; VERA, Luis. **La educación ambiental como herramienta para promover el desarrollo sostenible**, 2010. Disponible: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99317168008>.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; MENDOZA, C. **El matrimonio cuantitativo cualitativo: el paradigma mixto**. En J. L. Álvarez Gayou (Presidente), 6º Congreso de Investigación en Sexología. Congreso efectuado por el Instituto Mexicano de Sexología, A. C. y la Universidad Juárez Autónoma de Tabasco, Villahermosa, Tabasco, México, 2008.

HERNÁNDEZ, R.; FERNÁNDEZ C.; Y BATISTA, M. **Metodología de la investigación**. México, México; Editorial Mc Graw Hill. 2014.

OVERDIJK, M.; DIGGELEN, V. D. **“Technology appropriation in face-to-face collaborative learning,”** First European Conference on Technology Enhanced Learning, 1-2 de octubre, Creta, Grecia: CEUR-WS. 2006.





INVESTIGACIÓN, INNOVACIÓN UNA OPORTUNIDAD PARA EL DESARROLLO

Raúl Herrera Faúndez¹

INTRODUCCION

El presente trabajo revisa los aspectos que fundamentan los avances en investigación y desarrollo para los países miembros de OCDE y entrega antecedentes de como organismos multilaterales facilitan el trabajo de investigación multi-disciplinario.

La ciencia, tecnología e innovación, tienen un papel protagónico para sustentar crecimiento económico y productividad, mejorar la competitividad y el desarrollo sostenible, impactando positivamente en el mejoramiento de la calidad de vida de la sociedad. En ello, la investigación liderada en nuestros países ha permitido la implementación de nuevas técnicas y estrategias que sustentan el desarrollo. No es menor que muchas de las investigaciones realizadas se producen en la Universidad. Este ha su vez, es el modelo adoptado en los países del hemisferio norte, creando "spin off" y que ha permitido la consolidación de empresas en los más variados rubros del quehacer económico. Esta estrategia ha servido de modelo para que países del Asia también consoliden su desarrollo, lo cual sumado al gasto público en educación, permite que destaquen países como Corea del Sur, Taiwán, China, además de Japón.

El conocimiento generado por el desarrollo científico en Chile ha permitido innovar en diversos aspectos de nuestro ámbito productivo. La I+D permite a los países adoptar mejores tecnologías, proporciona nuevos y mejores bienes y los frutos de esta actividad se difunden al resto de la economía. La OECD entiende por investigación y desarrollo experimental al trabajo creativo realizado de manera sistemática con el propósito de aumentar el stock de conocimiento, incluyendo el conocimiento del hombre, la cultura y la sociedad, y el uso de este stock de conocimiento para crear nuevas aplicaciones. Se reconoce además tres actividades: (1) investigación base es un trabajo experimental o teórico realizado para adquirir nuevo conocimiento sobre el fundamento de fenómenos o hechos observables, sin tener en vista ninguna aplicación o uso particular, (2) investigación aplicada es también realizada para adquirir nuevo conocimiento, aunque está dirigida fundamentalmente hacia un objetivo específico y (3) desarrollo experimental es un trabajo que se basa en el conocimiento ganado en la investigación y/o la experiencia práctica que es dirigido a producir nuevos materiales, productos o servicios, a instalar nuevos procesos, sistemas o servicios, o a mejorar sustancialmente aquellos existentes o instalados (MARSHALL, 2012).

Se entiende además que el desarrollo está íntimamente ligado a la tasa de gasto I+D/ PIB y se puede constatar que países de la OECD invierten en promedio al año 2020 2,67%, donde países como Israel o Corea del Sur están por sobre el promedio invirtiendo un 5,4% y 4,8%, respectivamente. A su tanto, en Europa, Bélgica y Austria poseen tasas de gastos público (GDP) de

¹ Académico en la Universidad de Talca, Chile; Instituto of Biological Science (IBC); PhD. E-mail: rherrerafaundez@gmail.com.





3,3%, Alemania 3,1%, España 1,4%, teniendo en general estos países europeos un gasto promedio de 2,2%. En contraste países a este lado del mundo, cuyos índices son significativamente menores, como Argentina al año 2019 su tasa fue de 0,457% (no hay dato 2020), México, Colombia y Chile que presentan una tasa promedio de 0,3% (OECD, 2022). No es un secreto que aquellos países que dedican mayor porcentaje del PIB a investigación y desarrollo crecen más rápidamente, lo cual, permite a estos países adoptar mejores tecnologías, proporcionando nuevos y mejores bienes. La cadena de flujo que contempla para un área determinada la investigación, innovación, aumento de la producción en sistemas abiertos y transparentes, difunde hacia otras áreas de la economía, lo cual se constituye en un círculo económico virtuoso.

Chile y nuestros países están a una enorme distancia de los países desarrollados. De los 34 países de la OCDE, somos el sexto con menor inversión anual en ciencia. La meta propuesta es alcanzar una inversión equivalente al 0,8% del PIB, sin embargo, actualmente sólo ocho países de esa organización invierten menos del 1%. Por tanto, un imperativo es mejorar las tasas de inversión (HERRERA; SILVA, 2005). En todo caso, el aumento de este índice no necesariamente es sinónimo de mejoramiento de los estándares de investigación científica en el país, se debe considerar además el número de investigadores que laboran en cada país. Por otro lado, Chile es uno de los tres países que tienen menos de mil investigadores por cada millón de habitantes (Finlandia, por ejemplo, tiene casi diez veces más). El Ranking Global de Innovación 2021, elaborado por un organismo especializado de Naciones Unidas, clasificó a 132 países según su capacidad de innovación e inventiva de nuevos productos. Los top ten son Suiza, Suecia, USA, Reino Unido, Corea del Sur, Holanda, Finlandia, Singapur, Dinamarca y Alemania (Global Innovation Index Database, 2021). Los países latinoamericanos están bajo los cincuenta y rankeados como: Chile (53), al cual le siguen México (55), Costa Rica (56), Brasil (57), Uruguay (65), Colombia (67) Perú (70), Argentina (73), Panamá (83), Paraguay (88), Ecuador (91). Más abajo en el ranking se puede observar a Bolivia (104) y Honduras (108).

Interesante que cuando se analiza el rendimiento en innovación al considerar los niveles de ingresos de nuestras economías. Chile y Uruguay consideradas como economías de altos ingresos, agrupan junto a Nueva Zelanda, Italia, España, Portugal, Polonia, Croacia con un rendimiento promedio de acuerdo con el nivel de desarrollo. En el grupo de ingreso medio, Brasil y Perú destacan sobre las expectativas para el nivel de desarrollo y agrupan junto a China, Sud-Africa o Bulgaria. En tanto, México, Costa Rica, Colombia, Paraguay, Ecuador, Guatemala, tiene un rendimiento promedio para este tipo de economías. En tanto, Argentina y República Dominicana tienen un rendimiento por debajo de las anteriores (GLOBAL INNOVATION INDEX DATABASE, 2021). Interesante de observar el caso de Suiza que ha estado en el primer lugar del ranking desde 2011, que presenta que presenta un gasto del PIB a 2019 de 3,147%, pero que se incrementa consistentemente desde un 2,259% invertido el año 2000 (OECD, 2022). Las políticas públicas que orientan la investigación y desarrollo son críticas para mantener y fortalecer las capacidades de nuestros países. Irlanda, Holanda o Dinamarca eran economías muy observadas la última década, sin embargo, han perdido competitividad e incluso Irlanda o Luxemburgo han salido de las primeras 15 economías en el ranking, quizás influenciadas por las políticas públicas aplicadas en esas economías.





Estas políticas públicas deben considerar adecuadamente el aporte de privados en investigación y desarrollo. En países del hemisferio norte más del 50% del gasto en investigación y desarrollo proviene de fuentes privadas, sin embargo, en nuestros países alcanza niveles muy bajos de inversión y que ha requerido, como el caso de Chile, que los aportes en investigación y desarrollo se descuenten del impuesto que pagan las empresas al Estado. La evidencia muestra una relación positiva en gasto eficiente para la innovación y desarrollo de nuestras economías (GLOBAL INNOVATION INDEX DATABASE, 2021).

En el caso de Chile, el financiamiento de investigación proviene esencialmente de los presupuestos que para estos efectos destina el gobierno a través de distintos programas y las Universidades. Los recursos provienen de fondos competitivos (FONDECYT, FONDAP, FIA, FONIS (Fondo Nacional de Investigación y Desarrollo en Salud), FONIDE (Fondo nacional de Investigación en Educación), Financiamiento basal para Centros de Excelencia a los cuales postulan tanto las Universidades como otras instituciones. Además, es posible acceder a fondos de Corporación de Fomento (Corfo). FONDECYT es la principal fuente de financiamiento para la investigación científica y tecnológica básica. Entendemos por este tipo de ciencia, la que no necesariamente genera un producto de licenciamiento. Hasta el 2011 Chile invertía alrededor del 0.5% del PIB en ciencia y tecnología en circunstancias que Israel invierte poco más del 4.8 % del PIB. Sin embargo, la inversión pública en el sistema nacional de investigación de innovación y desarrollo está en un 15% por encima del PIB. En cuanto al nivel de publicaciones, Chile tiene una tasa de 24,000 publicaciones por año, todas provenientes del sector académico. Holanda con un número similar de habitantes realiza 178.000 publicaciones, 8% provenientes de la industria, 11% del Gobierno y 82% restantes del sector académico. En lo que Chile destaca es en el número de citas por publicación en el concierto Latinoamericano, pero ellas están ligadas muy particularmente al ámbito astronómico. Aun cuando Chile invierte poco en investigación, la tasa de citación por publicación es de 12,03 en circunstancias que en Argentina es de 9,85; Colombia 9,37; Brasil 8,98; México 8,92; Venezuela 7,64 y Cuba 5,0. En relación al número de publicaciones por gasto en investigación y desarrollo, Chile muestra una eficiencia 2,1 veces mayor que Argentina y 4 veces mayor que Brasil. Es interesante observar que para el sistema de financiamiento de FONDECYT hubo un aumento progresivo hasta el año 2013 (\$ 74.903.670), sin embargo, dicha cifra de aporte al Programa disminuyó en los siguientes dos años. Evidentemente se requiere un mayor aporte del estado en investigación, en conjunto con un sustantivo aporte de privados, ello permitirá mantener un crecimiento sostenido como lo observado en los últimos años.

La inversión en formación de capital humano avanzado es una prioridad. El desarrollo en investigación e innovación no se sostiene si los índices de inversión en esta área son bajos. La tasa de graduación en los doctorados para Chile llegó a 24 por cada millón de habitantes en 2012. En tanto México formó a 33 doctores por cada millón de personas y Suiza 452 doctores. En Chile al año 2012 tenía un total de sólo 3.648 investigadores, una cifra muy por debajo del promedio internacional. Con todo, la inserción laboral de profesionales con grado de doctor implicó que un 42% de los graduados se desempeña en el área académica, el 18% en el sector privado y el 14% en el sector público. La baja incorporación de investigadores con grado de doctor en el sector privado puede ser uno de los





factores del bajo avance en innovación que muestra el país. Esto tampoco relaciona con los índices de gasto en educación. Si bien Chile ostenta el primer lugar en gasto para esta área, no muestra los mismos índices en productividad que muestran países como Suiza, Israel o Corea del Sur, que gastan sobre el promedio OCDE en esta área. Más aún, países como Alemania, Austria, Japón, Finlandia tienen un gasto menor al promedio, pero sus economías son más productivas en investigación y desarrollo como lo muestran los datos anteriores (OCDE, 2022).

Con todo, un aspecto que se debe tener presente para mejorar los resultados en investigación y desarrollo es el fortalecimiento de grupos de investigación que colaborativamente lo hacen desde distintos países. La Unión Europea (EU) financia, a través del programa de investigación y desarrollo, proyectos de investigación, no solo multidisciplinarios, sino que debe incluir dentro de los equipos de investigación a miembros de países europeos, pero también a investigadores de otros países no miembros de la UE, que incluye varios latinoamericanos e Israel. Dentro de sus objetivos esta fortalecer la posición en ciencia de la EU, así como la innovación industrial, lo que incluye la inversión en tecnología de frontera y el acceso a capital y apoyo de pequeñas empresas.

Mercosur es una organización multilateral de países sudamericanos, que promueve la integración, pero también cuenta con un programa incipiente para investigación y desarrollo. Este programa pudiese ser más activo en promover el trabajo colaborativo entre investigadores de los países miembros y asociados

La pandemia por el COVID-19 que nos afecta actualmente es una muestra de como el esfuerzo conjunto de investigadores de distintos países puede permitir alcanzar los objetivos que se plantean. Si, se entendía que dos años el periodo normal para la liberación de una vacuna, en el caso de COVID-19 este periodo se acortó a 9 meses. El esfuerzo público-privado facilitó contar con los equipos de investigación para desarrollo, validación en campo y las autorizaciones legales por parte de los países para hacer los ensayos. Si bien nuestros países participaron en los ensayos, permitió establecer líneas de trabajo de más largo aliento, al promover entre otras cosas una instancia de conversación entre los distintos actores que buscaban una solución al grave problema que enfrentamos.

AGRADECIMIENTOS

Se agradece financiamiento ANID-Fondecyt proyecto N° 1201011.

REFERENCIAS

GLOBAL INNOVATION INDEX DATABASE; **Tracking innovation through the Covid-19 crisis**. World Intellectual Property Organization, 2021.

HERRERA, Raúl; SILVA, Herman. Innovación, desarrollo y negocios en biotecnología. En: **Economía del conocimiento y nueva agricultura**. (Barrera A., Venegas V., Tomic T., Rojas H. Editores). LOM ediciones Ltda, 2005.





MARSHALL, Pablo; **Estudio de capacidades regionales en ciencia, tecnología e innovación**. Informe Final Conicyt, 2012.

OECD; **Research and development (R&D)** - Gross domestic spending on R&D - OECD Data.
Disponível: <https://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm>, 2022.





LIBERDADE DE IMPRENSA E A RESERVA DA INTIMIDADE DA VIDA PRIVADA

Francy Hellen da Silva¹
Maria Luiza Marinho de Mello²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o conflito existente entre a liberdade de imprensa e o direito à privacidade. A Constituição Federal de 1988, no art. 5º, inciso X, assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, além da indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Por outro viés, os meios de comunicação são responsáveis por levar a informação sobre os fatos que acontecem momentaneamente para a sociedade, ou seja, são encarregados de converter tais eventos em notícias. Portanto, compreende-se como liberdade de imprensa o exercício de expressão e do direito de informação por meio dos órgãos de comunicação.

Atualmente, vive-se a era da socialização dos espaços privados, isto é, há um culto à observação da intimidade alheia. Tornou-se normal essa exposição pessoal dentro das mídias sociais e o resultado disso foi a criação de uma tensão entre a liberdade de imprensa e o direito à privacidade, visto que, muitas vezes, os meios de comunicação, no exercício de manifestação do pensamento e informação, praticam atos abusivos que causam danos às vítimas. Daí a necessidade de estudo sobre os limites do direito de informar e a indigência de proteger a vida privada, cujo problema da presente pesquisa formula-se em: de que forma é possível que o direito à intimidade prevaleça em detrimento ao direito da liberdade de imprensa?

Ante a problemática, tem-se como objetivo geral a apresentação dos principais posicionamentos a respeito do tema em debate, quais sejam, os limites estabelecidos para o dinamismo da imprensa, posto que cabe a ela concorrer para a formação da consciência de uma sociedade. Os objetivos específicos consistem em: discutir a relação entre liberdade de expressão e direito à intimidade; entender de que forma pode ser resolvida tal contradição entre esses direitos fundamentais; demonstrar se é admissível um direito constitucional limitar o outro, ou ainda, se existe a possibilidade de anulação entre eles com base na colisão de princípios intercalada.

MÉTODOLOGIA

Por meio do uso das técnicas bibliográfica e documental, bem como de jurisprudências, realizou-se a pesquisa. O método utilizado foi o dedutivo, uma vez que se partiu de uma análise geral para a particular, até a conclusão, foram ponderados os conceitos e noções acerca da liberdade de imprensa e do direito à intimidade. Além disso, usou-se a abordagem qualitativa, foram ponderados

¹ Acadêmica do 10º período do Curso de Direito da Unoesc Chapecó; francy.9@hotmail.com

² Docente/Professora Maria Luiza Mello; Mestre em Direito. E-mail: marialuiza.mello@unoesc.edu.br





os conceitos e noções acerca da liberdade de imprensa e do direito à intimidade. Trata-se de um tema inserido na seção de direitos fundamentais, abrangendo conceitos jurídicos e sociais. Uma análise mais específica foi realizada com o direito da reserva da intimidade da vida privada e a liberdade de imprensa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Lei da Imprensa, 5.250 (BRASIL, 1967), traz como conceito de imprensa os jornais e periódicos, além da radiodifusão e agências de notícias, ou seja, trata-se de todos os meios de difusão de informação ao público cujo alcance é imediato. Com a promulgação da nova Carta Magna, a referida lei que regulamentava a manifestação do pensamento e informação, direitos fundamentais da Constituição Federal, passou a ser considerada incompatível. O Poder Judiciário ainda a usava como objeto de aplicação até meados do ano de 2010, porém, com o julgamento da ADPF 130, sobreveio a decretação pelo STF da não recepção em sua totalidade, dado a inconstitucionalidade que fora imposta por um Estado autoritário violador de direitos básicos, sendo assim vista como alheia aos anseios e necessidades de um Estado Democrático de Direito (HAIDAR, 2009).

Desde a revogação da Lei 5.520/67, o ordenamento jurídico brasileiro não conta com nenhuma legislação infraconstitucional para regulamentar e coibir o abuso no exercício da liberdade de expressão, em especial à liberdade de imprensa. Nesse contexto, uma nova lei de imprensa é imprescindível para determinar restrições ao exercício das liberdades, “[...] no anseio de que os abusos decorrentes de uma interpretação equivocada como sobredireitos não afastem o exercício das liberdades comunicativas de seus propósitos emancipadores.” (TÔRRES, 2013).

O termo liberdade de imprensa – um dos desdobramentos da liberdade de expressão – significa que os meios de comunicação são livres para manifestar sua opinião, criticar, informar, investigar, denunciar desde que com responsabilidade para com a sociedade e com compromisso com a veracidade, objetividade, precisão e equilíbrio na divulgação das informações (IMPrensa LIVRE, 2002). Portanto, a liberdade de imprensa é exercida e reconhecida pelas ferramentas de difusão da manifestação (notícias), observando-se a sua conexão com as ideias de expressão e informação, pois o meio apenas determina o espaço expressivo e ao mesmo tempo a atividade requer a transmissão de informações (MIRAGEM, 2009; BARROSO, 2005).

O direito à liberdade de imprensa se torna limitado devido às prerrogativas de cunho pessoal, como personalidade, intimidade e privacidade, das quais os princípios a elas inerentes determinam que o indivíduo possui o direito de fazer ou não fazer, senão em virtude da lei. Daí a colisão de interesses entre a informação e a privacidade. Ou seja, a partir do momento que se desrespeita a liberdade dos demais, o direito de informar passa a se tornar não absoluto, delimitando assim o pleno exercício em detrimento da dignidade da pessoa humana (MELLO, 2009).

Diante do exposto, a existência de limitações ao direito à liberdade de expressão explica-se tanto pela necessidade de harmonia entre os direitos fundamentais como pelo reconhecimento de que esse direito é concebido para assegurar a dignidade da pessoa humana, sendo inadmissível sua





interpretação como uma garantia acima das demais, apta a atentar contra o desenvolvimento da personalidade individual (TAVARES, 2013; FERNANDES, 2011; MAGALHÃES, 2008).

Vale mencionar que a liberdade de informação jornalística compreende o direito de informar e, bem como o do cidadão de ser devidamente informado. Qualquer legislação infraconstitucional que constitua embaraço a atividade jornalística, por expressa disposição da Carta Magna, deve ser declarada inconstitucional, conforme o art. 220, §1º. Este dispositivo assegura a liberdade de informação jornalística, desde que observe o disposto no próprio texto constitucional nos incisos IV, V, X, XIII e XIV do artigo 5. Tal liberdade deve ser exercida de forma compatível com a tutela constitucional da intimidade e da honra das pessoas, evitando situações de abuso ao direito de informação previsto na Constituição (PINHO, 2007).

Dessa forma, por se tratar de um direito limitado, a liberdade de imprensa implica responsabilidade. Quando ocorre a violação de um direito, seja ele intrínseco à imprensa ou à dignidade da pessoa humana, verifica-se a anulação dos princípios legais e éticos que invocam um caráter punitivo para aqueles que abusam da liberdade de manifestação de pensamento ou a utilizam com irresponsabilidade. Logo, os limites estabelecidos para informar estão estendidos até o momento em que não atinjam outros direitos constitucionais (REALE JÚNIOR, 2010).

Qualquer fato noticiado pela imprensa é considerado realidade pelo público, e por isso as limitações impostas pela Carta Magna devem ser plenamente respeitadas, principalmente quando versam sobre a honra do ser humano (SANTOS, 2008). Na tentativa de coibir os possíveis excessos que possam ser praticados pelos jornalistas, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), ao passo que garante liberdade de opinião, também estabelece restrições que são necessárias para garantir a paz social.

A colisão entre direitos se dá quando o exercício de um direito fundamental por parte do seu titular colide com o exercício do direito de mesma espécie por parte de outro titular (CANOTILHO, 2003). Verifica-se um verdadeiro choque de direitos. De igual modo, a colisão entre o exercício da liberdade de imprensa e os direitos à reserva da vida privada é bastante frequente. Como já visto, são direitos de caráter absoluto que acabam se limitando reciprocamente. Portanto, tais direitos fundamentais tornam-se relativos e dependerão de um equilíbrio e ponderação para solução de litígios.

Para evitar o conflito entre tais direitos, faz-se necessário considerar que as normas dos direitos fundamentais são entendidas como exigências ou imperativas de otimização, realizadas, se possível, com base no contexto jurídico da situação fática. É indispensável, à vista disso, a figura do juízo de ponderação e/ou harmonização para solucionar a tensão entre o direito à privacidade e a liberdade de imprensa estabelecendo uma relação de precedência condicionada, verificando as circunstâncias de cada caso concreto e sopesando os interesses conflitantes (SILVA, 2000).

Utilizando a técnica de ponderação de princípios, o magistrado consegue analisar qual dos bens jurídicos fundamentais envolvidos teria mais peso, indicando assim qual deles teria maior incidência para a aplicação. Dito de outro modo, não há uma fórmula específica a ser usada, em alguns casos vencerá o direito à informação e, em outros, a proteção da personalidade (BARCELLOS, 2005).

A veracidade dos fatos é um dos principais parâmetros constitucionais observados para a ponderação. Na hipótese de colisão entre direitos de expressão e direitos à vida privada, imagem,





honra e intimidade, a divulgação de informação falsa em detrimento de direito da personalidade de outrem não constitui direito fundamental. Torna-se necessário então observar quais foram os meios empregados para obtenção da informação publicada, devendo sempre levar em conta vias lícitas, legais e admissíveis em direito, pois da mesma maneira que a Constituição Federal veda provas obtidas por meios ilícitos, também proíbe a divulgação de fatos os quais se teve acesso mediante cometimento de uma infração (BARROSO, 2005). Logo, a natureza dos fatos é de grande importância para analisar se são passíveis de divulgação. Informações como enchentes, desmoronamentos, acidentes e crimes em geral são notícias independentemente dos personagens envolvidos por haver evidente interesse jornalístico.

Dizer que a imprensa é plenamente livre é uma violência ao próprio Estado de Direito, além de haver limitação clara no texto constitucional, existe uma desproporção gigantesca de forças entre o cidadão e os grandes meios de comunicação em massa, do que se depreende a urgente tutela do indivíduo (COSTA JUNIOR apud CICCIO, 1980). A grande questão é como compor os conflitos entre o direito à informação e à privacidade, tendo em vista que ambos possuem proteção constitucional? (FARIAS, 2000).

CONCLUSÕES

No presente trabalho, procurou-se entender como é a aplicação da técnica de ponderação e de sua importância frente à colisão de normas, visto que por se tratar de uma estratégia utilizada pelo Poder Judiciário, não há uma forma específica empregada, é buscado a decisão mais justa ao caso concreto através de sua individualização e particularidades.

Trata-se de um tema polêmico, dado que sempre haverá um alto grau de subjetividade na valoração de princípios que se colidem em situações fáticas. Apesar de ser uma garantia fundamental estabelecida na Constituição Federal Brasileira, o princípio da liberdade de expressão não pode ser reconhecido como direito absoluto, deve-se haver uma limitação frente a outros princípios, como a vida privada.

Depreende-se que o direito, posto de forma aberta em normas como os princípios e os direitos fundamentais, vem se adequando às mudanças sociais, primando sempre pela prestação jurisdicional efetiva visto que não há uma regra predeterminada para solucionar o conflito entre direitos fundamentais. Em um Estado Democrático de Direito, a formação da opinião pública deve ser caracterizada pela pluralidade de canais comunicativos que viabilize a expressão dos diferentes setores da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos. À minha família, principalmente meus pais, pelo amor e apoio incondicional.





Aos professores e orientadora Malu Mello, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. **Lei n. 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 130 / DF**. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, 6 nov. 2009.

BARROSO, Luís Roberto. **Colisão entre liberdade de expressão e direitos de personalidade**. Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais, 5:297-339. 2005.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 2003.

CICCO, Cláudio de. **Fundamentos jusnaturalistas do direito da personalidade. O Estado de direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

COSTA JÚNIOR, Paulo José. **O direito de estar só. Tutela penal da intimidade**. 2. ed. São Paulo: RT, 1995.

FARIAS, Edilson Pereira de. **Colisão de direitos: a honra, a intimidade, a vida privada e a imagem versus a liberdade de expressão e informação**. 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2000.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Haidar, Rodrigo. **STF decide que Lei de imprensa é inconstitucional**. Consultor Jurídico, São Paulo, 2009.

IMPrensa LIVRE. **Dano Moral, Dano à Imagem, e sua quantificação à luz do novo Código Civil**, editora Método, 2002.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito constitucional: curso de direitos fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Método, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.





MIRAGEM, Bruno. **Liberdade de imprensa e proteção da personalidade no direito brasileiro: perspectiva atual e visão de futuro.** Revista Trimestral de Direito Civil, 40: 17-69. 2009

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da constituição e direitos fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2007.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Limites à liberdade de expressão.** Revista Espaço Jurídico, Florianópolis. 2010.

SANTOS, Gláucia Conceição Borges. **A Liberdade de imprensa e os limites constitucionais.** Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=301CID001>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade da norma constitucional.** 4ª.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.





MARKETING DIGITAL E SUA INFLUÊNCIA NA EMPRESA CONTÁBIL

Cristiane Maraiza André¹
Gilberto Pinzetta²

RESUMO

Marketing Digital atingiu diversas plataformas online, entre elas as redes sociais, sites e campanhas para aumentar a visibilidade das empresas. No ramo Contábil não tem sido diferente, as empresas apostam no marketing criando novas plataformas para seus clientes, como plataformas de cursos online, que auxiliam o cliente a ter um aprendizado maior sobre legislação, tributação e a prática contábil do dia a dia. Nesse contexto, realizou-se uma pesquisa para analisar a influência do marketing digital nas empresas contábeis de Chapecó-SC. Levando em consideração que atualmente poucos escritórios de Chapecó possuem uma equipe especializada em marketing, buscou-se pesquisar e investigar como esses escritórios debatem suas estratégias, quais são seus objetivos quando se trata de alcançar clientes com estratégias de marketing e também os métodos nos quais utilizam para realizar a conquista de novos clientes, tendo em vista que o ramo contábil atualmente é muito competitivo. Sendo assim, foram realizadas pesquisas, com aplicação de questionários para coleta de dados, juntamente com os sócios-proprietários e contadores dos escritórios. Os resultados da pesquisa evidenciam que as principais estratégias de marketing digital adotadas pelos escritórios no qual se aplicou a pesquisa, evidenciando a facilidade das redes sociais tem trazido diversos resultados positivos às empresas, mas não basta somente divulgar a empresa e seus serviços, e sim possuir uma boa estratégia de Marketing que mostre aos futuros clientes o porquê confiar no seu trabalho e na sua marca.

Palavras-chave: Estratégias. Marketing digital. Escritório de contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O mundo está cada vez mais tecnológico e o avanço das redes sociais proporcionou o desenvolvimento do Marketing Digital. A facilidade das redes sociais tem trazido diversos resultados positivos às empresas. Não basta somente divulgar a empresa e seus serviços, mas sim possuir uma boa estratégia de Marketing que mostre aos futuros clientes o porquê de confiar no seu trabalho e na sua marca. Segundo Costa (2013), uma estratégia de marketing é composta por um conjunto de peças, cada uma com um objetivo diferente, mas com um elemento em comum: a marca da empresa. Sendo assim este projeto traz a influência do Marketing no ramo Contábil, tanto para atrair novos clientes quanto para auxiliar na comunicação da empresa com seus clientes atuais.

O Marketing Digital atingiu diversas plataformas online, entre redes sociais, aplicativos e sites, com campanhas para aumentar a visibilidade das empresas. No ramo Contábil não tem sido diferente, as empresas apostam no marketing criando novas plataformas para seus clientes, dentre elas plataformas de cursos online, que auxiliam o cliente a ter um aprendizado maior sobre legislação, tributação e a prática

¹ Aluna no Curso de Ciências Contábeis da Unoesc, E-mail: criis.maraiza@gmail.com - Fone: (49) 98838-3993 - Chapecó - Santa Catarina - Brasil.

² Professor nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Unoesc, E-mail: gilberto.pinzetta@unoesc.edu.br - Fone: (49) 98805-2585 - Chapecó - Santa Catarina - Brasil.





contábil do dia a dia. Vale ressaltar que muitas empresas ainda utilizam o marketing “boca a boca”, que basicamente é a indicação de clientes que obtiveram uma boa experiência com o serviço contratado.

O marketing pode ser observado como uma ferramenta de vantagem competitiva e de divulgação aos contadores, ou seja, um instrumento que os auxilie nas suas organizações e tragam destaque aos mesmos dentro de um mercado tão competitivo, se tornando uma alternativa viável na busca pelo desenvolvimento e sobrevivência da empresa. O marketing tem o mesmo objetivo tanto para bens como para serviços prestados, porém deve ser administrado de formas diferentes, uma vez que cada aplicação tem sua abordagem diferenciada.

Destaca-se a importância da empresa ter um setor voltado totalmente ao marketing para alavancar seu negócio. No entender de Kotler e Armstrong (1998, p. 03), “muita gente pensa em marketing apenas como vendas e propaganda. [...] Hoje em dia, o marketing deve ser compreendido não só no antigo sentido de vender – ‘dizer e vender’- mas também de satisfazer as necessidades do cliente”. Marketing é uma mentalidade que acaba tendo seu foco total no cliente e acaba se tornando uma maneira de ver e abordar as oportunidades e ameaças que surjam no mercado, tendo em vista atender e satisfazer cada vez mais a necessidade dos clientes atuais.

Nesse contexto, o estudo está inserido de forma transversal e contribui de alguma forma para o desenvolvimento das áreas prioritárias indicadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e busca responder a seguinte problemática de pesquisa: **Qual a influência do marketing digital nas empresas contábeis de Chapecó-SC?**

Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral demonstrar quais são as principais estratégias de marketing digital utilizados pelos principais escritórios de contabilidade do município de Chapecó-SC. Visto que o marketing atualmente é a principal base para uma boa estratégia de prospecção de novos clientes e contribui para o sucesso do escritório, podendo mostrar de forma clara a qualidade dos serviços ali prestados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica tem por finalidade abordar os principais autores que tratam os temas referente ao marketing, estratégia de marketing e marketing contábil. Boaventura (2004, p. 63), “são os suportes teóricos que sustentam o problema”. Gil (2002, p. 162), comenta que “essa fundamentação não pode ser constituída apenas por referências ou sínteses dos estudos feitos, mas por discussão crítica do estado atual da questão”. Assim, a revisão teórica deve esclarecer os pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa e as contribuições proporcionadas por investigações anteriores

2.1 ESTRATÉGIAS DE MARKETING

Divulgar um produto ou serviço já não é mais a única tarefa que as empresas precisam desenvolver para convencer uma pessoa a tornar-se seu cliente. Para Kotler (2010), marketing





envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais, tendo como principal objetivo suprir as necessidades humanas gerando lucro.

O marketing indica muito mais do que propaganda ou vendas pessoais. Marketing é a atividade, grupo de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que tenham valor para os consumidores, clientes, sócios e para a sociedade em geral (FUTREL, 2014 p.36). Futrel também afirma que a prática de marketing é uma ação que está presente no dia a dia das pessoas, como por exemplo, tentar convencer alguém a usar cinto de segurança, votar no seu candidato ou até mesmo abaixar o volume do som enquanto outra pessoa estuda, tudo isso são atividades de marketing. Quando as pessoas decidem satisfazer suas necessidades e vontades por meio da troca, o marketing está envolvido (FUTREL, 2014).

Para Kotler e Keller (2006, p. 03) "o marketing é um processo administrativo e social pelo qual indivíduos e grupos obtêm ou que necessitam ou desejam, por meio de criação, oferta e troca de produtos e valor com os outros".

Kotler (2000), define que o mercado possui demandas infinitas, mas recursos escassos. Neste caso, é necessário que o mercado possua um produto ou ofereça um serviço para melhorar seu desempenho e qualidade, gerando uma alta concorrência entre o mercado empresarial.

Diante destes conceitos, o marketing pode ser reconhecido como uma ferramenta que tem como objetivo satisfazer as necessidades humanas valendo-se da criação, oferta e troca de produtos e serviços entre pessoas (KOTLER, 2010).

A figura a seguir mostra como os conceitos de marketing estão vinculados. É importante notar que cada conceito é construído com base no que o antecede.

Figura 01 – Principais Conceitos de Marketing.



Fonte: Adaptado, Kotler e Armstrong, 2003, p. 4

Para Cobra (2001), é mais do que uma forma de ver o mercado e adaptar produtos ou serviços capazes de suprir as necessidades humanas, mas também um compromisso com a busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas, e para que o marketing esteja realmente adotado pela





empresa, é importante que ele se torne uma filosofia gerencial, ou seja, deve servir de paradigma em todas as atividades organizacionais (COBRA, 2001).

Os profissionais de marketing se envolvem na gestão da troca de diferentes tipos de bens, serviços, experiências, pessoas, informações, organizações e ideias. O profissional de marketing é alguém que busca uma resposta de outra parte denominada cliente potencial (prospect) (KOTLER, 2000).

O marketing é “essencial para o sucesso de toda organização”, e “sua função mais do que qualquer outra nos negócios é lidar com clientes”. Entender, criar, comunicar, proporcionar valor e satisfação, constitui a essência do marketing moderno. Muitas pessoas pensam em marketing como vendas e propagandas, porém, vendas e propagandas constituem apenas a ponta do iceberg, são apenas duas das muitas funções e não necessariamente as mais importantes. (ARMSTRONG e KOTLER, 2003, p. 3).

Neste contexto, as empresas buscam atender as necessidades humanas por meio de uma proposta de valor, que será materializada por meio da oferta que pode ser uma combinação de produtos, serviços, informações e experiências. Já a satisfação, de acordo com Kotler (2014), reflete os julgamentos comparativos de uma pessoa sobre o desempenho

percebido de um produto em relação às suas expectativas: se o desempenho percebido for abaixo não atinge as expectativas, o cliente fica decepcionado. Se o desempenho alcançar as expectativas, o cliente fica satisfeito. E se o desempenho supera as expectativas, o cliente fica encantado (KOTLER, 2014).

É desenvolver e entregar valor, obter os resultados estratégicos esperados e alinhar as pessoas aos valores criados, liderando e motivando os colaboradores e parceiros para a mudança, e incentivando o alto desempenho com base em relacionamentos sustentáveis. Segundo Brandstad e Lucier (apud Lima, 2007), o pilar para estes objetivos da gestão de marketing é o bom relacionamento com todos os públicos de interesse, não só clientes, mas também fornecedores, parceiros, acionistas e concorrentes.

De acordo com Lima (2012), o marketing é uma atividade fundamentalmente estratégica, palavra esta que é originária da palavra grega *stratégós*, de *stratos*, exército, e *ago*, liderança ou comando. Esta palavra hoje é umas das mais utilizadas no mundo corporativo. Dentre todas as definições acerca deste conceito, pode-se dizer que a estratégia é a criação de uma vantagem exclusiva e valiosa (LIMA, 2012).

Referente a estratégia de marketing, Lima (2012, p. 44) considera que “A estratégia de marketing fundamenta-se no estudo detalhado de variáveis que norteiam o ambiente de uma empresa - as variáveis controláveis e as incontroláveis - e na aplicação de ações que possibilitam a empresa alcançar seus objetivos de mercado.”

No entanto, tratando-se de empresa do ramo contábil, o profissional contador deve ter como base no exercício de sua profissão as resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e Conselho Regional de Contabilidade (CFC, 1996). No que se refere a propaganda de seus serviços, há





algumas vedações, e sabendo que a propaganda é uma das atividades do marketing dentro de uma organização, deve-se haver atenção ao que está estipulado no Art. 3º:

Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade:
I. Anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes;
II. Assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe; (CFC, 1996).

Na Resolução CFC 803/1996, não há nenhuma indicação que vede a propaganda ou até mesmo desenvolver atividades de marketing numa empresa contábil. O que visa é que haja somente alguns cuidados para proceder corretamente, sem denegrir a classe de colegas contadores.

Da mesma forma que a fase digital revolucionou a prestação de serviços contábeis o marketing digital vai revolucionar a forma como conquista-se clientes, relaciona-se com o mercado e divulga-se os serviços de contabilidade. A abordagem, proposta de serviços, comunicação e muitos outros fatores tem uma nova roupagem hoje no mercado e adaptar a sua empresa contábil a esse novo cenário é fundamental para que você possa conquistar novos clientes. É exatamente nesse respeito que o marketing contábil digital tem maior influência, na conquista de novos clientes (HERNANDES, 2014, p.65).

De acordo com Limeira (2007), o marketing interativo evoluiu para o marketing eletrônico, também denominado marketing digital. A expectativa é de que o marketing digital venha a se tornar uma estratégia competitiva, primordial e amplamente adotada pelas empresas.

2.2 MARKETING DIGITAL

O Marketing Digital vem ocupando cada vez mais espaço no cenário quando se trata de divulgação de empresas e serviços. A definição de Marketing Digital se dá como “promoção de produtos ou marcas por meio de mídias digitais”. Para Kotler (2016), considerado o pai do Marketing, o Marketing Digital ou Marketing 4.0 é a atualização do Marketing que compreende a realidade do consumidor conectado, que é aquele que leva em consideração, na sua decisão de compra, informações disponíveis na internet sobre empresas e produtos.

Segundo Kotler (2016), há um mundo totalmente novo. A estrutura de poder está passando por mudanças drásticas. A internet, que trouxe conectividade e transparência, tem sido em grande parte responsável por essas transformações. A transparência trazida pela internet também permite que empresários de países emergentes se inspirem em seus colegas dos países desenvolvidos. Eles estão criando empresas com os mesmos serviços, porém marcadas por mudanças locais na execução.

Os consumidores comunicam-se entre si e conversam sobre marcas e empresas. Do ponto de vista da comunicação de marketing, os consumidores não são mais alvos passivos; estão se tornando mídias ativas de comunicação. A Sephora, marca de produtos de beleza, vem explorando





comunidades como uma nova forma de ativos de mídia. A empresa desenvolveu uma comunidade de mídia social na qual todo o conteúdo gerado por esta é incorporado à plataforma Beauty Talk. Ela se tornou uma mídia confiável para clientes que estão tentando consultar outros membros da comunidade. (KOTLER 2016).

Para Kotler (2016), os profissionais de marketing precisam embarcar na mudança para um cenário de negócios mais horizontal, inclusivo e social. O mercado está se tornando mais inclusivo. A mídia social elimina barreiras geográficas e demográficas, permitindo às pessoas se conectarem e se comunicarem, e, às empresas, inovarem por meio da colaboração. Os consumidores estão adotando uma orientação mais horizontal. Desconfiam cada vez mais da comunicação de marketing das marcas e preferem confiar no círculo social (amigos, família, fãs e seguidores). Por fim, o processo de compra dos consumidores está se tornando mais social do que nunca. Eles prestam mais atenção ao seu círculo social ao tomar decisões. E buscam conselhos e avaliações tanto on-line como off-line.

Segundo Limeira (2007), o marketing digital pode ser entendido como o conjunto de ações de marketing intermediadas por canais eletrônicos, onde o cliente controla a quantidade e o tipo de informação recebida. Já de acordo com Cobra e Brezzo (2010), o marketing digital inclui o chamado Internet marketing ou e-marketing, mas também pode incluir outros canais e incorporar diferentes formas do comércio eletrônico.

Nas palavras de Kotler (2009), p.635), o marketing se tornou comum em empresas, pois assim elas encontram, atingem e comunicam seus clientes de forma rápida, e isso ocorre por quatro vantagens que o ambiente digital proporciona:

[...] O marketing online apresenta pelo menos quatro grandes vantagens. Primeiro, tanto as grandes como pequenas empresas podem enfrentar seus custos. Segundo, não há limite real de espaço para a propaganda, sem contraste com as mídias impressas, o rádio e a televisão. Terceiro, o acesso e a recuperação das informações são rápidos, comparados com o correio noturno e até mesmo o fax. Quatro, a compra pode ser feita com privacidade e rapidez [...]

Segundo Oliveira e Lucena (2012), as empresas esperam cada vez mais que seus clientes busquem em âmbito virtual satisfazerem seus desejos e necessidades, além de conquistar novos clientes eletronicamente.

Os principais elementos, segundo Hernandes (2014), que fazem parte do marketing digital, são: site contábil, artigos e notícias, Facebook e e-mail marketing. Site contábil vem a ser a base fundamental da estratégia de marketing, é importante não errar nele, pois se isso acontecer, pode ser toda a sua estratégia dando errado (HERNANDES, 2014).

Outra ferramenta de marketing é inbound marketing que, segundo Gomes (2016), o principal objetivo é atrair e fidelizar clientes. Em português livre, inbound marketing quer dizer marketing de atração, ou seja, a ideia principal não é ir atrás do cliente, e sim despertar o interesse nele para que ele venha até a empresa e se interesse pelo que ela oferece. Conforme Gomes (2016), o outbound marketing, ou o marketing tradicional, por sua vez tem como





principal objetivo trazer clientes oferecendo serviços ou produtos. A ideia é ir atrás do cliente ativamente e não necessariamente gerar o interesse genuíno desse possível cliente na sua empresa (GOMES, 2016).

Uma técnica de Marketing muito eficiente, segundo PEÇANHA (2015) é o **Inbound Marketing**. Trata-se de um conjunto de estratégias de marketing que visam atrair e converter clientes usando conteúdo relevante. Diferente do marketing tradicional, no Inbound Marketing a empresa não vai atrás de clientes, mas explora canais como mecanismos que faz o Inbound Marketing tão eficiente e útil para empresas de todos os tipos é o seu processo de operação. Ele é bem simples de entender, e se divide em 4 etapas:

1. **Atrair:** a regra número 1 das conversões online é conseguir tráfego qualificado para os seus canais digitais. Por isso, a primeira etapa da metodologia Inbound é fazer com que estranhos se tornem visitantes regulares, por meio de conteúdo relevante;
2. **Converter:** o objetivo de conseguir um grande número de visitantes é converter o máximo deles em leads, ou seja, transformá-los em oportunidades reais de venda;
3. **Vender:** depois de nutrir os leads gerados usando mais conteúdo relevante, é preciso avaliar quem está no estágio certo e fechar a venda;
4. **Encantar:** a relação com o cliente não termina depois da compra. Pelo contrário, agora começa uma nova jornada, que visa encantá-lo a fim de que se torne um promotor da marca e atraia mais clientes para o seu negócio.

A seguir pode-se observar por meio do quadro 01, como este método pode auxiliar os escritórios contábeis:

Quadro 01: Inbound Marketing

Topo do Funil:	Nesta etapa o cliente sabe apenas de qual é seu problema e para o que precisa do determinado serviço. Ainda não sabe qual escritório contábil contratar, o que o faz pesquisar nas redes sobre os escritórios próximos a ele.
Meio do Funil:	Nesta etapa, é válido mostrar ao cliente sua cartela de serviços prestados, o que está ao alcance do seu escritório fazer para resolver o problema no qual o cliente se encontra.
Fundo do Funil:	Na etapa final, irá convencer o cliente a fechar com seus serviços contábeis, colocando a seu favor o seu diferencial dentro do ramo, quais os serviços prestados que poderiam solucionar o problema do seu cliente em um prazo menor que os concorrentes.

Fonte: Adaptado de PEÇANHA, 2015.

No quadro acima podemos observar como o método de funil auxilia os escritórios na captação de novos clientes, no topo do funil temos a etapa na qual identificamos qual é o problema do cliente e para o que ele necessita do determinado serviço. No meio do funil podemos observar que, após encontrado o escritório no qual irá prestar os serviços necessários ao cliente, o próprio escritório mostra para o cliente quais são seus serviços prestados e seu

diferencial na hora de resolver o problema no qual o cliente se encontra. Já no fundo do funil, o escritório precisa convencer o cliente que seu serviço será a melhor opção de contratação para ele no momento, levantando seus diferenciais para solucionar o problema do cliente.





3 METODOLOGIA

Uma pesquisa passa a ser realizada quando não temos domínio e conhecimento suficiente do assunto. Para compreender o desenvolvimento das empresas participantes neste estudo, foi adotado o estudo qualitativo e quantitativo com a técnica de levantamento de campo. Esse estudo nos permite pesquisar, coletar, analisar e interpretar as estratégias usadas pelas empresas na vida real para que o avanço do seu marketing obtenha bons resultados. Segundo Gil (1996, p.19) pode-se definir pesquisa “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A pesquisa “é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema”, ela é “desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”.

Os dados para este estudo foram obtidos através da abordagem pelo método qualitativo, por meio da análise do marketing das empresas participantes, os métodos no qual as empresas já utilizam atualmente, envio de questionamentos de pesquisa aos responsáveis pelo marketing da empresa. Nestes questionamentos foram coletados dados como quais programas as empresas utilizam para fazer seu marketing, se a empresa possui um setor específico que cuide desta parte e também qual a porcentagem de evolução da empresa em relação ao marketing, qual seu investimento com esta ferramenta que o auxilia ao ganho de clientes e maior visibilidade.

Segundo Raupp e Beuren (2006, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. Os autores justificam o uso de pesquisa qualitativa na área contábil, por se tratar de uma ciência social. Para analisar os dados e entender se a empresa possui um projeto específico para o marketing digital, foram utilizados dados que estão ligados diretamente a ferramentas estratégicas, aspectos do comportamento das empresas e a eficácia das atividades já utilizadas por elas. Conforme Freitas (2014), esses dados necessitam de interpretação mais ampla, que não se restrinja a fatores numéricos, mas que busque a compreensão das informações obtidas e dos fatores que as influenciam.

Com base nessa análise geral da empresa, foi possível definir novas estratégias para que as empresas possam ter um marketing forte voltado a sua busca por resultados em cada área, seja ela novos clientes, maior visibilidade ou voltado a sua manutenção no mercado competitivo da contabilidade. Fez-se necessário obter as informações com intuito de saber quais estratégias de marketing vem sendo utilizadas pelos escritórios para captar novos clientes e manter os já existentes. Sendo assim, notou-se que seria necessário obter um contato direto com os escritórios, para compreender melhor a utilização do marketing digital contábil. Segundo Silva (2010, p 57), “consiste em coleta direta de informação no local em que acontecem os fenômenos; é aquela que se realiza fora do laboratório, no próprio terreno das ocorrências.

Após a aplicação e recebimento da devolutiva de todos os questionários, foi utilizado o programa (software) Microsoft Excel para a organização dos dados obtidos, que visou organizar, classificar e extrair informações relevantes para o presente estudo, apresentadas de forma descritiva.





Para identificar os Escritórios Contábeis da cidade de Chapecó/SC foi realizado contatos com o Conselho Regional de Contabilidade CRC/SC, com o Sindicato dos Contabilistas de Chapecó e com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município de Chapecó/SC. Diante das negativas das informações solicitadas, com a justificativa da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, foram realizadas buscas na internet e redes sociais e obtidos contatos/e-mails de 10 (dez) Escritórios Contábeis na cidade de Chapecó, para os quais foram enviados os questionários, destes somente 03 (três) responderam. Essa quantidade de respostas limita significativamente os resultados da pesquisa, pois representa somente esses 03 (três) Escritórios Contábeis, não sendo possível generalizar os resultados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa foi realizada em uma única etapa e ocorreu com a aplicação do questionário para os sócios proprietários de 10 escritórios de contabilidade do município de Chapecó, escolhidos de acordo com sua representatividade no município, a fim de identificar aspectos relacionados à atual realidade no marketing contábil desses escritórios.

A intenção inicial dos pesquisadores era aplicar o questionário aos 5 maiores escritórios de contabilidade de Chapecó – SC, no entanto visto que alguns escritórios optaram por não contribuir com a pesquisa, optou-se por 03 (três) escritórios para fazer o levantamento do questionário referente ao marketing digital contábil aplicado às estratégias dos mesmos.

4.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com base nos questionários aplicados pode-se observar informações em relação ao tempo de existência e atuação no mercado e quantidade de clientes no qual os escritórios pesquisados prestam serviços de contabilidade. Esta pergunta foi realizada com a finalidade de identificar a representatividade do escritório junto ao município de Chapecó – SC.

Em relação a esse questionamento observa-se que os escritórios de contabilidade citados na pesquisa já possuem tempo relevante de atuação, concentrando-se em 10 (dez) anos ou mais e com mais de 90 (noventa) clientes cada um, provando assim a sua ancoragem e confiabilidade no município de Chapecó – SC. Outra informação significativa refere-se aos serviços oferecidos por ambos os escritórios, que conforme citado na pesquisa é a escrituração contábil, assessoria contábil e financeira, consultoria empresarial e escrituração fiscal.

Conforme retorno diante da pesquisa aplicada nos escritórios de contabilidade, nota-se que possuem estratégias de marketing na qual adotam para se manter ativos no mercado e manter sua carteira de clientes. Entende-se que o marketing digital aplicado à área da contabilidade tem extrema importância na tomada de decisões, sendo elas na criação, comunicação e no marketing de seus produtos e serviços oferecidos. Como o ramo da contabilidade é competitivo, o questionário aplicado visou auxiliar na compreensão das estratégias que os escritórios podem utilizar na cidade de Chapecó-SC.





Para ter conhecimento de quais métodos os escritórios utilizam atualmente, foi aplicado uma questão referente a instrumentos de divulgação utilizado pelos mesmos, buscando entender como os clientes conhecem os serviços prestados, sendo assim, um dos escritórios respondeu que sim, atualmente usa estratégias de marketing para captar novos clientes, porém outro afirma utilizar mais a estratégia da divulgação boca a boca.

Buscou-se identificar quais critérios são utilizados pelos entrevistados para determinar o preço cobrado pelos serviços prestados. Além de questionar quais são os critérios, solicitou-se também que os respondentes indicassem a ordem na qual são utilizados. Dentro desta questão pode-se notar no quadro 1 a ordem na qual foram respondidas pelos entrevistados.

Quadro 01 - Critérios utilizados para determinar os preços

1º	Responsabilidade diante das consequências, resultantes da execução do serviço.
2º	Complexidade do serviço.
3º	Volume de atividades que serão desenvolvidas.
4º	Relevância do serviço.
5º	Outros
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.	

No quadro 1 nota-se que os escritórios levam em consideração primeiramente a responsabilidade na qual terão diante do serviço oferecido ao cliente. Em seguida observa-se a complexidade do serviço oferecido, seguido do volume de atividades a serem desenvolvidas e a relevância do serviço prestado.

Percebe-se que os entrevistados levam esses fatores em consideração na hora de determinar o preço do seu serviço pois envolve vários aspectos neste serviço oferecido, tais como: funcionários, o tempo no qual é realizado as atividades e o custo que esse processo irá gerar ao escritório. Seguindo esta linha, nota-se que os escritórios utilizam do marketing como critério dos seus preços, conforme dito por Kotler e Armstrong (2003, p. 267) "os custos podem ser um importante elemento (na) estratégia de determinação de preços".

Sendo assim, visando conhecer melhor os escritórios entrevistados, perguntou-se por qual meio ocorre a sua ampliação de carteira de clientes atualmente. Com relação à captação, inicialmente questionou-se aos entrevistados com que frequência surgem novos clientes para o escritório, um deles declarou que a carteira de clientes muda todo mês e outro escritório disse que muda toda semana. Em seguida, perguntou-se como ocorre a ampliação da carteira de clientes. Conforme o quadro 2 pode-se ver em posições quais são os principais meios.

Quadro 02 - Captação de Clientes

1º	Indicação de amigos, pela divulgação "boca a boca".
2º	Via redes sociais (Instagram, Facebook, LinkedIn).
3º	Indicações de profissionais de outras áreas como advogados.
4º	Visitas aos possíveis novos clientes.
5º	Procura espontânea.
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.	





Conforme o quadro 2, nota-se que o principal meio de captação ocorre pela indicação de amigos, o famoso “boca a boca”. Em seguida são as redes sociais, na qual o marketing

digital é mais ativo, tendo em vista que atualmente o digital está fortalecido pelas redes sociais pois é desta forma que se aproxima os clientes das promoções e propagandas oferecidas pelos escritórios. Também observa-se que em seguida há as indicações de outros profissionais, visitas a possíveis novos clientes e a procura espontânea. Neste contexto encaixa o comentário de Kotler e Armstrong (2003, p. 475) “clientes compram da empresa que acreditam que lhes oferece o mais alto valor entregue”.

Atualmente empresários que confiam suas empresas em determinados escritórios contábeis, não visam uma mudança para outro concorrente devido ao bom serviço prestado, sendo assim ocorre a confiança com quem é indicado, pois como alguns escritórios não utilizam estratégias para captação de novos clientes, os novos clientes do mercado acabam procurando indicações com conhecidos, tornando assim a indicação “boca a boca” a mais utilizada atualmente. No entanto, como pode ser percebido no quadro 02, o marketing digital está cada vez mais sendo utilizado para a captação e relacionamento com os clientes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou analisar escritórios de contabilidade do município de Chapecó-SC que já fazem a utilização do marketing digital de forma estratégica, buscando captar novos clientes e ao mesmo tempo manter seus clientes atuais. Pode-se observar que são desenvolvidas ações de marketing que podem ser vistas como estratégias competitivas, visto que são elaboradas com base em estudos de mercado, análise do público-alvo, entre outros quesitos e com base no Art. 3º do Código de Ética do Profissional Contábil, que determina que os contadores não podem divulgar propagandas que resultem em diminuição do colega, Organização Contábil ou da classe, sendo permitida a apresentação de serviços ofertados, títulos, relação de clientes, e especializações.

Sendo assim, os escritórios de contabilidade não estão impedidos de realizar atividades de marketing, é preciso apenas, se atentar para alguns quesitos voltados para a promoção dos serviços oferecidos pela empresa. Nota-se que a conquista de novos clientes ocorre geralmente por meio de indicações feitas por amigos que conhecem os serviços ofertados pelo escritório. Porém, as ações de marketing desenvolvidas pelos escritórios pesquisados, auxiliam na determinação dos preços dos serviços oferecidos e os cuidados com seus novos e antigos clientes.

Quando questionados sobre o conhecimento que possuem sobre o marketing, a resposta foi satisfatória, pois consideram o marketing como um importante instrumento para a

divulgação de seus serviços, tendo em vista o vasto mercado do mundo digital, o avanço das tecnologias e o fácil acesso a informações na atualidade. Sendo assim o Marketing Digital tem influenciado cada vez mais empresas do ramo contábil a terem em seus escritórios profissionais voltados a estratégias para a divulgação dos serviços da empresa, mesmo tendo um grande alcance de clientes por meio de indicações, os pesquisados concordam que as divulgações em redes sociais e mídias da cidade também trazem um grande alcance de clientes.





Por meio da análise dos dados obtidos nesta pesquisa, infere-se que foram atendidos todos os objetivos propostos nesta investigação, bem como respondidos os questionamentos levantados, mesmo com a limitação de escritórios participantes, visto que possuem a mesma finalidade.

Com relação às limitações da pesquisa, vale ressaltar que houve dificuldades para delimitar a amostra, visto que primeiramente os pesquisadores procuraram o Conselho Regional de Contabilidade para obter a relação de escritórios de Contabilidade situados no município de Chapecó, e o referido órgão não pode atender à solicitação devido às novas normas da Lei de Proteção de Dados, sendo assim houve procura espontânea de escritórios, no qual também houve limitações pois em alguns dos escritórios entrevistados os contadores responsáveis não quiseram responder a pesquisa, e outros não devolveram o questionário respondido ou os pesquisadores não tiveram retorno. Por fim, dois deles aceitaram responder o questionário e participar da pesquisa proposta.

Em resumo, espera-se que o material produzido a partir deste projeto de pesquisa seja útil na elaboração de outros trabalhos sobre a mesma temática, bem como para os profissionais Contábeis em geral, no sentido de que passem a visualizar o marketing como um importante instrumento que pode ajudá-los a oferecer melhores serviços para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Gary; KOTLER, Philip. **Princípios de Marketing**. (9.E.d.). São Paulo: Pearson, 2003.

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil**. (3.E.d.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COBRA, Marcos. BREZZO, Roberto. **O novo marketing**. Rio de Janeiro. Editora Elsevier.2010.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. São Paulo: Pearson, 2000.

KOTLER, Philip. KARTAJYA, Hermawan. SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0, do tradicional ao digital**. ed. Sextante, 2016.

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. **E-marketing: o marketing na Internet com casos brasileiros**. 2. Ed.. São Paulo: Saraiva,2007.





NOVO ENSINO MÉDIO EM SANTA CATARINA: QUE DESAFIOS SE APRESENTAM NAS ESCOLAS PILOTO?

Juliana Nespolo Heinrichs¹; Camila Regina Rostirola²

INTRODUÇÃO

Uma das mudanças significativas que estamos vivenciando na educação é a Reforma do Ensino Médio, via Lei nº 13.415 de 2017, aprovada a partir de Medida Provisória. Tal reforma se justifica devido aos baixos resultados apresentados nessa etapa de ensino, pela elevada taxa de evasão escolar e pela demanda de rever os currículos. Assim, a Reforma trouxe mudanças na organização, na carga horária e no currículo. Logo, novas demandas também são requeridas da escola e de todos os envolvidos, uma vez que o processo de escuta e escolha dos itinerários formativos, na parte que se refere aos componentes curriculares eletivos e as trilhas de aprofundamento, é conduzido pela equipe gestora juntamente com os professores, pais e alunos, dentre tantas outras atividades designadas a escola. A legislação estipulou como prazo o ano de 2022 para iniciar a implantação do Novo Ensino Médio em todas as escolas de ensino médio brasileiras. Entretanto, ainda no ano de 2020, o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED), realizou a implementação do Novo Ensino Médio nas turmas do 1º ano, em 120 unidades escolares, denominadas escolas-piloto. Entende-se como escolas-piloto, as unidades escolares (ues) que optaram em aderir a esse novo modelo. Para tanto, as ues, deveriam atender às exigências do Ministério da Educação, definidos pela Resolução nº 21, de 14 de novembro de 2018 e pela Portaria 649/2018, a qual solicitava, entre outros requisitos, a obrigatoriamente de que 30% das escolas fossem de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), escolas que já possuíam jornada diária de cinco horas e que, preferencialmente, tivessem participado do Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, (BRASIL, 2018). Atendendo a esses critérios, a escola optava pela adesão, não sendo uma escolha ou imposição da SED. A estrutura curricular do Ensino Médio em Santa Catarina, foi pensada de forma a contemplar, assim como previsto na Lei, uma parte de Formação Geral Básica com carga horária total máxima de 1.800 horas, e uma segunda parte, denominada Parte Flexível, com carga horária total mínima de 1.200 horas, consolidada via oferta de itinerários formativos. Os Itinerários Formativos compreendem uma organização composta por: Projeto de Vida, Componentes Curriculares Eletivos, Segunda Língua Estrangeira e Trilhas de Aprofundamento. Frente ao exposto, o presente estudo tem como problema de pesquisa identificar: quais são os desafios enfrentados pelas escolas-piloto de Santa Catarina na implementação do Novo Ensino Médio? E como objetivo geral analisar, em um contexto de reformas, os desafios que perpassam a implementação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto de Santa Catarina e como objetivos específicos: a) abordar teoricamente o Novo Ensino Médio, bem como os aspectos legais que normatizam essa etapa da educação básica no Brasil; b) identificar a concepção de educação que subjaz ao Novo Ensino Médio, assim como os interesses e determinações que

¹ Mestranda em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEd da Unoesc Joaçaba. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania. E-mail: julinespolo2018@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEd da Unoesc Joaçaba. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania. E-mail: camila.rostirola@unoesc.edu.br.





concorreram na sua proposição; c) compreender a forma como o estado de Santa Catarina organizou o Novo Ensino Médio; d) identificar mudanças advindas da implementação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto catarinenses; e) verificar repercussões no processo de implementação do Novo Ensino Médio em Santa Catarina.

METODOLOGIA

Essa pesquisa, ainda em andamento, está vinculada à Linha de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Cidadania, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Para a sua construção, adotamos uma abordagem de natureza qualitativa, pois buscamos compreender a totalidade da temática estudada. No que tange a pesquisa qualitativa, Minayo (1994, p.21-22) destaca que esta “trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Quanto aos fins, é uma pesquisa exploratória, dada a atualidade do tema e a necessidade de realizar uma análise mais aprofundada sobre os desafios encontrados na implementação do Novo Ensino Médio no Estado de Santa Catarina. Conforme defende Gil (2021, p. 43), a pesquisa exploratória tem “como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos”. O conjunto de pressupostos teóricos e epistemológicos que orientam os procedimentos metodológicos deste estudo fundamenta-se na metodologia histórico-crítica, cuja base é a dialética. É importante abordarmos o tema sobre a implementação do Novo Ensino Médio, a partir da dialética, a fim de fazer o movimento de compreensão, saindo da aparência e buscando a essência, confrontando conceitos, buscando uma relação dialógica sobre o fenômeno estudado. Logo, ter por base esses pressupostos implica “compreender a educação escolar tal como ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação como resultado de um longo processo de transformação histórica” (SAVIANI, 2011, p. 80). Além disso, a pesquisa tem uma abordagem crítica, pois busca estabelecer um diálogo de reflexão entre a teoria e o objeto de investigação, com vistas a compreender a verdade, o sentido, a realidade a ser estudada, dentro do contexto histórico que está inserida. Considerando, portanto, os pressupostos epistemológicos da dialética e a metodologia histórico-crítica, recorreremos a pesquisa bibliográfica e documental, com vistas a compreender a temática do Novo Ensino Médio, bem como os documentos normativos que informam e regulamentam a implementação do NEM no Brasil e no Estado de Santa Catarina. Como instrumento de coleta de dados serão realizados questionários aos gestores das 120 escolas piloto do Novo Ensino Médio de Santa Catarina, através do *google forms*. O questionário será estruturado com perguntas abertas e fechadas. Após a coleta, os questionários serão categorizados e analisados tendo por base a técnica da análise de conteúdo, nos termos aludidos por Bardin. Para Bardin (2016), a análise de conteúdo busca conhecer o que está por trás das palavras, uma vez que tem como ponto de partida a mensagem, a partir de técnicas e com procedimentos sistemáticos. Desta forma, faremos uma pré-análise, ou seja, a preparação do material, do corpus, seguido da exploração e do tratamento dos resultados e interpretações.





FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente a educação foi e continua sendo marcada por uma divisão de classes, entre a classe abastada e a classe trabalhadora, sendo a educação privilégio de alguns em detrimento a outros. Nesse contexto, o Ensino Médio repercute tal cenário na medida em que carrega ao longo de sua história a busca pela identidade e suas finalidades, pois traz a dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante, evidenciando a relação entre educação e trabalho e a luta de classes. Para a classe popular era ofertado o ensino médio que preparava para o mercado de trabalho, como por exemplo, os cursos de magistério. Na década de 60 com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases - LDB 4024/61, o Ensino Médio começou a ganhar espaço e identidade, apesar de ser pensado e focado na dualidade e divisão de classes. A LDB, no artigo 34 especifica que "o ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário". (BRASIL, 1961). Esta legislação foi revogada pela Lei nº 5692/71. Na década de 90, foi sancionada a LDB nº 9394/96 e o Ensino Médio passou a compor a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos e finalidades específicas para essa etapa, das quais ressaltamos o aprofundamento dos conhecimentos obtidos no ensino fundamental e a preparação para o trabalho e a cidadania. (BRASIL, 1996). Apesar dos avanços, o Ensino Médio não é uma etapa obrigatória, pois a obrigatoriedade se dá pela faixa etária, dos 4 aos 17 anos e não pelas etapas a serem cursadas. Assim, muitos alunos que apresentam distorção idade série, não concluem o ensino médio, pois se evadem da escola antes de finalizar o curso. No ano de 2017, sob a justificativa de que o Ensino médio apresentava baixos resultados nas avaliações, com altos índices de evasão escolar, ocorre a Reforma do Ensino Médio. Para compreender as transformações que estão ocorrendo no âmbito educacional brasileiro, especificamente no Ensino Médio, delimitamos um recorte temporal, a partir de 2017, quando foi sancionada a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que instituiu a Reforma do Ensino Médio, alterando a LDB. Essa Lei foi aprovada a partir da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, a qual atende aos interesses do setor privado e do Conselho Nacional de Secretários da Educação, sendo alvo de críticas devido à forma de aprovação do Projeto de Lei, tudo feito em curto prazo, sem que fossem abertos espaços para debate. (KUENZER, 2017). Os motivos que justificaram a necessidade da reforma e a implementação do Novo Ensino Médio estão alicerçados nos baixos resultados dos indicadores educacionais, na elevada taxa de evasão escolar e na necessidade de rever os currículos, pois o currículo do Ensino Médio era visto como "[...] extenso, superficial e fragmentado, que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo, tampouco com as demandas do século XXI" (BRASIL, 2016). As principais mudanças que a reforma estabeleceu foram a organização, com a oferta de itinerários formativos, o currículo pautado no desenvolvimento de competências e habilidades conforme propõem à Base Nacional Comum Curricular, a ampliação da carga horária, e a possibilidade de realização de parcerias público-privadas, além das previstas para a formação técnica e profissional, assim como a mercantilização da educação básica. (SILVA; SCHEIBE, 2017).





CONCLUSÕES

Esta pesquisa ainda está em andamento, logo não temos resultados para apresentar, pois até o momento realizamos apenas parte da revisão de literatura. No entanto, é válido ressaltar a relevância estudo dada a necessidade de empreender uma discussão acerca dos desafios que perpassam a implementação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto de Santa Catarina, assim como pela atualidade e relevância da temática e, por identificarmos poucos estudos que têm se ocupado em estudar o NEM em Santa Catarina. Ante tal cenário, acreditamos que os resultados deste estudo irão contribuir para melhor compreender os desafios que perpassam a implementação do Novo Ensino Médio nas escolas-piloto de Santa Catarina, bem como as mudanças ocorridas e as dificuldades encontradas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho está sendo realizado com apoio financeiro, através de bolsa de estudo UNIEDU/FUMDES Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 4024/61, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Lei nº 5692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, (Edição Extra), 23 set. 2016. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=746&ano=2016&ato=762ITUE1EeZpWT31a>.





BRASIL. Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 72, 11 set. 2018. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/portaria_no_649_de_10_de_julho_de_2018_-_imprensa_nacional.pdf.

BRASIL. Resolução nº21, de 14 de novembro de 2018. Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola, a escolas públicas estaduais e distritais, a fim de apoiar a implementação do Novo Ensino Médio e a realização da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 51-52, 16 nov. 2018. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/12185-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-21,-de-14-de-novembro-de-2018>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

DA SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. Retratos da Escola, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.769. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769>.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e Escola: A Flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. 137 p.





PESQUISA EM REDE: OBSERVAÇÃO ELEITORAL E CRIMINALIZAÇÃO DE *FAKE NEWS* EM ELEIÇÕES BRASILEIRAS

Adriana M. F. Festugatto¹; Deise H. K. Lora²; Gustavo C. de Jesus³; Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz⁴

INTRODUÇÃO

O cenário político mundial foi profundamente afetado pela era digital e coincide com o uso massivo de mídias digitais para disseminar desinformações. Ocorre que além da utilização positiva desse meio de comunicação, o mesmo instrumento tem sido aplicado para manipulações eleitorais. Nesse sentido, o fenômeno *fake news* (desinformação somado às redes sociais), quando voltado à conjuntura eleitoral, apresenta um fim especial de agir, diretamente voltado à distorção do debate para influenciar o processo de formação da vontade sufragista e, como tal, deve ser coibido pelo direito. O problema de pesquisa é, então, determinar qual a relevância criminal à desinformação eleitoral à partir de redes sociais. Cabe ressaltar que a presente pesquisa é resultado de estudos sequenciais realizados junto ao Grupo de Pesquisa Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle – PPGD/UNOESC. O presente texto refere-se ao resultado conjunto da observação das eleições municipais 2020, em Chapecó/SC, à observação do pleito eleitoral 2022 (estadual e federal – ainda em curso). O método utilizado é o dialético e a técnica de pesquisa compreende a apreciação direta de documentação (estudo bibliográfico e análise de dados públicos). A pesquisa justifica-se pela necessidade de aferição dos impactos da desinformação em sede do direito à liberdade do voto e os possíveis meios de enfrentamento. Em sede conclusiva parcial (estudo ainda em curso), identificou-se que durante as eleições de 2020 em Chapecó-SC não houve relação direta entre *fake news* e demandas criminais, mas o fenômeno esteve largamente presente, demonstrando que há necessidade de formulação de mecanismos eficientes para esclarecimento da população. Atualmente a investigação encontra-se em fase de observação do pleito eleitoral de 2022, inclusive com participação oficial junto à equipe nomeada pelo TSE brasileiro, ao lado de outras instituições nacionais e também internacionais.

METODOLOGIA

O método empregado foi dialético, através da crítica qualitativa à dogmática jurídica e se operacionalizou através de estudos de caso observacionais (pleitos eleitorais municipais, estaduais e federal). Nas etapas já concluídas (eleições 2020), o trabalho compreendeu as fases eleitoral e pós-

¹ Mestre em Direitos Fundamentais pela UNOESC, doutoranda, possui graduação em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó e pós-graduação pela FIE. Integra o Grupo de Pesquisa Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle. E-mail: adrianafestugatto@gmail.com.

² Doutora em Ciências Criminais pela PUCRS (2018), mestre em Direito pela UFSC (2002) e graduada em Direito pela UFSC (1999). É docente titular do curso de graduação em Direito da UNOESC. E-mail: deise.lora@unoesc.edu.br.

³ Discente em Direito – UNOESC. Integra Grupo de Pesquisa Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle. E-mail: gustavocandido011@gmail.com.

⁴ Doutor em Direito, docente titular dos cursos de mestrado e doutorado em Direitos Fundamentais da UNOESC. É líder do Grupo de Pesquisa Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle. E-mail: marco.cruz@unoesc.edu.br





eleitoral, com coleta de dados em ações judiciais públicas, disponíveis em sites oficiais vinculados ao TRE/SC e TSE. Atualmente e, em paralelo à análise bibliográfica, a pesquisa volta-se à observação das eleições 2022 (estaduais e federais), ainda em andamento.

RESULTADOS

Os resultados dessa pesquisa referem-se à observação de pleitos eleitorais, objetivando analisar a instrumentalização e operacionalização do fenômeno da desinformação eleitoral e seus consequentes impactos criminais. Na primeira etapa, durante as eleições municipais (2020) verificou-se que 24% (vinte e quatro por cento) de todas as demandas propostas durante o período eleitoral em Chapecó versaram sobre notícias falsas. Não se identificou consequências criminais, porém, ressaltou-se que se constatou a ineficácia parcial do atual direito de resposta, ante ao anonimato nas redes sociais. Recomendou-se aprimoramento do atual direito de resposta, multas e consequências civis em médio prazo. Os dados obtidos durante o pleito 2022 (eleições estaduais e federal) estão em fase de coleta e análise e devem ser divulgados no decorrer de 2023.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo *fake news*, como é popularmente chamado, passou a ser utilizado para conceituar esforços deliberados para ludibriar, a partir do uso tecnologia da web aberta como propulsor em velocidade e alcance (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017, p. 213). Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, há facilidade de acesso às redes sociais e à internet, mas inexistente regulamentação adequada. Segundo a Organização das Nações Unidas no ano de 2019, o total de 4,1 bilhões de pessoas têm acesso à internet mundial (ONU NEWS, 2019).

A partir desse contexto, Morais e Festugatto (2020, p. 80) apontam alguns possíveis reflexos do fenômeno comunicacional desinformativo para o debate democrático e para o processo eleitoral. Em suas análises os autores consideram o direito fundamental à informação, em suas três extensões: de informar, de se informar e ser informado.

Diante dessas premissas, a pesquisa trata da relevância da criminalização da desinformação eleitoral, a partir de no mínimo três ciclos eleitorais (municipal, estadual e federal). A ideia central é analisar as demandas eleitorais que abordem as questões atinentes ao controle informacional pela internet, demonstrando os meios utilizados para a propagação de desinformação, bem como evidenciando a análise jurisdicional das ações propostas. Em síntese, frisa-se que esse resumo decorre da observação eleitoral em momentos e abrangência distintas 2020 (já concluído) e 2022 (fase atual).

Sobre o fundamento teórico que envolve a pesquisa, para Merriam-Webster (2021), ainda que o termo *fake news* tenha destaque atualmente, a expressão é antiga, com uso geral já no Século XIX, tendo a primeira aparição do termo em 1810. Nesse sentido, Sousa (2017, p. 2394) cita o evento que ocorreu no ano de 1904, quando se propagaram diversos fatos inverídicos no que ficou conhecido como "Revolta da Vacina". O referido movimento foi uma campanha de vacinação





obrigatória contra a varíola que ocorreu no estado do Rio de Janeiro, na qual as vacinas foram rejeitadas por boatos acerca dos efeitos que poderiam causar (FIOCRUZ, 2005). A autora refere também fatos mais recentes, como o caso de falsas informações acerca dos casos de microcefalia em bebês no Brasil, já em 2017 (SOUSA, 2017, p. 2396/2397).

Em sua tradução literal, *fake news*, termo adotado do inglês, significa “notícias falsas”. No entanto, tal compreensão acaba não contribuindo para o entendimento global desse fenômeno comunicacional, já que não se trata de notícias. Para Letria, a notícia é “um fato verdadeiro, inédito ou atual, de interesse geral, que se comunica com o público, depois de recolhido, pesquisado e avaliado por quem controla o meio utilizado para a sua difusão” (2000, p. 27). Em consequência, Rais sustenta que não se trata de notícia, mas de fraude, qualificada pelo dolo e pelo dano (2019, p. 36).

Nesse contexto jurídico, atualmente houve uma modificação operacional que se somou à difusão do fenômeno. Assim, grandes empresas midiáticas que mantinham seu público a partir de jornais impressos ou pelas televisões, passaram a adotar a internet e as redes sociais para maior amplitude de divulgação. É comum que as pessoas se inteirem de fatos pelos meios digitais, tanto que em 2018, noventa por cento dos brasileiros utilizaram a rede para buscar notícias, sendo que dois terços dos entrevistados declararam usar redes sociais para se informar (DIGITAL NEWS REPORT, 2018, p. 116/117).

Atualmente, as redes sociais são as grandes influenciadoras. O aplicativo Facebook, por exemplo, contava com mais de 2,8 bilhões de usuários ativos no ano de 2020, sendo a rede social mais utilizada no mundo (EXAME, 2021). Adicionalmente, segundo estudo realizado junto ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), dos Estados Unidos, as notícias falsas são espalhadas 70% mais rápido do que as que possuem caráter verdadeiro. Por isso, podem alcançar um número muito maior de pessoas e embarçar o alcance de notícias verdadeiras (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018, p. 29).

Para Sousa (2017, p. 2394), muito disso se dá porque “as notícias falsas fazem apelo às emoções e às crenças coletivas e individuais” se tornando, manipulações intencionais com objetivo variável. Nesse sentido, “uma questão-chave para entender o caráter tóxico deste tema é a sua conjugação com a pós-verdade” (LASSALLE, 2019, p. 158). Sobre o assunto, Roiz (2018, p. 48), cita que a pós-verdade “é um discurso no qual a circunstância da prova, da comprovação e efetiva demonstração por meio de documentação e/ou testemunhos aferíveis, torna-se desnecessária e a simples afirmação sem respaldo tem o caráter de verdadeiro”. Já Santana e Martins (2018, p. 140) acrescentam que “a pós-verdade é em si uma distorção de um direito fundamental à informação que constitui base para defesa da cidadania”.

Durante a pesquisa evidenciou-se que os grandes eventos que envolveram as *fake news*, como o *brexit*, eleições presidenciais estadunidenses de 2016, e as eleições presidenciais brasileiras de 2018, obtiveram grandes impactos globais. Por exemplo, nas eleições que consagraram Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, as redes sociais serviram como impulsionadores da desinformação, principalmente através do uso de robôs para a disseminação massiva (KAUFMAN, D., e SANTAELLA, L. 2020). Os resultados desse compartilhamento, segundo o estudo realizado por (NYHAN; GUESS; e REIFLER, 2018, p. 4 e 23) foram no sentido de que 27% dos eleitores leu pelo





menos uma notícia falsa no período analisado e que estas representaram 2,6% de todos os textos lidos em sites noticiosos (dados esses referentes a apenas 2.525 eleitores pesquisados).

Ainda para ilustrar esses episódios internacionais, rememora-se que em novembro de 1993 foi criada a União Europeia, com a finalidade de integração política e econômica de 28 países do continente europeu (COMISSÃO EUROPEIA, 2013). Entre os países acordantes, o Reino Unido constava como país fundador. Ocorre que em junho de 2016, em votação popular local, optou-se pela saída do país do grupo. Esse fato ficou conhecido como *brexit*, abreviação da palavra Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). As condições que permearam esse evento foram marcadas pela disseminação em larga escala de *fake news*. Situação semelhante ocorreu quanto à corrida Presidencial norte-americana no ano de 2016, em que se constatou o compartilhamento desenfreado de desinformação, a exemplo de: 1) “o Papa declarou apoio a Donald Trump” (NEWS, 2016); 2) “Hillary Clinton comanda rede de pedofilia em Washington” (WENDLING, 2018).

Especificamente quanto ao cruzamento de dados, a pesquisa revelou que a utilização de robôs normalmente ocorre em pleitos mais amplos (como Brasil 2018, *brexit* e EUA 2016), motivo pelo qual não esteve presente de forma tão ostensiva em Chapecó 2020. Porém, no primeiro estágio da investigação, verificou-se que mesmo em uma eleição de proporções menores, 24% das ações judiciais propostas versaram sobre desinformação eleitoral. Isso revelou tanto a permanência quanto o crescimento do fenômeno. O estágio atual da pesquisa deve avaliar se essa tendência será mantida no atual pleito (2022) para, então, apontar estratégias de enfrentamento.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se ao UNIEDU – Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina, responsável pelo fomento à pesquisa, ao GEP Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle – PPGD em Direito da UNOESC, e à UNOESC Chapecó.

REFERÊNCIAS

A REVOLTA DA VACINA. **Fundação Oswaldo Cruz: uma instituição a serviço da vida**. 25 abr 2005. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2>>. Acesso em: 20 nov 2021.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **National Bureau of Economic Research – Journal of Economic Perspectives**, Standford, v. 31, n. 2, p. 211–236, spring 2017.

BOLZAN DE MORAIS, Jose Luis. FESTUGATTO, Adriana Martins Ferreira. **A Democracia Desinformada: eleições e fake news**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2021.

DIGITAL NEWS REPORT 2018. Reuters Institute, 2018. Disponível em: <<https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/media.digitalnewsreport.org/wp-content/uploads/2018/06/digital-news-report-2018.pdf>>. Acesso em 08 dez 2021.





GUESS, Andrew M.; NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. **Exposure to untrustworthy websites in the 2016 U.S. election.** US National Library of Medicine. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7239673/>. Acesso em 20 out 2021.

KAUFMAN, D., & SANTAELLA, L. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. **Revista FAMECOS**, v. 27, 29 maio 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.34074>>, Acesso em: 10 out 2021.

LASSALLE, José María. **Ciberleviatã: el colapso de la democracia leberal frente a la revolución digital.** Barcelona: Arpa, 2019.

LETRIA, Joaquim. **Pequeno Breviário Jornalístico.** Lisboa, Editorial Notícias, 2ª ed., 2000.
MERRIAM-WEBSTER. Fake. **Merriam-Webster.com Dictionary.** Acesso em 15 nov 2021. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/fake%20news>>.

ROIZ, Diogo da Silva. **Uma “era de pós-verdade”, ou a invenção de um novo inventário de mentiras?** Os desafios da educação, a fragilidade dos direitos humanos e a manipulação política: estudos introdutórios. In: ROIZ, Diogo da Silva; GOMES, Geovane Ferreira; SANTANA, Isael José (org.). *A (pós-) verdade em uma época de mutações civilizacionais.* Serra: Milifontes, 2018.

SOUSA, Amanda Moura de. O papel do bibliotecário como mediador da informação na era da pós-verdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.**, [s.l], v. 13, n. esp., p.2390-2402, 2017.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science.** v. 359, n. 1146, pp. (1/55), 09 mar 2018.

WENDLING, M. Como o termo ‘fake news’ virou arma nos dois lados da batalha política mundial. 27 Jan 2018. BBC NEWS. Acesso em 19 out 2022, Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42779796>





PROYECTOS PEDAGÓGICOS PRODUCTIVOS Y DESARROLLO RURAL SOSTENIBLE. UNA MIRADA DESDE LA INTEGRACIÓN CURRICULAR

Rubén Díaz Manchego¹; Maribel Pabón Ruiz²; Freddy Marín González³

INTRODUCCIÓN

La orientación de proyectos pedagógicos hacia las necesidades de la comunidad que rodea los centros educativos se ha dado en Colombia desde hace varias décadas, pero con mayor fuerza a partir de la Ley General de Educación (1994), que dio las bases conceptuales y legales para que las instituciones educativas impartieran dentro de la educación media (dos últimos años de formación escolar) con carácter técnico – agrícola, en el sector rural, la cual permite la preparación necesaria para el desempeño laboral y la productividad (art. 32). Así que, en muchas regiones del país, las instituciones construyeron sus Proyectos Educativos Institucionales (PEI) en torno a enfoques agropecuarios, pues es uno de los sectores económicos más importantes del país.

Es el caso de la Institución Educativa Técnico Diversificado de Buenavista de San Marcos, Sucre (IETDB) y la Institución Educativa Técnico Agrícola Juan Domínguez Romero de Caracolí, Malambo, Atlántico (IETAC), Colombia, donde los estudiantes de educación media reciben formación técnico agrícola, no solo desde las asignaturas técnicas dadas en el plan de estudios de cada institución, sino que, además, reciben el apoyo de los programas complementarios respaldados por el Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA), lo cual, favorece sus aprendizajes y desempeños dentro de la institución. Estos centros educativos se convierten en responsables de los procesos de formación en sus localidades y de acuerdo con su Proyecto Educativo Institucional (PEI) se deberían proyectar a la comunidad como facilitadoras de conocimientos acordes al énfasis institucional, aportando bases tecnológicas para el fortalecimiento agrícola y pecuario en sus estudiantes, con la misión de cambiar su realidad social, contextual y económica de las comunidades, sin embargo, no se está evidenciando como se esperaría.

Por lo anterior, se plantea como objetivo analizar el proceso de integración curricular de los Proyectos Pedagógicos Productivos y su contribución a procesos de desarrollo rural sostenible, justificado en que no solo de la agricultura misma como motor de desarrollo global sino del progreso comunitario, incentiva el diseño y fortalecimiento de los programas contribuyentes a la formación de quienes pueden participar en proyectos que promuevan la producción agrícola y el mejoramiento de calidad de vida, son tanto relevantes como pertinentes desde el punto de vista científico como social.

¹ Investigador. Universidad de la Costa. Correo institucional rdiaz30@cuc.edu.co.

² Investigadora. Universidad de la Costa. Correo institucional mapabon11@cuc.edu.co COMPLETEN EL DE UDS.

³ Profesor Titular III Tiempo Completo de la Universidad de la Costa, Colombia, adscrito al Departamento de Humanidades, en los programas de Doctorado y Maestría en Educación. Editor jefe de la Revista Cultura Educación y Sociedad y Líder de la Línea de Investigación en Calidad Educativa. Ratificado como investigador Senior por Minciencias (Colombia). Posee estudios de Licenciatura, Especialización y Maestría en Educación, así como Doctorado y Postdoctorado en Ciencias Humanas por la Universidad del Zulia, Venezuela, de la cual es Profesor Emérito. fmarin1@cuc.edu.co.





FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

Las teorías que sustentaron el desarrollo de esta investigación están enmarcadas dentro del campo educativo y propician las interacciones de la escuela con el entorno, las metodologías y los propósitos que se quieren lograr. Para ello se considera de gran soporte la teoría crítico – social de Freire (1968), como se citó en Lima y Soto (2020), quien afirma que el conocimiento se construye a partir de las experiencias de cada sujeto, partiendo de la realidad histórica, política y económica, lo cual permiten una transformación social desde el análisis y reflexión del contexto, comprometidos con el desarrollo local. Lo que se traduce en que la concepción de la institución educativa y de sus proyectos, deben estar en concordancia con el entorno y los cambios que se quieren generar en la comunidad, donde la escuela es vista como transformadora de las realidades sociales.

En este sentido, Ausubel (1963), como se citó en Moreira *et al.* (1997), en su teoría del aprendizaje significativo, reconoce la interacción de la nueva información conectada con conceptos relevantes ya existentes, permitiendo la asociación de ellos con la realidad contextual. En correspondencia a ello, el conocimiento se construye cuando el individuo se conecta con su entorno y retroalimenta su aprendizaje. Una oportunidad para ampliarse en los centros educativos donde se decide estructurar un proyecto educativo girando en torno a la realidad de los estudiantes y sus familias, pensando en un desarrollo rural sostenible, pues, se esperaría la conexión de los aprendizajes al cobrar sentido para quien aprende, es decir, se logre un aprendizaje significativo desde la implementación de los PPP.

Por lo anterior, se considera importante resaltar la teoría del desarrollo rural comunitario, teniendo en cuenta que el objetivo general de esta investigación se orienta hacia el análisis de la integración curricular de los PPP al desarrollo rural sostenible, las bases teóricas se orientan hacia dicho desarrollo, pero, además, al darse en un contexto educativo, la comunidad circundante debe ser tenida en cuenta como primeros beneficiarios (MURRAY; DUNN, 1995); en este sentido, el liderazgo, la mediación, la resolución de conflictos y el trabajo en equipo permiten impulsar el desarrollo sostenible de su comunidad.

Cabe destacar la correspondencia de la presente investigación con la teoría del aprendizaje basado en proyectos (ABP), la cual parte de la idea central de que el conocimiento se construye desde la solución de un problema del contexto, con la integración de las diferentes áreas, así, se potencializa el espíritu de iniciativa de responsabilidad, solidaridad y de libertad a través, de la acción e interacción de la información, teniendo una orientación integradora en la que el estudiante reúne los conocimientos de diversas áreas para lograr una meta o alcanzar cierto aprendizaje, por tanto, los PPP pueden mediante esta metodología, integrar los contenidos curriculares para alcanzar la meta del desarrollo sostenible en la zona rural, (KILPATRICK, 1918).

Por consiguiente, la teoría del desarrollo endógeno propuesta por Vázquez – Baquero (1998), trata de una aproximación territorial al desarrollo que hace referencia a los procesos de crecimiento y acumulación de capital de territorios que tienen una cultura e instituciones propias. Lo anterior constituye la respuesta de los actores locales a los desafíos de la globalización. Por consiguiente, la visión estratégica del desarrollo endógeno tiene la ventaja de reconocer las respuestas locales a los desafíos y oportunidades que presenta el proceso de integración económica, tratando de resolver los problemas





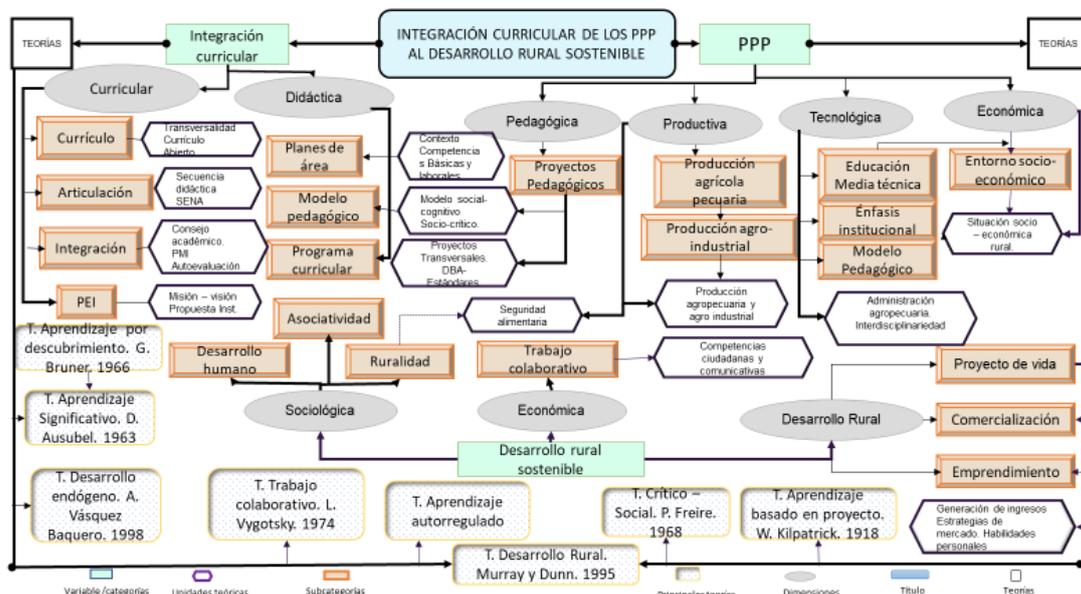
y atender las necesidades del territorio. Ello consiste en un proceso de transformaciones y cambios endógenos, impulsados por la creatividad y la capacidad emprendedora existente en el territorio, lo cual se ve reflejado en la implementación de los PPP como herramienta pedagógica.

En esta misma línea de pensamiento, se resalta la teoría del trabajo colaborativo de Vygotsky (1974) como se citó en Roselli (2011), quien plantea que el aprendizaje se construye mediante la interacción de las dinámicas de trabajo en grupo y social, favoreciendo el razonamiento y el pensamiento crítico. Por tanto, se llega a un conocimiento a través del aporte que hace el otro, el cual, puede ser otra persona u otra área del saber; esta teoría refuerza la idea de la integración curricular en la escuela, para lograr que se den las interrelaciones entre ideas y conceptos, pero además un trabajo colaborativo entre docentes que incentiven a los estudiantes a aprender de manera integrada para beneficio de ellos y de su comunidad.

Así pues se requiere la motivación intrínseca, para realizar un trabajo consciente e interdisciplinar, capaz de reconocer las potencialidades de cada uno de los estudiantes, y estas sirvan de impulso interno para su proceso de autorregulación; en este sentido, el compromiso con su formación académica y todos los procesos que se adelanten en el establecimiento educativo, se garantizan por la conciencia adquirida de la autosuperación como lo plantea Deci y Ryan (1980) en su teoría de autodeterminación; de hecho, eso fortalece lo que se pretende alcanzar con la implementación de los PPP como proceso integrado en el currículo de las instituciones educativas.

En definitiva, la teoría del aprendizaje por descubrimiento de Bruner (1966), así como las que se han analizado de manera interrelacionadas, plantea que la enseñanza, tiene como centro al alumno, desde un modelo de educación constructivista. En él, los estudiantes a través de investigación y resoluciones de problemas logran el aprendizaje final, adaptándose a sus propias necesidades contextuales, resaltando el valor pedagógico de los PPP como herramienta educativa para transformar las realidades sociales, contextuales y por ende aportar de manera significativa al desarrollo rural sostenible. Las relaciones teóricas se evidencian en el siguiente mapa:

Figura 1 – Mapa relacional del sistema teórico de la investigación



Fuente: Elaboración propia.





METODOLOGÍA

Los fundamentos que guían la presente investigación están dados desde el enfoque epistemológico empirista inductivo, donde la presencia de patrones regulares como producto del conocimiento científico explican la dependencia mutua entre los hechos que se estudian; esto puede ser establecido desde la observación de la repetición de eventos que permiten establecer inferencias probabilísticas y así, predecir comportamientos futuros (Pulgar *et al.* 2014; YÁÑEZ, 2018). En consecuencia, se dice que el paradigma que los rige es el positivista del que se desprende la metodología cuantitativa de investigación que, a través del principio de verificación de proposiciones, válida los saberes que provienen de la experiencia y la observación (HERNÁNDEZ *et al.*, 2014).

Para cumplir con los objetivos propuestos y de acuerdo con el enfoque investigativo, se dividió la investigación, primero, en un análisis documental del Proyecto Educativo Institucional (PEI), los planes de mejoramiento institucional (PMI) y los planes de áreas y, segundo, un análisis de campo con la participación de los estudiantes de décimo grado, docentes, directivos docentes, padres de familia y egresados, utilizando para ello, la encuesta como técnica de recolección de datos, cuyo instrumento es el cuestionario. Llevando a cabo cada etapa en las dos instituciones de estudio.

De tal manera que, para el diseño documental, el instrumento fue una matriz de análisis de contenido que permite alcanzar el nivel cognitivo descriptivo, sienta las bases para el nivel interpretativo y permite consignar las contrastaciones y referentes teóricos; de esta se hicieron tres modelos, uno para cada documento (PEI, PMI y Planes de área); todos estos cuentan con siete entradas en columnas para consignar la información de variable, dimensión, indicador, criterio de análisis, hallazgos, contrastación y referentes teóricos y, en la última, inferencias argumentativas.

Para el diseño de campo, la segunda etapa de esta investigación se aplicó como técnica la encuesta por muestreo para lo cual se usó como instrumento, 5 modelos de cuestionario según cada uno de los sujetos que hacen parte de la investigación. Las primeras aseveraciones variaron de acuerdo con la información que se quería obtener de cada uno de ellos y las aseveraciones de indagación específicas al propósito de la investigación se dispusieron de acuerdo con la función que cada sujeto cumple dentro del análisis.

Para facilitar la aplicación de estos cuestionarios, se hizo a través de la plataforma de *Google forms*, luego, los datos obtenidos fueron consignados en matrices de Microsoft Excel, organizados por tipo de sujetos de investigación y señalando el número de la aseveración correspondiente a cada cuestionario; para consignar el porcentaje que eligió las alternativas tipo escala Likert: siempre, casi siempre, a veces, casi nunca y nunca.

Para graficar estos resultados, se procesaron los datos en columnas 100 % agrupadas que se usan para comparar la contribución del porcentaje por valor individual al total, en cada pregunta planteada y al exponerlas en grupos según la respectiva variable, lo que permite visualizar de manera general la tendencia de respuesta por institución.

Por otra parte, los datos recolectados al aplicar las encuestas por muestreo permiten determinar la percepción que tienen cada uno de los sujetos implicados en la práctica de la integración





curricular de los PPP y determinar el estado de dicha integración y sus efectos en el desarrollo rural sostenible

En cuanto a los niveles de conocimiento pretendidos en el proceso dados en una estructura diacrónica, esta investigación toma tres fases, la descriptiva, la explicativa y contrastiva (MARÍN, 2012). Para la primera, la fase descriptiva, se parte de una realidad no suficientemente conocida para darle la relevancia necesaria y con el registro de los hechos, llegar a una caracterización de dicha realidad; ahora, por ser de enfoque empirista - inductivo, la técnica debe ser la cuantificación aritmética o estadística.

En la segunda fase, la explicativa, se acogen las descripciones exhaustivas de la realidad buscando las relaciones de dependencia en los hechos registrados en la fase anterior, explorando modelos teóricos que permitan elaborar predicciones, todo esto aunado con la técnica de introducción y construcciones probabilísticas. Y, en la tercera fase, la contrastiva, se verifica la veracidad de las teorías, contrastando y satisfaciendo las necesidades a través de argumentos y contrargumentos, mediante las técnicas experimentales o cuasi experimentales.

Esta investigación, particularmente, usa una técnica cuasi experimental, así se mantiene dentro del enfoque empirista inductivo, pero sin aleatoriedad en la distribución de los sujetos de estudio puesto que fueron elegidos por conveniencia o según disponibilidad. Al respecto Battaglia (2008), como se citó en Hernández *et al.* (2014, p. 390) dice "las muestras por conveniencia están formadas por los casos disponibles a los cuales tenemos acceso". Sin embargo, esta misma condición de la cuasi experiencia requiere que se haga un registro y análisis más minucioso para evitar los sesgos en los resultados.

En cuanto a la validez de los instrumentos, las matrices de análisis de contenido y los cuestionarios cuentan con la validez por juicio de experto, a quienes se presentó un portafolio para revisión cumpliendo los protocolos establecidos para este fin, pero los cuestionarios, cuentan además con la fiabilidad que da la medida del alfa de Cronbach.

Tabela 1 - Alfa de Cronbach cuestionarios

Cuestionario	IETDB Alfa de Cronbach	IETAC Alfa de Cronbach
Para directivos docentes	0,6407	0,744
Para docentes	0,984	0,968
Para estudiantes	0,836	0,988
Para padres y madres	0,8107	0,945
Para egresados	0,988	0,984

Fuente: Elaboración propia a partir del cálculo hecho con base en los datos obtenidos de la aplicación de cada uno de los cuestionarios.

RESULTADOS

Los resultados se presentan primero en el análisis de contenido de los PEI, los PMI y los planes de área, para luego, mostrar los resultados del análisis de campo desde las variables y las dimensiones establecidas en la matriz de operacionalización de variables.





ANÁLISIS DE CONTENIDO DE LOS PEI

Partiendo del análisis de contenido del PEI, se pudo determinar que al relacionar la dimensión pedagógica con el énfasis institucional de los PEI de los centros educativos se nota que en los documentos está prevista la promoción del desarrollo de la construcción social del conocimiento y el fortalecimiento de una cultura productiva, contando con un modelo pedagógico acorde al contexto y un enfoque que guía los procesos académicos, de este modo se tiene en cuenta las características del establecimiento educativo y las exigencias del entorno, garantizando la práctica pedagógica desarrollada bajo criterios de calidad, sin embargo, se requiere mejorar la infraestructura de las instituciones en la zona rural, donde se puedan ejecutar los proyectos, involucrando las áreas académicas y a su núcleo familiar, las prácticas pedagógicas que realizan los docentes en su trabajo diario con los estudiantes son desarrolladas de manera aislada por cada área.

Al respecto, Méndez y Giraldo (2022) documentaron una realidad que se viene presentando en Colombia con quienes reciben formación en ciencias agropecuarias, en cuanto a la extensión y desarrollo rural se refiere, es decir, a la hora de acompañar a la comunidad con la transferencia de información con la intención de aportar en el progreso social, económico y técnico de la zona de influencia, no tienen las condiciones para lograrlo. Los autores citados atribuyen esta circunstancia a las carencias formativas de los proyectos pedagógicos en la dirección de lo social, por lo que resulta relevante que las instituciones garanticen que la promoción prevista en sus PEI se hagan realidad en la práctica pedagógica, así mismo la Ley 115 de 1994, art.142 y su decreto reglamentario 1860, art.19, establece que se le debe otorgar mayor participación a la comunidad educativa, para tomar decisiones de las acciones que se van a implementar en la escuela y que beneficien a todos.

Por consiguiente, es de considerar la importancia de la inversión en el sector educativo para el progreso de la sociedad; es necesario actualizar y fortalecer a las secretarías de educación en la administración de los recursos financieros del sector educativo; con el fin de garantizar la obtención de resultados en términos de cobertura, calidad y eficiencia, acorde con las políticas educativas de los Planes de Desarrollo Nacional y Territorial, dando respuesta a una de las preguntas asociadas de la presente investigación.

En lo que se refiere a la interacción escuela comunidad, específicamente al seguimiento de proyectos que garanticen la participación del egresado, lo cual, beneficiaría a la juventud rural dándole una oportunidad para ver el campo como una alternativa viable de un proyecto de vida exitoso. En el contexto latinoamericano ya se han realizado estudios que podrían inspirar a investigaciones similares apoyadas por las instituciones educativas en cuanto a cómo motivar a la juventud rural a quedarse para trabajar en el campo para fomentar el desarrollo rural. Analizando lo expresado por Rodríguez *et al.* (2022) al identificar los factores que influyen en los jóvenes que viven en dos comunidades agrícolas rurales, evaluando cuantitativamente si el entorno social y natural de los jóvenes rurales son factores que influyen en su interés por vivir en el campo. Al final concluye que, la escuela, debe ser el lugar donde se promueva el sentimiento de pertenencia a la comunidad y el desarrollo de una





identidad rural entre los jóvenes que permitan fomentar el liderazgo, la creatividad y la iniciativa en la generación de alternativas de progreso para su territorio, y por ende, su desarrollo rural sostenible.

Otro estudio que sirve de ejemplo es realizado por Monteiro y Peña (2022) en Brasil, en jóvenes campesinos de 17 a 39 años de edad para determinar los factores que influyen la construcción positiva de la identidad social de una familia agricultora, estableciendo que en buena medida depende de la seguridad financiera que proporcione y que, esta se ve afectada por la carencia de oportunidades de trabajo y de una infraestructura insuficiente para el transporte de su producción. Al final, la pesquisa permitió establecer el perfil de los jóvenes productores que es útil a la hora de establecer posibles proyectos y su efectividad en el camino del desarrollo sostenible rural.

Para ello, los objetivos planteados deben estar direccionados en formar un ser capaz de transformar su propia realidad, desde la aplicación de conocimientos técnico – agropecuarios en la construcción microempresarial y autosostenibles; esto describe la contribución de los fundamentos curriculares y didácticos articulados con los PPP para la transformación de la zona rural, sin embargo, la situación real de la aplicación de los conocimientos técnico – agropecuarios no trasciende en el contexto social del estudiante, por lo tanto, no es coherente con lo que se establece en el PEI.

En referencia a lo anterior Valle *et al.* (1999) considera las estrategias de aprendizaje como secuencias, procedimientos y/o planes direccionados hacia el alcance de metas de aprendizaje. Las estrategias de aprendizaje se desarrollan a través de actividades intencionadas que guían las prácticas educativas. Por su parte el MEN (2003) destaca la planeación al ser entendida como un proceso cíclico que requiere de flexibilidad y capacidad para reconocer otros rumbos sobre las acciones y experiencias planteadas con el fin de dar respuesta oportuna a los intereses, inquietudes, propuestas y necesidades de los jóvenes y sus familias” (p. 8). Por tanto, los procesos que se proyecten deben permitir, en su diseño y ejecución, la integración de participantes y construir nuevas experiencias; en consecuencia, la planeación resume los propósitos de desarrollo y aprendizaje, lo que le otorga un espacio importante a la intencionalidad pedagógica.

Referente al análisis del desarrollo rural sostenible se debería seguir las directrices que a nivel nacional e internacional se vienen dando sobre la calidad y pertinencia de la educación; por esta razón, se requiere el apoyo de las instituciones analizadas sobre las experiencias significativas, en las acciones pedagógicas direccionadas a la transformación social, de modo que impacte en el desarrollo rural, todo esto alcanzado con la implementación de los PPP como estrategia de innovación para motivar a la investigación y a su aporte al crecimiento económico.

De esta misma variable, se analiza la dimensión económica donde se infiere que los estudiantes desde los grados de la básica secundaria, deberían estar motivados hacia la educación media técnica; lo cual quiere decir, que se requiere ser objetivo con los fines educativos propuestos y para la modalidad institucional es indispensable la elaboración de programas educativos para el trabajo y el desarrollo humano, de tal manera que se posibilite desde el establecimiento educativo la comercialización de los productos obtenidos en los PPP; de esta manera, se mejoraría la condición económica de la población. Referente al Desarrollo Rural Sostenible se analiza la valoración de las necesidades básicas de la comunidad educativa en lo referente a la seguridad alimentaria. Se deduce

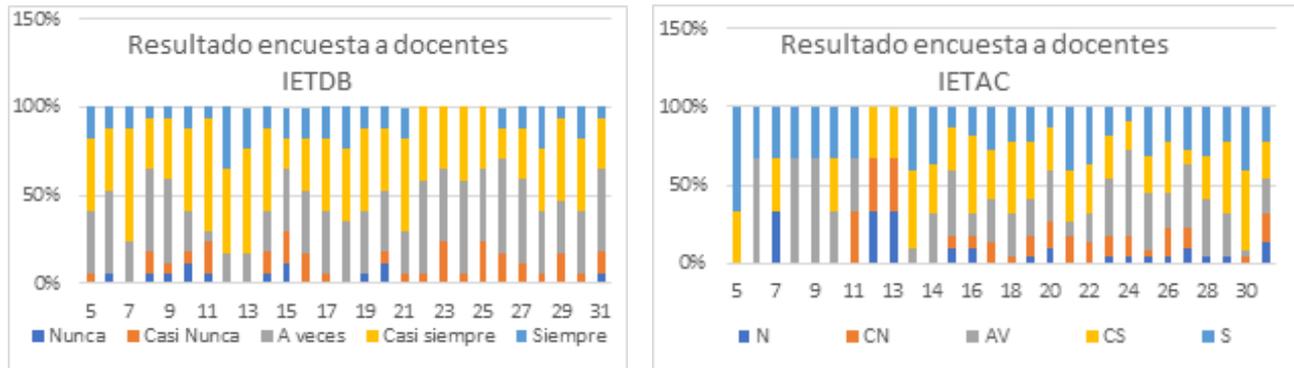




la importancia de la alimentación en el crecimiento, rendimiento, salud de los niños y jóvenes en edad escolar. Es importante tener claridad de la cantidad de estudiantes que se encuentran en situaciones de dificultad, para lo cual se debería apoyar su alimentación y se evita la deserción escolar. Para ello se requiere activar mecanismos de relación con los diferentes actores educativos los cuales permitan superar las necesidades básicas de la comunidad e implementar estrategias como los PPP para superar las problemáticas del entorno.

ANÁLISIS DE LAS UNIDADES DE CAMPO

Gráfico 1 - Resultado de encuesta a docentes



Fuente: Elaboración propia.

PPP...5 a la 12. Integración Curricular: (IC)...13 a la 23. Desarrollo rural: (DR)...24 a la 31.

Hallazgos:

En la IETDB: En los planes de estudio no existe acuerdos para promover los ppp.

La didáctica y método de enseñanza permiten un aprendizaje significativo, no involucra los ppp (I.C).

A veces se ayuda en la mejora de condiciones de vida D.R

En la IETAC: No hay consistencia en la planeación de actividades y proyectos; no identifican el contexto socioeconómico. (PPP).

Hay un trabajo para acercarse a la sistematización de estos procesos (I.C)

El desarrollo rural en el plano educativo es escaso. (D.R).

Análisis e interpretación:

El aprendizaje basado en proyectos y el aprendizaje en equipo, mejoran los procesos enseñanza aprendizaje (Kilpatrick, 1918).

EL papel protagónico de los docentes es lograr el propósito de los ppp como bien lo afirma Vázquez – Baquero, (1998).

Inferencia argumentativa: Los docentes de instituciones rurales con modalidad técnico agropecuaria, deberían reconocer el valor pedagógico y formativo que tienen los ppp para transformar la realidad socioeconómica de los estudiantes y su núcleo familiar.

Gráfico 2 - Resultado de encuesta a estudiantes

Fuente: Elaboración propia.

PPP...4 a la 10. Integración Curricular: (IC)...11 a la 13. Desarrollo rural: (DR)...14 a la 18.





Hallazgos:

En la IETDB: Los ppp beneficia a que se dé la seguridad alimentaria y con ello el desarrollo sostenible. Fortalecer los acuerdos para clima envolvente. **(I.C)**

No hay concordancia con las propuestas para mejorar sus condiciones de vida. **(D.R)**

En la IETAC: Los ppp ayudan a la seguridad alimentaria y con ello el desarrollo sostenible.

Acuerdos entre cada una de las áreas para fortalecer el aprendizaje. **(I.C)**

Duda general, de que los ppp sirven para satisfacer las necesidades alimentarias **(D.R)**.

Análisis e interpretación:

- Rodríguez et al (2022) la importancia de analizar las causas por las que un estudiante aprecia o no su entorno.
- El estudiante se sienta protagonista al dar soluciones a los problemas del contexto, ABP. (Kilpatrick, 1918).
- Vygotsky (1974) el trabajo colaborativo, permite a través de la interacción un verdadero conocimiento.
- **Inferencia argumentativa:** Se hace necesario una adecuada motivación que los lleve a sentirse identificado con el énfasis institucional de modo que orienten su proyecto de vida hacia el emprendimiento y creación microempresarial, garantizando la seguridad alimentaria.

Gráfico 3 - Resultado de encuesta a egresados

Fuente: Elaboración propia.

PPP. 4 a la 11. Integración Curricular: **(IC)**. 12 a la 19. Desarrollo rural: **(DR)** 20 a la 24.

Hallazgos:

En la IETDB: Piensan que los ppp impartidos en la institución cumplen el papel de motivar a la vinculación del egresado al sector productivo. **(PPP)**

Ven una buena integración curricular. **(I.C)**

Creen que los ppp brindan oportunidades para el desarrollo rural junto con sus familias. **(D.R)**

En la IETAC: La institución cumple su papel de motivar a la vinculación al sector laboral productivo. **(PPP)**

Algunas veces favorece el desarrollo de competencias y tiene en cuenta su realidad. **(I.C)**

Los ppp como oportunidad para el desarrollo rural junto con sus familias. **(D.R)**

Análisis e interpretación:

- Promover el emprendimiento en el sector rural genera una transformación del pensamiento económico (Pérez, 2021).
- Cuando la práctica pedagógica es contextualizada se consolidan soluciones para la diversa población atendida. (Rodríguez 2020).

Inferencia argumentativa: Las respuestas de estos sujetos pueden estar motivadas por las experiencias significativas que pudieron tener en su vida de estudiantes, donde adquirieron las habilidades y competencia. Aunque sus desempeños no corresponden al énfasis institucional.





CONCLUSIONES

Las instituciones educativas de carácter técnico agrícola tienen un compromiso fundamental con el desarrollo rural sostenible de sus regiones, puesto que, de la formación orientada a sus estudiantes dependerá buena parte de la fuerza laboral y de construcción social, económica y cultural recibida influirá en su futuro; convirtiéndose un medio de construcción de conocimientos, desarrollo de habilidades y la adquisición de competencias, razones suficientes, para que los jóvenes se queden en sus regiones y continúen el legado de sus familias, pero con perspectivas de mejores condiciones de vida. Por lo tanto, después de realizada la reflexión de las unidades de análisis, tanto documentales como de campo, se concluye que:

- La capacitación para docentes en torno a la integración curricular de los ppp, impacta en el proceso de aprendizaje de conocimientos teórico – práctico en los estudiantes y contribuye al desarrollo socio-productivo de su comunidad.
- Las instituciones analizadas se caracterizan por incluir en sus documentos institucionales PEI, PMI y planes de área, aspectos fundamentales de los ppp, sin embargo se requiere que sean incorporados como políticas de carácter institucional.
- Se reconoce en el IETAC y la IETDB, la importancia de la inclusión de los PPP en el PEI – PMI y Planes de área, pero no se evidenció su efecto en emprendimientos individuales y/o colectivos.
- La institución educativas debería crear estrategias para identificar las dificultades socio – económicas de su comunidad, mediante la concientización de la importancia de implementar los ppp.
- A nivel individual, no se tiene claro si se logra que el trabajo institucional trascienda lo suficiente, dado por la incertidumbre en comprender los componentes básicos del énfasis institucional y su relación con su proyecto de vida.
- Percepción de la comunidad educativa, hacia los PPP, los cuales deben motivar por la ampliación de la formación, atención a las necesidades del contexto en la búsqueda de un desarrollo rural sostenible.
- Los ppp tendrían que vincular los intereses de los estudiantes al desarrollar las clases, ya que al trabajar en proyectos, sus habilidades creativas se activan y pueden tener elementos para los emprendimientos propios que tengan que ver con procesos productivos agrícolas

REFERENCIAS

BRUNER, J. **Toward a Theory of Instruction**. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

COLOMBIA. Decreto 1860 de 1994. Reglamenta la ley 115 de 1994 en lo pedagógico y organización. 3 de agosto de 1994. **Diario Oficial** No 41475, 1994.





DECI, E.; RYAN, R. **Intrinsic motivation and self-determination in human behavior**. New York: Plenum Press, 1985.

HERNÁNDEZ, R.; FERNÁNDEZ, C.; BAPTISTA, M. **Metodología de la investigación**. México: McGraw Hill, 2014.

KILPATRICK, W. H. The Project Method: The Use of the Purposeful Act in the Education Process. **Teachers College Record** (19), 319-335, 1918.

LEY GENERAL DE EDUCACIÓN. Ley 115 de 8 de febrero de 1994. **Diario oficial** No 41214.

LIMA, J.; SOTO, D. Paulo Freire y la pedagogía crítica: su legado para una nueva pedagogía. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, 15(3), 1072-1093, 2020. Disponible: <https://www.redalyc.org/journal/6198/619865690003/html/>.

MARÍN, F. **Investigación científica**. Visión integrada e interdisciplinaria. Universidad de Zulia, 2012.

MEN. Guía 21. Articulación de la educación con el mundo productivo. **Aportes para la construcción de currículos permanentes**, 2003. Disponible: www.mineducacion.gov.co.

MÉNDEZ, M.; GIRALDO, E. Aproximación dialógica a las necesidades formativas para perfeccionar la práctica de la extensión rural con campesinos en Caldas, Colombia. **Revista de Economía e Sociología rural**, 60(1), 1-19, 2022. Disponible: <https://www.scielo.br/j/resr/a/jFvRw7qfVnCVHND6VCF9pfK/?lang=es>.

MINISTERIO DE AGRICULTURA. MinAgricultura lanza Política Pública de Agricultura Campesina, Familiar y Comunitaria. **MinAgricultura**, 2018. Disponible: <https://www.minagricultura.gov.co/noticias/Paginas/MinAgricultura-lanza-Pol%C3%ADtica-P%C3%BAblica-de-Agricultura-Campesina,-Familiar-y-Comunitaria.aspx#:~:text=MinAgricultura%20lanza%20Pol%C3%ADtica%20P%C3%BAblica%20de%20Agricultura%20Campesina%2C%20Fami>.

MONTEIRO, R.; PEÑA, F. A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural. **Revista de Economía e Sociología Rural**, 60(esp), 2022. Disponible: <https://www.scielo.br/j/resr/a/6LBFPnjFwpwkcYFH3Y8gyCQ/?lang=pt>.

MOREIRA, M.; CABALLERO, M.; RODRÍGUEZ, M. **Aprendizaje significativo**: un concepto subyacente. Actas del Encuentro Internacional sobre aprendizaje significativo., 19-44, 1997. Disponible: <https://www.if.ufrgs.br/~moreira/apsigsubesp.pdf>.

MURRAY, M.; DUNN, L. Capacity Building for Rural Development in the United States. **Journal of Rural Studies**, 11(1), 89-97, 1995. Disponible: <https://eric.ed.gov/?id=EJ510699>.

PÉREZ, L. Políticas educativas para el emprendimiento rural en Colombia. **Reflexión política** 23(47) p. 60 - 71, 2021.





PULGAR, R.; MANZANERO, R.; SOTO, A.; MATOS, Á.; SUAREZ, E. Tendencias Epistemológicas de las Investigaciones en los Programas académicos. **Estudios para Graduados de la Facultad de ciencias Económicas y sociales**, 10(29), 6-36, 2014. Disponible: <https://www.redalyc.org/pdf/709/70932556002.pdf>.

RODRÍGUEZ, M. Aportes de la práctica pedagógica en las comunidades rurales del municipio de Restrepo, Departamento del Meta (Colombia). **Orinoquía**, 24(1), 77-85, 2020. Obtenido de <https://www.redalyc.org/journal/896/89666918008/html/>.

RODRÍGUEZ-DÍAZ, Paulina; ROCÍO, Almuna; MARCHANT, Carla; HEINZ, Sally; LEBUY, Roxana; CELIS-DIEZ, Juan L.; DÍAZ-SIEFER, Pablo. "El Futuro de la Ruralidad: Apego al lugar entre Jóvenes Habitantes de Dos Comunidades Rurales de Chile Central Mediterráneo" **Sustentabilidad** 14, no. 1: 546, 2022. <https://doi.org/10.3390/su14010546>.

ROSELLI, N. Teoría del aprendizaje colaborativo y Teoría de la representación social: convergencias y posibles articulaciones. **Revista colombiana de ciencias sociales**, 2(2), 173-191, 2011. Disponible: Dialnet-TeoriaDelAprendizajeColaborativoYTeoriaDeLaReprese-5123804.pdf.

VALLE, A; BARCA, A; GONZÁLEZ, R; NÚÑEZ, J. **Las estrategias de aprendizaje, revisión teórica y conceptual**, *Revista Latinoamericana de Psicología*, vol. 31, núm. 3, pp. 425-461, Fundación Universitaria Konrad Lorenz. Bogotá, Colombia 1999.

VÁZQUEZ, A. Desarrollo endógeno y globalización. **EURE**, 26(79), 2000. Disponible: <https://www.redalyc.org/pdf/196/19607903.pdf>.

YAÑEZ, P. Estilos de pensamiento, enfoques epistemológicos y la generación del conocimiento científico. **Espacios**, 39(51), 18-29, 2018. Disponible: <https://www.revistaespacios.com/a18v39n51/a18v39n51p18.pdf>.





SISTEMAS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO INOVADOR PARA STARTUPS

Karen Benetti¹; Fabio Lazzarotti²

INTRODUÇÃO

Sistemas de mensuração de desempenho são um conjunto de indicadores utilizados para medir os resultados das metas e objetivos organizacionais. Permitem verificar se os esforços, recursos e competências estão sendo empregados com eficiência, visando à melhoria de desempenho e de posicionamento no mercado competitivo. Os indicadores de desempenho precisam estar alinhados ao tipo de negócio, inclusive para as startups, que atuam com empreendimentos inovadores em ambientes turbulentos e dinâmicos. Há uma variedade de abordagens teóricas desenvolvidas ao longo dos anos sobre sistemas de medição de desempenho e inovação nas organizações, demonstrando a relevância e a complexidade do tema (ADAMS; BESSANT; PHELPS, 2006; GUTIERREZ; SCAVARDA; FIORENCIO; *et al.*, 2015; TATICCHI; BALACHANDRAN, 2008). Assim, é desafiador obter uma visão geral de todas as teorias a fim de apresentar uma síntese da literatura, em virtude das inúmeras ferramentas e técnicas de mensuração de desempenho, que buscam apontar as métricas mais apropriadas (PAPULOVÁ; GAŽOVÁ; ŠLENKER; *et al.*, 2021). Nesse sentido, o objetivo deste estudo consiste em apresentar o estado da arte sobre sistemas de medição de desempenho inovador para startups. A pesquisa se justifica pela escassez de modelos de mensuração de desempenho com indicadores específicos para os modelos de negócios inovadores das startups, apesar da ampla gama de modelos de medição de desempenho na área de administração. A literatura demonstra que a maioria das startups não consegue adaptar e utilizar as metodologias tradicionais de gestão e avaliação de desempenho (ROMPHO, 2018). Deste modo, se revela a problemática do estudo, pois a falta desses modelos implica dificuldade aos empreendedores e gestores para mensurar o desempenho e os resultados em inovação de suas startups, que são empresas atuantes em ambientes dinâmicos, onde os sistemas de medição de desempenho devem ter capacidade adaptativa e evoluir conforme as mutações organizacionais (ANTUNES *et al.*, 2021; STRITESKA; ZAPLETAL; JELINKOVA, 2018)

METODOLOGIA

O referencial teórico foi construído a partir de revisão não sistemática de literatura, por meio da técnica snowballing. Para a seleção inicial, foram utilizadas as bases de dados Scopus, Web of Science e EBSCO. As seguintes strings de busca foram aplicadas: 'performance indicators', 'startup' and 'innovation management'. Adicionalmente, acrescentou-se a string 'performance measurement', visando ao retorno de maior volume de estudos. A partir dos resultados, efetuou-se a leitura dos títulos e resumos dos artigos, com posterior leitura integral dos artigos relevantes, aplicando-se então a técnica de snowballing. Os artigos científicos utilizados atendem aos seguintes critérios: a)





estudo potencialmente relevante no tema; b) avaliação da qualidade da pesquisa para o problema de estudo; e c) expressividade e aplicabilidade dos achados.

RESULTADOS

Como resultados, o trabalho apresenta um resumo dos principais modelos de mensuração de desempenho da literatura, com as respectivas dimensões de desempenho. Cada modelo se diferencia conforme o enfoque de abordagem, observando-se a inexistência de um sistema com um conjunto padronizado de indicadores para mensurar o desempenho inovador das startups, o que pode dificultar esse monitoramento. Foi também elaborada uma tabela das quatro principais dimensões de desempenho para startups, com os indicadores-chave de desempenho.

Tabela 1 - Dimensões para mensuração de desempenho inovador em startups

Dimensão de Desempenho	Indicadores de Desempenho Inovador
Financeiro	Controles financeiros de lucratividade e rentabilidade
	Controles de custos
	Gestão financeira (planejamento e sistemas de suporte)
	Estrutura de capital (investimentos e financiamentos)
De Pessoas	Formação e experiência dos empreendedores
	Características pessoais dos empreendedores
	Descentralização de poder decisório
	Competência da equipe
	Treinamento e capacitação de pessoas
De Mercado	Resultados por colaborador
	Marketing e vendas
	Satisfação dos clientes
Inovador	Análise de mercado e monitoramento de necessidades dos consumidores
	Parcerias com atores externos
	Investimentos em inovação e P&D
	Lançamento de novos produtos e serviços
	Competência e treinamento de equipe para inovação
	Cultura organizacional para inovação
	Inovação aberta
	Propriedade intelectual
Captação de recursos financeiros	

Fonte: o autor.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os sistemas de medição de desempenho auxiliam as empresas a conhecer sua situação organizacional atual (FRANCO-SANTOS; LUCIANETTI; BOURNE, 2012), corrigir eventuais desvios nas suas metas e estratégias (KAPLAN; NORTON, 1996; SEVERGNINI; VIEIRAM; GALDAMEZ, 2018), executar operações de negócios de forma eficaz e eficiente (AHMAD; ZABRI, 2016) e garantir a estabilidade e prosperidade corporativa (OWAIS; KISS, 2020; TANGKESALU; SUSENO, 2018).





Gerenciar o desempenho e a progressão das atividades da organização é importante para manter a inovação e melhorar o empreendedorismo (RIES, 2019). De acordo com Davila e Foster (2003) e Rompho (2018), conforme as empresas evoluem no seu ciclo de vida, o monitoramento simples dá espaço ao uso de sistemas de controles gerenciais mais robustos, com ferramentas para mensurar o desempenho.

Considerando que a medição de desempenho é essencial à tomada de decisões gerenciais, a empresa deve criar um conjunto de medidas para coletar dados de seu desempenho, para posterior análise e utilização dessas informações em prol da melhoria da performance organizacional (SMITH; BITITCI, 2017). Singh, Darwish e Potocnik (2016) sugerem que a medição de desempenho organizacional deve ser avaliada com medidas objetivas e subjetivas.

Ao tratar das startups, Antunes *et al.* (2021) afirmam que o processo de escolha e estruturação de indicadores para medir e gerenciar o desempenho leva à revisão dos objetivos e metas das startups, o que conduz a um entendimento mais abrangente da complexidade dessas empresas, bem como gera adequação das atividades e evolução dos negócios. Todavia, alertam sobre a falta de alinhamento em adaptações de modelos de mensuração de desempenho de grandes para micro e pequenas empresas, a qual se torna mais crítica devido aos ciclos de vida dinâmicos das startups e de sua natureza única. Isso impacta diretamente na condução dos negócios, porque sem o apoio de instrumentos adequados de gestão, o caminho é a falha do empreendimento (RIES, 2019). Segundo Blank e Dorf (2014) as startups falham justamente pelo fato de os empreendedores aplicarem ferramentas de negócios tradicionais adaptadas, sendo que o modelo de negócios é contrastante em relação às grandes empresas.

As principais fragilidades dos modelos tradicionais para a perspectiva das startups são: não cobrir a complexidade dessas empresas; ênfase excessiva em maximização de lucro; inconsistência das medidas com as estratégias de empresas iniciantes; não considerar todos os stakeholders relevantes; e ignorar riscos de negócios (ANTUNES *et al.*, 2021).

CONCLUSÕES

Observa-se na literatura da área de administração uma ampla gama de modelos de mensuração de desempenho, mas há escassez desses modelos com indicadores específicos para as startups. Por atuarem em ambientes turbulentos, a maioria das startups não consegue adaptar e utilizar os métodos tradicionais de avaliação de desempenho, o que impacta diretamente na condução e sustentabilidade desses empreendimentos inovadores. Percebe-se que as startups demandam monitoramento regular do desempenho para garantir resposta flexível às mudanças do mercado. Esse monitoramento deve ser viabilizado por indicadores que reflitam o ambiente dinâmico em que se desenvolvem os seus modelos de negócios. Com a síntese dos sistemas de medição de desempenho inovador apresentada neste estudo, espera-se contribuir para tomadas de decisões mais assertivas dos empreendedores das startups, baseadas em indicadores e ferramentas apropriadas para gestão de startups, com implementação de estratégias e direcionamento dos investimentos nas áreas





prioritárias da organização, proporcionando redução de riscos, desempenho superior e crescimento dos negócios.

AGRADECIMENTOS

A autora Karen Benetti agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R.; BESSANT, J.; PHELPS, R. Innovation management measurement: a review. **International Journal of Management Reviews**, 8 (1), 2006. doi:10.1111/j.1468-2370.2006.00119.x.

AHMAD, K.; ZABRI, S. M. The effect of non-financial performance measurement system on firm performance. **International Journal of Economics and Financial Issues**, 6(6) 50-54. ISSN: 2146-4138, 2016.

ANTUNES, L. G. R.; VASCONCELOS, F. F.; OLIVEIRA, C. M.; CORRÊA, H. L. Dynamic framework of performance assessment for startups. **International Journal of Productivity and Performance Management**, 2021. doi:10.1108/IJPPM-07-2020-0382.

BLANK, S.; DORF, B. **Startup Manual do Empreendedor: o guia passo a passo para construir uma grande empresa**. Alta Books, 2014.

DAVILA, A.; FOSTER, G.; GUPTA, M. Venture capital financing and the growth of startup firms. **Journal of Business Venturing**, 18(6), 689-708, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0883-9026\(02\)00127-1](https://doi.org/10.1016/S0883-9026(02)00127-1).

FRANCO-SANTOS, M.; LUCIANETTI, L.; BOURNE, M. Contemporary performance measurement systems: A review of their consequences and a framework for research. **Management accounting research**, 23(2), pp.79-119, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.mar.2012.04.001>.

GUTIERREZ, D. M.; SCAVARDA, L. F.; FIORENCIO, L.; MARTINS, R. A. Evolution of the Performance Measurement System in the Logistics Department of a Broadcasting Company: An Action Research. **International Journal of Production Economics**, 160, 1-12, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2014.08.012>.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **The balanced scorecard: translating strategy into action**. (1. ed). **Harvard Business Review Press**, 1996.

OWAIS, L.; KISS, J. T. The Effects of Using Performance Measurement Systems (Pmss) on Organizations' Performance. **Cross-Cultural Management Journal**, 22(2), 111-121, 2020.





PAPULOVÁ, Z.; GAŽOVÁ, A.; ŠLENKER, M.; PAPULA, J.; PETRUZZELLI, A. M.; ARDITO, L. **Performance measurement system: implementation process in SMEs**. *Sustainability*, 13(9), 4794, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13094794>.

RIES, E. **A startup enxuta**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

ROMPHO, N. Operational performance measures for startups. *Measuring Business Excellence*, 22(1), 31-41, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/MBE-06-2017-0028>.

SEVERGNINI, E.; VIEIRAM, V. A.; GALDAMEZ, E. V. C. The indirect effects of the performance measurement system and organizational ambidexterity on performance. *Business Process Management Journal*, 24(5), 1176-1199, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/BPMJ-06-2017-0159>.

SINGH, S.; DARWISH, T. K.; POTOČNIK, K. Measuring Organizational Performance: A Case for Subjective Measures. *British Journal of Management*, 27(1), 214-224, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-8551.12126>.

SMITH, M.; BITITCI, U. S. Interplay between performance measurement and management, employee engagement and performance. *International Journal of Operations and Production Management*, 37(9), 1207-1228, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJOPM-06-2015-0313>.

STRITESKA, M.; ZAPLETAL, D.; JELINKOVA, L. An empirical study of key factors to effectively operate strategic performance management system. *Academy of Strategic Management Journal*, 17(6), ISSN: 1939-6104, 2018.

TANGKESALU, A. A.; SUSENO, J. E. **Information System of Performance Assessment on Startup Business using Simple Multi-Attribute Rating Technique Exploiting Ranks (SMARTER)**. *E3S Web of Conferences* 73, 2018. ICENIS 2018 13002 13002. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/e3sconf/201873>.

TATICCHI, P.; BALACHANDRAN, K. R. Forward performance measurement and management integrated frameworks. *International Journal of Accounting and Information Management*, 16(2), 140-154, 2008. doi: 10.1108/18347640810913807.





SOLUÇÕES IMPLANTADAS PELAS EMPRESAS DA REGIÃO SUL NO PROGRAMA BRASIL MAIS ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2021

Leandro Hupaló¹

INTRODUÇÃO

De um modo geral, as empresas oferecem relevantes contribuições para a sociedade. Sob a ótica da economia, contribuem para a geração de renda e para o desenvolvimento decorrente da mesma. Sob a ótica social, possibilitam, a partir do desenvolvimento econômico, o acesso à educação e ao ensino através da democratização das oportunidades à população. E, sob a ótica empreendedora, possibilitam empreender, criar e inovar.

Nesse sentido, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) estão inseridas neste contexto, com características e contribuições específicas. Tais categorias de empresas possuem restrições de inserção no mercado em detrimento, sobretudo, da limitação de receita que impacta diretamente em seu orçamento e na intensidade de seus negócios. Assim, a comunicação e as estratégias em relação às empresas necessitam de performance diferenciada para garantir êxito em suas ações.

O Programa Brasil Mais consiste em um acompanhamento individualizado a microempresas e empresas de pequeno porte de um Agente Local de Inovação (ALI) que, através de metodologia e ferramentas específicas, atende os empresários em um ciclo de quatro meses identificando um problema, definindo e implantando uma solução e avaliando a solução implantada. Ao final do acompanhamento é gerado um indicador de produtividade de cada empresa com base no faturamento bruto, custos variáveis e número de pessoas ocupadas.

Desta forma, o estudo teve como objetivo principal identificar as principais soluções implementadas pelas empresas participantes do Programa Brasil Mais na Região Sul do Brasil durante os Ciclos 1, 2 e 3. O estudo tem ainda como objetivos específicos: (a) apresentar o Programa Brasil Mais e sua metodologia; (b) comparar a evolução das empresas atendidas pelo programa em relação aos indicadores de produtividade e do Radar da Inovação e; (c) relacionar as soluções implantadas com a melhoria dos indicadores das empresas nos estados analisados.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se por uma abordagem predominantemente quantitativa. Para Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa se centra na objetividade, pois ao ser influenciada pelo positivismo considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. Quanto à natureza, a

¹ Pesquisador CNPq. Orientador Programa Brasil Mais Sebrae. Professor na Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Professor do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais da Faculdade Senac Videira. E-mail: leandrohupaló.lh@gmail.com.





pesquisa caracteriza-se como explicativa. De acordo com Gil (2019), este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, ou seja, explica o porquê das coisas através dos resultados oferecidos.

Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada. Segundo Thiollent (2009), a pesquisa aplicada está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções, respondendo a uma demanda formulada por clientes, atores sociais ou instituições. Em relação aos objetivos o estudo possui características de pesquisa descritiva ao apresentar os fatos e fenômenos de determinada realidade. Segundo Vergara (2000), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo correlações entre variáveis e definindo sua natureza.

No que tange os procedimentos, o estudo possui características de pesquisa de levantamento, pois propõe-se a buscar dados socioeconômicos em bases abertas e públicas. Entre as vantagens dos levantamentos, temos o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez, e obtenção de dados agrupados em tabelas que possibilitam uma riqueza na análise estatística (GERHARDT *et al.*, 2009).

Os dados que originaram as análises foram obtidos através de relatórios gerenciais internos do Sebrae referentes aos Ciclos 1, 2 e 3 do Programa Brasil Mais realizado entre novembro de 2020 e outubro de 2021 nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ou seja, a Região Sul do país, totalizando 5.788 empresas atendidas divididas pelos setores agropecuária, comércio, indústria e serviços.

Como categorias de análise relacionadas ao desempenho das empresas dos estados da Região Sul considerou-se: (a) as empresas participantes dos Ciclos 1, 2 e 3; (b) as empresas enquadradas como ME ou EPP e; (c) as empresas que realizaram as medições inicial e final, ou seja, que participaram de todas as etapas do Programa Brasil Mais. Para a análise das soluções implantadas nas empresas, para além das categorias de análise citadas acima, considerou-se também as empresas que obtiveram um aumento da produtividade igual ou superior à 500%, ou seja, que quintuplicaram o indicador. Para a análise dos dados foram utilizadas ferramentas de planilhas eletrônicas para construção de gráficos e cálculos estatísticos.

Para a identificação dos problemas e soluções foi utilizado o Radar de Inovação, sendo este um instrumento que tem o objetivo de medir a maturidade no grau de inovação das Micro e Pequenas empresas, com base em alguns fatores que visam à competitividade. Essa ferramenta é utilizada pelos Agentes Locais de Inovação para realizar a medição na maturidade das empresas atendidas pelo programa, com o intuito de identificar as reais necessidades da empresa quanto a inovação, e assim, elaborar um plano de ação com sugestões práticas para a empresa com soluções inovadoras.

RESULTADOS

O Programa Brasil Mais é uma iniciativa do Ministério da Economia (ME) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O programa visa aumentar a produtividade e a competitividade das empresas brasileiras através a promoção de melhorias rápidas de baixo custo





e alto impacto. O programa oferece às microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) soluções para melhorar a gestão, inovar processos e reduzir desperdícios.

O Programa Brasil Mais tem como objetivo atacar um dos principais problemas que é a baixa produtividade das empresas, melhorando as competências gerenciais e digitais desses negócios por meio de intervenções rápidas, de baixo custo, que começam desde conteúdos digitais na plataforma do programa até o atendimento efetivo para empresas de todos os setores, comércio, serviços e indústria (SEBRAE, 2020).

Tal metodologia se trata de uma jornada de quatro meses, onde o Agente Local de Inovação (ALI) mantém contato com os empresários inscritos e qualificados para atendimento. Durante os meses, é aplicada uma metodologia específica do programa, a qual é direcionada para identificar os problemas dos empresários, e através de aplicação de ferramentas de gestão, contribuir para solucioná-los.

Durante o Ciclos 1, 2 e 3 do Programa Brasil Mais foram atendidas 5.788 empresas na Região Sul do Brasil e abrangendo 472 municípios, sendo 121 no estado do Paraná, 210 em Santa Catarina e 141 no Rio Grande do Sul, equivalendo a uma cobertura em relação aos municípios de cada estado de 30,33%, 71,19% e 28,37%, respectivamente.

Ao todo, foram 201 ALIs em trabalho de campo contribuindo para que empreendedores identificassem um problema e encontrassem e implantassem uma solução, avaliando a efetividade da mesma em busca do aumento da produtividade através da elevação do faturamento bruto e da queda dos custos variáveis e do número de pessoas ocupadas. A Tabela 1 apresenta o número de empresas atendidas durante os Ciclos 1, 2 e 3 do Programa Brasil Mais por setor econômico.

Os dados evidenciam que Santa Catarina atendeu 3.031 empresas (52,37%) nos Ciclos 1, 2 e 3, seguida do Rio Grande do Sul com 1.725 atendimentos (29,80%) e do Paraná com 1.032 empresas atendidas (17,83%). O setor de serviços foi a área com maior predominância de atendimentos empresariais nos três estados da Região Sul, com destaque para o Rio Grande do Sul que apresentou um índice de 44,75% de atendimentos no referido setor nos ciclos analisados. Constata-se, ainda, a inexpressiva participação de empresas do setor do agronegócio, totalizando apenas 0,16% dos atendimentos no período analisado para os estados pertencentes ao estudo.

Em relação ao porte foram consideradas as empresas que se enquadravam como ME e EPP. O porte de empresa com maior predominância de atendimentos durante os Ciclos 1, 2 e 3 do Programa Brasil Mais na Região Sul do país foi ME (81,84%), sendo o restante do porte EPP (18,16%). Segundo o Sebrae (2019), classifica-se como ME uma empresa que possui até 9 empregados para o setor de comércio e serviços e até 19 empregados para o setor da indústria. Uma ME deve apresentar faturamento bruto igual ou inferior a R\$ 360 mil anual, optando pela forma de tributação Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real, além de possuir registro na Junta Comercial ou cartório de pessoas jurídicas (BRASIL, 2006).

A partir dos dados evidencia-se que, em média, as empresas participantes do Programa Brasil Mais nos estados da Região Sul do Brasil apresentaram evolução em relação ao indicador





produtividade que, de acordo com a metodologia adotada pelo programa, é resultado da diferença entre o faturamento bruto e os custos variáveis dividido pelo número de pessoas ocupadas. Nesse sentido, destacaram-se os estados o Paraná nos Ciclos 1 e 2, com uma variação no indicador de 155,60% e 16,64%, respectivamente, o estado de Santa Catarina no Ciclo 3 com uma variação de 78,03%. De modo geral, nos ciclos analisados, a Região Sul apresentou uma variação de 41,10%, ou seja, resultando num aumento significativo da produtividade.

Ainda de acordo com os dados, percebe-se que na Região Sul houve uma variação do faturamento bruto de 15,19%, passando de uma média de R\$ 302.449,92 na mediação inicial para R\$ 348.402,19 na medição final, com destaque para o Paraná. Em relação aos custos variáveis constata-se uma variação média entre os estados analisados de 7,70%, com destaque para o Rio Grande do Sul, sugerindo que as empresas promoveram algum tipo de melhoria no negócio. Em média, as empresas da Região Sul do Brasil reduziram a força de trabalho durante a participação no Programa Brasil Mais com uma variação de -0,83%, sendo o Paraná o estado com a maior redução do número de pessoas ocupadas.

De modo geral, em relação a variação dos indicadores do Radar da Inovação e considerando o período analisado, o estado do Paraná destaca-se em relação à Práticas Sustentáveis (59,83%), o estado de Santa Catarina destaca-se em relação à Inovação (12,13%) e o estado do Rio Grande Sul em relação à Gestão por Indicadores (27,23%), Gestão das Operações (10,68%), Marketing (17,13%) e Transformação Digital (8,57%). Levando-se em consideração a Região Sul durante os Ciclos 1, 2 e 3, a variação na média dos indicadores do Radar da Inovação constatada foi de 20,46%, com destaque para as empresas de Santa Catarina (35,95%).

Durante o Programa Brasil Mais os Agentes Locais de Inovação acompanham as empresas na busca de soluções para os problemas encontrados e validados junto aos empresários. Durante os Ciclos 1, 2 e 3, as empresas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul realizaram ações em busca do aumento da produtividade e, conforme os dados levantados nesse estudo, na média todos os indicadores apresentaram variação positiva, considerando-se a Região Sul. Nesse sentido, conforme já descrito nos procedimentos metodológicos, o presente estudo adotou como recorte as empresas que obtiveram uma variação do indicador produtividade que, ao menos, tenha quintuplicado em relação ao início da medição.

A partir dos problemas apresentados pelas empresas do estado do Paraná, percebe-se que a maiorias das soluções estão relacionadas com a adoção de práticas relacionadas ao marketing (4) e implantação de ferramentas de gestão (4), seguida de apenas uma solução voltada para a prototipação. Entre as empresas apresentadas no Quadro 1, 77,78% são ME e 22,22% são EPP. De modo geral, foram soluções de baixa complexidade, como a implantação de planilhas eletrônicas, e que resultaram em um aumento médio da produtividade de 1.265,76% entre as medições inicial e final.

De acordo com os problemas apresentados pelas empresas do estado de Santa Catarina, percebe-se que a maioria das soluções estão relacionadas a ações de marketing (10), a adoção de ferramentas de gestão (8), prototipagem de produto (1) e gestão de processos (1). Entre as empresas apresentadas no Quadro 2, 90,00% são ME e 10,00% são EPP. De modo geral, também se tratam





de soluções de baixa complexidade, como o uso das redes sociais para divulgação de produtos e promoções, e que resultaram em um aumento médio da produtividade de 3.640,13% entre as medições inicial e final, com um aumento de faturamento médio de 677,61%.

Conforme os problemas apresentados pelas empresas do estado do Rio Grande do Sul, percebe-se que a maioria das soluções estão relacionadas com a adoção de ferramentas de marketing (11), seguida de ferramentas de gestão (4) e processos (4). Entre as empresas apresentadas no Quadro 3, 78,95% são ME e 21,05% são EPP. De modo geral, também se tratam de soluções de baixa complexidade e que resultaram em um aumento médio da produtividade de 1.317,63% entre as medições inicial e final, com um aumento de faturamento médio de 254,73%.

CONCLUSÕES

Em relação ao Programa Brasil Mais, iniciativa do Governo Federal através do Ministério da Economia e em parceria com o CNPq e o Sebrae, evidenciou-se sua capacidade de contribuir com o desenvolvimento econômico dos pequenos negócios, alavancando-os, sobretudo, a partir da implantação de soluções em problemas identificados a partir da aplicação de metodologia específica. Foram 5.788 empresas atendidas entre novembro de 2020 e outubro de 2021 que tiveram a oportunidade de alavancar seus negócios com o apoio dos ALLs, sobretudo em período de pandemia e incerteza econômica.

Quanto aos resultados do Programa Brasil Mais percebeu-se um impacto significativo no aumento do faturamento bruto das empresas participantes, apresentando uma variação média de 15,19% no indicador, ou seja, passando de um faturamento médio nos ciclos analisados de R\$ 302.449,92 para R\$ 348.402,19 ao final da medição final. O número de pessoas ocupadas por empresa apresentou uma redução de 0,83% e atingiu uma média de 7,54 pessoas ocupadas.

A produtividade apresentou um aumento de 41,10% durante a participação das empresas da Região Sul do país, atingindo um total de R\$ 26.094,62 ao final do Ciclo 3 ante a marca de R\$ 19.494,32 no Ciclo 1. Cabe ressaltar que a produtividade é um indicador que depende diretamente das variáveis faturamento bruto, custos variáveis e número de pessoas ocupadas, sendo possível perceber que, mesmo com o aumento dos custos variáveis, que sugerem melhorias nas empresas, houve aumento da produtividade.

No que tange as soluções implantadas para os problemas observados a partir da aplicação do Radar da Inovação e acompanhamento dos Agentes Locais de Inovação, evidencia-se que se tratam, em sua maior, de ações de baixa ou nenhuma complexidade sob o ponto de vista da inovação e da tecnologia. Entre as soluções implantadas destacam-se àquelas relacionadas ao marketing, sobretudo a partir do marketing digital, e às ferramentas de gestão, como planilhas eletrônicas de controle. Nesse sentido, cabe ressaltar a falta de conhecimento dos empresários sobre alguns processos do cotidiano da empresa que, somado à insegurança em relação ao uso de tecnologias digitais, acabam por apresentar dificuldades de crescimento do negócio.





É importante destacar que o estudo possui limitações, sendo uma delas a análise de apenas os Ciclos 1, 2 e 3 do Programa Brasil Mais, pois até o final do programa, em 2022, serão realizados seis ciclos e que, certamente, se analisados em sua totalidade, apontarão para novas conclusões. Ainda sobre a possibilidade de, futuramente, se analisar todos os ciclos do programa, ressalta-se que muitos negócios têm sua natureza própria e são afetados pela sazonalidade das atividades, como sorveterias, por exemplo, que tem uma maior demanda quando o clima está mais quente.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera os dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 15 dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 25 mai. 2022.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, T. E. *et al.* **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 31-32, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SEBRAE. **Unidade de Gestão Estratégica**: o impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios – 2ª edição. 2020. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d479c8cbe9240a25fbfc3e9f00edda84/\\$File/31055.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/d479c8cbe9240a25fbfc3e9f00edda84/$File/31055.pdf). Acesso em: 12 jun. 2022.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.





TESTES GENÉTICOS E SEUS ASPECTOS BIOÉTICOS

Bernardo Mattiello Cazella¹ ; Elcio Luiz Bonamigo²

INTRODUÇÃO

O sequenciamento do genoma humano possibilitou o desenvolvimento de diversos testes genéticos, com finalidade de prever, diagnosticar e gerenciar doenças e outras características dos pacientes. Seus benefícios (como diagnóstico preciso, identificação pré-sintomática de riscos, terapia personalizada, prognóstico mais acurado e prevenção de reações adversas a medicamentos) são inegáveis e diminuem a necessidade de procedimentos menos informativos e, muitas vezes, invasivos. Embora esse avanço seja muito positivo, devem-se considerar os paradigmas bioéticos e sociais envolvidos. Assim, esse trabalho teve como objetivo revisar a literatura recente sobre as preocupações éticas em torno dos exames de genética.

METODOLOGIA

Revisão bibliográfica a partir da coleta de dados recentes na base PubMed, utilizando diferentes combinações dos descritores “genetic testing”, “ethics” e “bioethics”.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Foram encontrados 1.414 resultados referentes ao assunto e selecionados os 9 mais pertinentes para o trabalho. Quatro princípios bioéticos básicos podem ser aplicados no contexto de testes genéticos: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça (RENTERÍA; MITCHELL; DE LARA, 2020). No campo da oncologia, embora muitos pacientes tenham sido tratados com sucesso com base nos perfis moleculares dos tumores, algumas preocupações bioéticas são identificadas, como a necessidade de consentimento informado, a privacidade e confidencialidade e o acesso às terapias direcionadas através dos testes (PIERGENTILI et al., 2022). No âmbito das doenças neurodegenerativas, como os testes geralmente são voltados para doenças graves e incuráveis, ao apontar a predisposição a elas o princípio da não maleficência pode ser comprometido, dado o possível sofrimento da pessoa ao tomar conhecimento da condição de portadora de um mal sem possibilidade de tratamento (ROBERTS; PATTERSON; UHLMANN, 2020). Em pediatria um importante desafio é a divulgação de achados secundários que predizem condições de início na idade adulta. Esses dados deveriam ser liberados no resultado apenas quando inequivocamente apontassem para uma condição patogênica, cuja evidência apoiasse os benefícios de uma intervenção precoce (EICHINGER et al., 2021). Outro grande problema é o status de portador, onde o risco de uma

¹ Mestrando em Biociências e Saúde, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Biociências e Saúde. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Joaçaba. Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Biociências no processo saúde-doença”. E-mail: bernardocazella@gmail.com

² Docente do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Biociências e Saúde. Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Joaçaba. E-mail: elcio.bonamigo@unoesc.edu.br





condição específica é conferido às gerações futuras (BRITAIN; SCOTT; THOMAS, 2017). No campo da fertilização *in vitro*, não obstante os testes tenham como objetivo prevenir doenças genéticas na prole e melhorar as taxas de gravidez, apresentam o potencial de serem abusados para discriminar e selecionar embriões contra condições indesejáveis pelos pais (SULLIVAN-PYKE; DOKRAS, 2018). Ainda, identificam-se implicações bioéticas nos testes vendidos diretamente ao consumidor, como a falta de acompanhamento profissional para indicação, interpretação e aconselhamento genético, a validade científica questionável de alguns testes, publicidade enganosa, testes em menores, usos secundários e privacidade dos dados. Seu uso, muitas vezes poderia ser classificado como futilidade (NIEMIEC; KALOKAIRINO; HOWARD, 2017).

CONCLUSÕES

Os testes genéticos representam um importante avanço em medicina diagnóstica e preditiva. Seus benefícios coexistem com dilemas bioéticos importantes, que representam uma mudança de paradigma e precisam ser discutidos: risco de resultados não interpretáveis, danos psicológicos, modelo de aconselhamento não adequado, custo elevado, necessidade de indicação, validade e utilidade clínica dos testes e acesso aos serviços. Acima de tudo, verifica-se que o trabalho na área da genética não pode se esgotar no laboratório, pois envolve um processo relacional entre médico e paciente, desde a proposta de execução do teste até a comunicação dos resultados da investigação realizada e o aconselhamento genético ao paciente, que inclui uma abordagem psicológica e de apoio (BIN et al., 2018).

Palavras-chave: Testes genéticos. Bioética. Ética.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Biociências e Saúde, da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Joaçaba.

REFERÊNCIAS

BIN, P. et al. Genetic Testing: Ethical Aspects. **Open Medicine**, v. 13, p. 247–252, 2 jul. 2018.

BRITAIN, H. K.; SCOTT, R.; THOMAS, E. The rise of the genome and personalised medicine. **Clinical Medicine (London, England)**, v. 17, n. 6, p. 545–551, dez. 2017.

EICHINGER, J. et al. The full spectrum of ethical issues in pediatric genome-wide sequencing: a systematic qualitative review. **BMC pediatrics**, v. 21, n. 1, p. 387, 6 set. 2021.

NIEMIEC, E.; KALOKAIRINO, L.; HOWARD, H. C. Current ethical and legal issues in health-related direct-to-consumer genetic testing. **Personalized Medicine**, v. 14, n. 5, p. 433–445, set. 2017.





PIERGENTILI, R. et al. Using ncRNAs as Tools in Cancer Diagnosis and Treatment-The Way towards Personalized Medicine to Improve Patients' Health. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 23, n. 16, p. 9353, 19 ago. 2022.

RENTERÍA, M. E.; MITCHELL, B. L.; DE LARA, A. M. Genetic testing for Alzheimer's disease: trends, challenges and ethical considerations. **Current Opinion in Psychiatry**, v. 33, n. 2, p. 136-140, mar. 2020.

ROBERTS, J. S.; PATTERSON, A. K.; UHLMANN, W. R. Genetic testing for neurodegenerative diseases: Ethical and health communication challenges. **Neurobiology of Disease**, v. 141, p. 104871, jul. 2020.

SULLIVAN-PYKE, C.; DOKRAS, A. Preimplantation Genetic Screening and Preimplantation Genetic Diagnosis. **Obstetrics and Gynecology Clinics of North America**, v. 45, n. 1, p. 113-125, mar. 2018.





TRANSVERSALIDADE DA INOVAÇÃO E DO EMPREENDEDORISMO NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO DE CASO

Luciana Flor Correa Felipe¹; Fábio Zobot Holthausen²

INTRODUÇÃO³

O mundo globalizado encontra-se em uma situação particularmente grave de incapacidade de gerar crescimento econômico e minimizar a galopante taxa de desempregos. Tal desafio, que não é diferente no Brasil, pressupõe entre outras medidas, assumir a inovação e o empreendedorismo como estratégias viáveis de solução.

Numa retrospectiva histórica, pode-se constatar que, até a década de 50, o desenvolvimento industrial no Brasil foi caracterizado por uma baixa sofisticação tecnológica e pela importação de tecnologia geralmente incorporada em novos produtos. Foi durante as décadas de 50 e 60 que o Brasil montou sua estrutura de educação, ciência e tecnologia, através da criação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq (hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e da criação de vários centros de pesquisas ligados ao setor público.

Desde então, a inovação tem se mostrado cada vez mais essencial para a sobrevivência das empresas no mercado, sendo prioridade em países desenvolvidos e em desenvolvimento, com destaque para as experiências europeias, asiática e norte-americana. Isto porque, é uma ferramenta que contribui para o sucesso das empresas que sofrem com a grande concorrência e crescente exigência dos consumidores, em querer produtos e serviços de qualidade e diferenciados. Ou seja, inovar é necessário para as empresas conseguirem competir em um cenário de negócios em rápida mutação.

Mas essa não é uma ação que possa ocorrer em caráter isolado, pois implica numa nova política econômica e uma nova atitude do setor produtivo, do governo e também das universidades, uma vez que, estas últimas são as principais geradoras do conhecimento. Além disso, também exige investimentos.

Visando sintonizar essas demandas, no Brasil foi instituído um novo marco legal para o apoio à inovação e criado um amplo e diversificado conjunto de instrumentos destinado a incentivar a adoção de estratégias inovativas pelas empresas.

Esse novo cenário, no entanto, representa um grande desafio para as instituições envolvidas nesse processo -- seja porque as obriga a adaptar suas formas de operação, uniformizar conceitos

¹ Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC, Assessora de Planejamento e Programas Estratégicos da FAPESC. E-mail: luciana.flor@fapesc.sc.gov.br

² Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). E-mail: fabio.holthausen@fapesc.sc.gov.br

³ O presente trabalho é apenas um recorte de um amplo estudo realizado sobre o tema e, que, por restrição de espaço, está apresentado aqui de forma resumida.





e fortalecer seus quadros técnicos, seja porque lhes impõe a necessidade de definir prioridades, estratégias de ação e resultados esperados.

Diante desse movimento, a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) criou em 2009, sua Agência de Gestão, Desenvolvimento Científico, Tecnologia e Inovação (AGETEC) com a função de promover o estreitamento das relações da Universidade com o setor produtivo e o governo, para gerar conhecimento científico e tecnológico para empresas e organizações e, promover a melhoria constante da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Os resultados desta implantação, inicialmente foram muito positivos, mas com o tempo percebeu-se que, limitar uma proposta de mudança organizacional à uma estrutura (agência), significava minimizar, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação educacional que deveria, além de qualitativa, ser transversal.

Diante disso, um grupo de experts da AGETEC apresentou uma proposta de transversalização (descompactação e capilarização) das atividades de Inovação e Empreendedorismo na UNISUL, propondo direcionadores para ações de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitassem uma interação mais fluida da academia com entidades, setor produtivo e governo e, por consequência fomentassem o desenvolvimento sustentável.

Assim, o presente trabalho pretende, a partir de um estudo de caso operacionalizado pela pesquisa-ação, apresentar a experiência da AGETEC no processo de transversalização das atividades de inovação e empreendedorismo e sua contribuição para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação na Instituição.

MÉTODOLOGIA

Optou-se por realizar um estudo de caso, que segundo Silva; Oliveira; Silva (2021) pode contribuir na compreensão das problemáticas relacionadas a indivíduos, grupos sociais, organizações, políticas, instituições públicas, programas governamentais, problemáticas relacionadas a prática educativa, uma vez que realiza análises amplas e significativas sobre o objeto de pesquisa.

Outrossim, como subsídio a essa escolha elegeu-se a pesquisa-ação, já que é, uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta (ENGEL, 2000).

Nesta perspectiva, a realização do presente estudo, pautou-se na aplicação adaptada da metodologia de Bosco Pinto (1989) seguindo os passos e fases propostos por este autor.

RESULTADOS

A proposta de transversalização (descompactação para a capilarização) da Inovação e Empreendedorismo na UNISUL, apresentava em sua essência, direcionadores para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a interação da academia com entidades, setor produtivo e governo.





Sob esta concepção, transversalizar significava multiplicar os agentes de Inovação e Empreendedorismo na UNISUL, sendo que as estruturas de ensino, pesquisa e extensão, bem como administrativas da Universidade, deviam articular-se com a AGETEC na operacionalização da inovação e do empreendedorismo na UNISUL. E, ainda, disseminar a temática da inovação e do empreendedorismo em todos os níveis de formação da UNISUL, potencializando o ensino, a pesquisa e a extensão de forma interdisciplinar, envolvendo pesquisadores, professores, estudantes, colaboradores, entidades, setor produtivo e governo.

A proposta se justificava na medida em que a UNISUL tinha nesta temática uma das suas estratégias de desenvolvimento, explicitada em sua missão e visão de universidade. Mas, mesmo estando descrita nos documentos norteadores da organização, este tema não possuía na estrutura formal dos *Campi*, gerências, unidades acadêmicas e cursos, mecanismos de ações de inovação e empreendedorismo. A transversalização da Inovação e do Empreendedorismo não podia ocorrer de forma estrutural, sem que houvessem canais de disseminação entre os diversos níveis hierárquicos e estruturas acadêmicas e administrativas. Por isso, até então ela ocorria de forma concentrada na AGETEC.

Para tornar efetivo o movimento da inovação e do empreendedorismo na UNISUL fez-se necessária a integração e interação da AGETEC com os diversos atores que compõem a academia. Esta articulação possibilitou a ampliação da geração de valor entre a UNISUL, o Setor Produtivo e o Governo, convergindo necessidades, desejos e expectativas. O atendimento destas convergências por meio do ensino, pesquisa e extensão, precisava alavancar as competências internas, produzindo conhecimento, pesquisa, cultura empreendedora e inovação (pertinente e relevante), ao mesmo tempo em que colaboraria para a criação de novos ambientes de aprendizagem significativa e para o desenvolvimento sustentável.

Para que a transversalização se consolidasse, algumas premissas tiveram que ser consideradas: a) A AGETEC não poderia ser compreendida como a inovação e o empreendedorismo em si; a inovação e o empreendedorismo deveriam constituir uma ação transversal da Universidade; b) A transversalização da Inovação e Empreendedorismo deveria prever ações e investimentos permanentes em ativos do conhecimento na UNISUL; c) A transversalização da Inovação e Empreendedorismo deveria fortalecer a academia e ampliar a geração, disseminação e aplicação do conhecimento na Universidade e no seu entorno; d) A transversalização da Inovação e Empreendedorismo deveria prever a existência, o reconhecimento e a formalização de estruturas nos *Campi* para as ações de Inovação e Empreendedorismo.

Para que isso ocorresse, com a liderança da AGETEC, promoveu-se estratégias articuladas entre a Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (Pro-EPEX), Unidades de Articulação Acadêmica (UnAs) e as Assistências pedagógicas das Gerências de Ensino, Pesquisa e Extensão (Gepex), com o intuito de fazer com que essa temática chegasse à graduação (Cursos, TCCs) e à pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* (dissertações, teses), etc.

Ou seja, para que a transversalização de fato ocorresse, foi necessário rever o posicionamento da AGETEC na Universidade e reformular o seu relacionamento com a Graduação vinculada aos *Campi* e a Pós-Graduação *Stricto Sensu* vinculada a Pro-EPEX, suas atribuições e relacionamentos.





Os resultados alcançados a partir dos produtos parciais e finais das atividades de transversalização executadas, tiveram repercussão de curto, médio e longo prazo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As profundas mudanças vividas nos últimos tempos estabeleceram alguns consensos quanto as novas exigências na orientação e nas formas de operação dos diversos agentes econômicos, governamentais, de ensino e da sociedade em geral, no que diz respeito à inovação e ao empreendedorismo. Assim como, ratificaram o conhecimento científico como um dos pilares que sustentam o desenvolvimento industrial (ETZKOWITZ & LEYDESDORFF, 2000).

No entanto, vários outros pontos desse processo, outrora consensuados, tem sido foco de estudos e, repensados pelos especialistas.

O primeiro diz respeito ao papel das empresas no processo de inovação. Hoje reconhece-se que, apesar do epicentro ser constituído pelas empresas, outros atores e instituições públicas e privadas possuem importante participação; particularmente, as instituições de pesquisa e as universidades, que fornecem a base do desenvolvimento científico e tecnológico para a geração de conhecimentos e capacitação de pessoas. Portanto, mesmo sendo a empresa o *locus* do processo de inovação, a mesma não inova sozinha e necessita de articulação com os demais agentes, tendo em vista este ser um processo interativo (LASTRES; ALBAGLI, 1999).

Outro ponto, diz respeito as noções, até então consideradas lineares sobre o processo inovativo – que o tratavam como resultado das atividades realizadas na esfera da ciência, que evoluiria unidirecionalmente para a tecnologia, até chegar à produção e ao mercado – que já não se colocam mais no centro do debate. Longe de ser linear, o processo inovativo se caracteriza por ser descontínuo e irregular, com concentração de surtos de inovação, os quais vão influenciar diferentemente os diversos atores da tríplice hélice em determinados períodos (LASTRES; ALBAGLI, 1999).

No âmbito do empreendedorismo, a literatura também aponta novas posições. De forma lenta e gradual a abordagem pedagógica centrada na elaboração de planos de negócios, orientada por um núcleo restrito de cursos das áreas da economia e gestão, tem perdido espaço. Ao mesmo tempo reconhece-se que o estímulo do espírito empreendedor nos estudantes não passa somente pela incorporação de disciplinas de empreendedorismo nos currículos acadêmicos. Essa é, de fato, uma forma demasiado institucional e formal de incentivar o empreendedorismo, sendo que há outras formas de o fazer que passam, por exemplo, pelas atividades, modalidades e metodologias de aprendizagem que favoreçam o empreendedorismo de carácter transversal a todos os planos de estudo.

CONCLUSÕES

A Universidade teve que superar obstáculos de ordem acadêmica e administrativa para promover a consolidação da estratégia de transversalização. A partir deste movimento, a UNISUL





compreendeu que o tema inovação e empreendedorismo, deveria estar integrado às questões pedagógicas, ou seja, deveria haver uma interconexão entre ensino, pesquisa e extensão.

Esse movimento culminou com uma profunda reflexão sobre a representação original do Sistema de Inovação e Empreendedorismo da UNISUL, que foi modificado e rerepresentado de forma a contemplar os resultados aqui expostos, bem como o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. **Revista Educar**, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. "The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university – industry – government relations". **Research Policy**, n. 29, 2000.

LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PINTO, J. B. G. **Pesquisa-Ação**: Detalhamento de sua sequência metodológica. Recife, 1989, Mimeo.

SILVA, G. O.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, M. M. **Estudo de caso único**: uma estratégia de pesquisa. *Revista Prisma*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1. P. 78-90, 2021.





VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA COMARCA DE CHAPECÓ

Marlene Peretto¹
Maria Luiza Marinho de Mello²

INTRODUÇÃO

O plano de ação global idealizado pela Agenda 2030 da ONU, reconhece que o desenvolvimento sustentável exige a promoção de sociedades livres do medo e da violência, onde todos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade, destacando a necessidade de redução da violência contra a mulher. Nesse sentido, é fundamental a coibição de práticas de violência doméstica, considerado urgente que sejam adotadas medidas para enfrentamento discriminatório.

Ocorre que a violência doméstica é um problema enraizado na sociedade e deve ser combatido por políticas públicas eficientes, haja vista não ser apenas um conflito privado, mas sim um problema público. A Lei n. 11.340/2006 foi um marco no combate a essa violência pois, dentre as benéficas da lei, determinou-se a obrigação da União, Estado, Distrito Federal e Municípios em criar políticas públicas, por meio de conjunto articulado de ações, que visam a coibir a violência doméstica familiar contra mulheres. Entretanto, os esforços do Estado para combater a violência ainda se mostram insuficientes.

Atualmente, a legislação brasileira estabelece tratamento diferenciado às vítimas de violência doméstica a fim de facilitar o acesso à justiça e coibir a violência. Contudo, a inexistência de estrutura física de delegacias especializadas e escassez de recursos humanos qualificados não dá oportunidade às vítimas de expor a situação vivenciada, fazendo-as omitirem fatos em razão dos olhares condenatórios. Por consequência, revitimando-as. Assim, questiona-se, as políticas públicas de combate à violência doméstica são eficientes em Chapecó com fins a promover um desenvolvimento sustentável?

Embora as políticas públicas não sejam totalmente eficazes no combate à violência em Chapecó, o município é considerado referência em atendimento à vítima de violência doméstica, já que conta com ampla estrutura de órgãos atuantes na área. Assim, busca-se como objetivo geral avaliar se as medidas de proteção trazidas pela Lei Maria da Penha têm efetividade no tratamento equitativo da mulher vítima de violência doméstica.

MÉTODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se o método dedutivo, com abordagem qualitativa, a partir da legislação aplicável, estudos doutrinários e pesquisa em bancos de dados. Como literatura referencial, utilizou-se dados e informações publicados em sites oficiais do Município

¹ Acadêmica do 10º período do Curso de direito da Unoesc Chapecó; e-mail: marleneperetto@hotmail.com.

² Docente/Professora Maria Luiza Mello; Mestre em Direito. E-mail: marialuiza.mello@unoesc.edu.br





de Chapecó, Ministério Público de Santa Catarina e instituições de amparo à vítima de violência doméstica, além de artigos científicos publicados sobre o assunto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O fato de muitas mulheres serem vítimas de violência dentro do contexto familiar e, na maioria das vezes, partindo de seu companheiro, é um problema enraizado pela construção história da sociedade brasileira. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (2020), apesar de atingir mulheres de todas as idades, crenças e escolaridades, fatores de vulnerabilidade social aumentam o risco de violência doméstica.

Conforme Calgaro (et. al., 2020), a realização do desenvolvimento sustentável, nos termos do que propõe a Agenda 2030 da ONU, está intrinsecamente ligada à promoção de políticas públicas efetivas para fortalecimento dos direitos humanos. Assim, no que concerne à proteção dos direitos das mulheres, importa registrar que, além da mera posituação de garantias, são necessárias ações concretas para alteração do contexto discriminatório.

Nesta perspectiva, a lei n. 11.340/2006 cria mecanismos para efetivação do direito das mulheres em situação de violência de forma a garantir o mínimo de acesso à justiça, considerando um conjunto de políticas públicas para o enfrentamento da violência baseada no gênero, cuja aplicação integral depende do compromisso do Executivo, do Judiciário e do Legislativo nas esferas do governo federal, dos estados e municípios (PASSINATO, 2015).

Desse modo, é essencial que se promova o direito ao acesso à justiça, instituído pelo artigo 5º da Constituição Federal como garantia fundamental, que não se restringe ao acesso ao poder judiciário, mas sim o direito de ser ouvido com garantias, dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer natureza. Assegurar o direito ao acesso à justiça as mulheres vítimas de violência doméstica mostra-se um árduo trabalho que deve ser incentivado por políticas públicas eficientes, que atinjam toda a população, além de colaboração da sociedade (BRASIL, 1988).

De acordo com Calazans e Cortez (2011), a Lei Maria da Penha reafirmou os serviços existentes e previu a criação de: i) casas abrigo; ii) delegacias especializadas; iii) núcleos de defensoria pública especializados; iv) serviços de saúde especializados; v) centros especializados de perícias médico-legais; vi) centros de referência para atendimento psicossocial e jurídico; vii) Juizados de violência doméstica e familiar contra as mulheres; viii) equipe de atendimento multidisciplinar para auxiliar o trabalho dos Juizados; ix) núcleos especializados de promotoria; x) sistema nacional de coletas de dados sobre violência doméstica; e xi) centros de educação e de reabilitação para os agressores. Tais serviços formam a rede integral de atendimento às mulheres vítimas de violência e são de competência dos Poderes Públicos.





Nesse sentido, conforme Passinato (2015), a Lei Maria da Penha inseriu um sistema de proteção e promoção dos direitos das mulheres baseado numa política integral de enfrentamento à violência contra as mulheres que contempla também políticas de assistência que contribuam para o fortalecimento das mulheres e a igualdade de gênero.

Segundo a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (2011), a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam a construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. O objetivo das redes de atendimento é garantir o atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários. Assim, como consequência, promover o desenvolvimento sustentável.

Entretanto, em pesquisa de Santos e Freitas (2017), a rede de atendimento tem fragilidades. As autoras constataram que as diversas demandas da mulher em situação de violência extrapolam o poder de resolutividade de um único setor, sendo necessário que se estabeleça um conjunto articulado de ações intersetoriais. É necessário que os objetivos sejam claros para o trabalho em rede. Ou seja, que as atividades de cada serviço sejam desenhadas e divulgadas para todos os atores envolvidos, permitindo que os profissionais saibam como agir em cada situação. "O processo de interação entre os diversos setores que compõem a rede só é possível por meio de conhecimento mútuo, o que envolve informações sobre suas competências, atribuições, localização, tramitação interna e externa, bem como horários de funcionamento." (SANTOS; FREITAS, 2017).

Passinato (2015) critica o atendimento. De acordo com a autora, embora reconhecidos os avanços, o atendimento integrado ainda gera insatisfações entre os profissionais e criam uma dinâmica de responsabilização entre todos: nas delegacias, se queixam do encaminhamento realizado pelas defensorias, nas defensorias acusam as policiais de fazer "corpo mole" e não providenciar a solicitação das medidas protetivas. Nas promotorias, observam que as mulheres chegam desinformadas e nos juizados, juízes e juízas queixam-se que recebem pouca informação nas peças policiais. Assim, evidencia-se a falta de articulação entre os serviços e as dificuldades que ao final recaem sobre as mulheres que buscam esses serviços.

Conforme a Prefeitura Municipal de Chapecó (2019), o município conta com uma rede integralizada de atendimento às mulheres vítimas de violência, composta por Centros de Referência de Assistência Social divididos em bairros, uma Delegacia especializada em Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso – DPCAMI, além de polícia militar, civil, grupos de apoio a mulher.

Dentre as políticas de atendimento, a Delegacia Especializada em atendimento à mulher tem com foco no atendimento pós-agressão, tratando-se de um dos caminhos da rota da violência que necessitam de diretrizes, especialização no atendimento, além da constante atualização e compreensão das diversas culturas, base econômica, social, origem, com o intuito de prestar um atendimento que proporcione o fim do silêncio e, conseqüentemente, da impunidade. Segundo Mariano (2019), a delegacia da mulher foi inaugurada em 27/11/2012, atualmente atendendo no





turno da tarde, devido ao déficit de profissionais disponíveis em Chapecó e a grande demanda de denúncias. A importância de ter em funcionamento uma delegacia especificamente para mulheres sintetiza um apoio de pessoas preparadas para dar o suporte necessário na hora da denúncia e para o encaminhamento da mesma para locais seguros.

Com objetivo de trazer efetividade ao acolhimento às vítimas de violência doméstica, o Município de Chapecó instituiu a Casa Abrigo para Mulheres denominada “Maria Maria”. De acordo com a Prefeitura de Chapecó (2020), trata-se de um serviço de acolhimento temporário com funcionamento 24 horas, destinados para mulheres a partir de 14 anos e seus dependentes. As mulheres são encaminhadas pela rede de atendimento mediante Boletim de Ocorrência por estarem em situação de risco. Uma equipe realiza a acolhida de forma humanizada e promove o fortalecimento e apoio tanto para retornar à convivência familiar quanto para o afastamento.

Recentemente, no Município de Chapecó também foi formada a Rede de atendimento às Mulheres Vítimas de Violência doméstica, reunindo órgãos e entidades a fim de integrar as ações de amparo. Iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres. No dia mês de maio de 2022, a 14ª Promotoria de Justiça de Chapecó, em parceria com o Conselho Municipal, criou a RAM – Rede de Atendimento às Mulheres. De acordo com o promotor Simão Barrão Junior, a RAM nasce em razão do cenário de violência doméstica e familiar, pois, embora haja um sistema de leis e uma rede de atendimento, o funcionamento isolado de órgãos e instituições não garante atendimento adequado às vítimas. Logo, é importante a integração entre os órgãos e instituições com a finalidade de amparar as vítimas, garantindo-lhes o atendimento devido e evitando que sofram novas violências (MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, 2022).

CONCLUSÕES

A legislação brasileira criou premissas para o combate à violência, que atingem mulheres de todas as classes sociais, incumbindo ao Estado promover políticas públicas. Embora seja um árduo trabalho, o município de Chapecó caminha como referência aos atendimentos das mulheres, promovendo campanhas ao combate à violência doméstica e a amparando as vítimas. A pesquisa tem importância no campo jurídico-social, pois visa modo a demonstrar os erros e exaltar os acertos do poder público na construção da rede de atendimento especializado à vítima de violência doméstica.

Com base no plano de ação global idealizado pela Agenda 2030 da ONU, o desenvolvimento sustentável exige a promoção de sociedades livres do medo e da violência, onde todos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade. Deste modo, torna-se imprescindível a necessidade de redução da violência contra a mulher, sendo fundamental a coibição de práticas de violência doméstica, considerado urgente que sejam adotadas medidas para enfrentamento discriminatório.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa contou com o auxílio de diversas pessoas, dentre as quais agradeço imensamente pela colaboração e disposição no processo para obtenção dos dados





e informações. Agradecemos também a orientação da Professora Mestra Malu Mello que esteve sempre à disposição para orientações.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 8 nov. 2021.

CALAZANS, Myllena; CORTEZ, Iáris. **O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria Da Penha**. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2014/02/1_3_criacao-e-aprovacao.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

GUIMARAES, Marisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. **Violência contra mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Dr7bvbkMvcYSTwdHDpdYhfn/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Formada em Chapecó a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica**. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/formada-em-chapeco-a-rede-de-atendimento-as-mulheres-vitimas-de-violencia>. Acesso em: 30 set. 2022.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DE SANTA CATARINA. **Sistema integrado de informações contra a mulher no Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2022.

PASSINATO, Wânia. **Acesso à justiça e violência doméstica familiar contra mulheres: as percepções dos operadores jurídicos para aplicação da Lei Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jrdgv/a/5sWmchMftYHrmcgt674yc7Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Dia da mulher: conheça os serviços oferecidos à mulher**. Disponível em: <https://www.chapeco.sc.gov.br/noticia/2744/dia-da-mulher-conheca-os-servicos-oferecidos-a-mulher>. Acesso em: 30 set. 2022.

SANTOS, Walquiria Jusmara dos; FREITAS, Maria Imaculada de Fátima. **Fragilidade e potencialidade da rede de atendimento às mulheres em situação de violência por parceiro íntimo**. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1186>. Acesso em: 29 maio 2022.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. **Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/cartilha-auxilia-mulheres-no-enfrentamento-a-violencia/Cartilhaenfrentamento_QRCODE1.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.





SILVA, Thayná Aparecida da. **Efetividade e eficiência no combate à violência doméstica contra a mulher.** Disponível em: <http://189.3.77.149/bitstream/123456789/404/1/TCC%20Thayn%c3%a1%20Aparecida.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2021.

TELES, Paula do Nascimento Barros Gonzáles. **Lei Maria da Penha: uma história de vanguarda.** Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/14/capacitacaoemgenero_110.pdf. Acesso em: 1 dez. 2021.

